

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**PRESCRIÇÕES MÉDICAS SOBRE HIGIENE E SEXUALIDADE E
SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO: 1920 - 1930**

**CURITIBA
2004**

MARILICE TRENTINI DE OLIVEIRA

**PRESCRIÇÕES MÉDICAS SOBRE HIGIENE E SEXUALIDADE E
SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO: 1920 - 1930**

Dissertação apresentada para a defesa como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Saúde e Trabalho, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Vera Regina Beltrão Marques.

**CURITIBA
2004**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARECER

Defesa de Dissertação de **MARILICE TRENTINI DE OLIVEIRA** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados, DR^a VERA REGINA BELTRÃO MARQUES; DR^a JUDITE MARIA BARBOSA TRINDADE; DR^a MARIA RITA DE ASSIS CÉSAR e DR^a LIANE MARIA BERTUCCI-MARTINS argüiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: “**PRESCRIÇÕES MÉDICAS SOBRE HIGIENE E SEXUALIDADE NA ESCOLA PARANAENSE: 1920-1940**”

Procedida a argüição, segundo o Protocolo, aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

PROFESSORES:

Apreciação

vera regina beltrão marques

aprovada

DR^a VERA REGINA BELTRÃO MARQUES (Presidente)

Judite M. Trindade
DR^a JUDITE MARIA BARBOSA TRINDADE (Membro Titular)

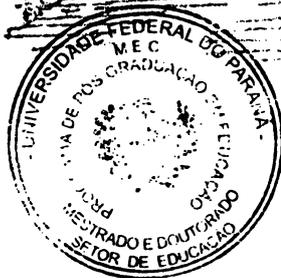
aprovada

Maria Rita de Assis César
DR^a MARIA RITA DE ASSIS CÉSAR (Membro Titular)

aprovada

Liane Maria Bertucci Martins
DR^a LIANE MARIA BERTUCCI-MARTINS (Membro Titular)

aprovada



Curitiba, 30 de agosto de 2004

Regina Maria Michelotto
Prof^a Dr^a Regina Maria Michelotto
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação

AGRADECIMENTOS

A DEUS, sem Ele nada seria possível

Ao meu amor João Batista e filhos amados Taís e João Pedro pela compreensão nas horas de ausência e incentivo nas horas de desânimo;

A minha irmã Cinara, meu cunhado Roberto, meus sobrinhos Cauê, Felipe e Matias pela grande ajuda emocional em inúmeros momentos,

Aos meus pais Enio e Marlene (já falecidos) pelo estímulo ao estudo e à conquista dos sonhos

Aos meus “padrinhos-pais” Jairo e Dionila Porto Alegre pela presença, pelo olhar como “pais do coração” para a minha caminhada

A minha orientadora Vera Regina Beltrão Marques que, com toda segurança e seriedade, apontava caminhos, redirecionava a caminhada, com delicadeza e energia

Aos professores das disciplinas do mestrado: Marta Pinheiro, Vera B. Marques, Maria Auxiliadora Schimidt, Tania Braga, Marcos Taborda, Liane Bertucci, Maria Rita de Assis César, Gelson Tesser, pela “impregnação” de vontade de saber mais e superar minhas dificuldades

As amigas Magda e Laine

A Carol, aluna de História/UFPR, estagiária na Biblioteca Pública, pelas “dicas”, boa vontade e bom humor nas inúmeras tardes de pesquisa

Enfim, aos inúmeros amigos e alunos que estão e estiveram orando pela conclusão da minha dissertação

A todos eu retribuo pedindo que DEUS derrame bênçãos sobre suas vidas.

Resumo

Esse trabalho analisa as estratégias de higienização da população, elaboradas pelos médicos-higienistas com ênfase no Paraná, especialmente em Curitiba, entre os anos 1920 e 1930. Para tanto examina o discurso médico de cunho higienista e eugenista, direcionado para a escola e a população em geral, propagado na época. As relações entre a educação e a saúde, bem como a higiene e a sexualidade são muito próximas e norteiam o discurso médico e assim estarão presentes ao longo do trabalho. Analisando os saberes e as práticas médicas revela como estiveram presentes na escola, nos livros e nos cursos para a formação dos professores, bem como na educação sexual dos alunos e na inspeção médica escolar. As fontes documentais foram apreciadas a luz das proposições de Michel Foucault, entre outros. Nos dispositivos e práticas que se voltaram para a conformação do corpo e da alma dos alunos, seus familiares e professores a uma certa racionalidade higiênica e eugênica, pode-se ler as marcas de um projeto de higienização da população, no intuito de aperfeiçoamento da raça brasileira.

Palavras-chave: educação, saúde, higiene, sexualidade, eugenia.

Abstract

This work analyzes the hygienic strategies of the population elaborated by physicians with emphasis on Paraná state, specially in Curitiba, among the years 1920 and 1930. This work analyzes the medical discourse with hygienic and eugenic feature, directioned to the school and the general population, propagated in the epoch. The relations between the education and health, as soon as the hygiene and sexuality are very close and guide the medical discourse being present in this work. The medical knowledge and practices reveal how they were present in the school, in the books and in the professor grades, as soon as in pupils sexual education and in the medical inspection of the school. The document source are appreciated in agreement with Michel Foucault propositions among others. In the devices and practices that directed it selves for the body and soul of the pupils, their relatives and teachers to a relative hygienic and eugenic rationality, we are able to read the marks of a population hygienic project, with the intention of improvement of the Brazilian descent.

Key-words: education, health, hygiene, sexuality, eugenie

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
MEDICINA E SEXUALIDADE	10
A SEXUALIDADE NO DISCURSO MÉDICO HIGIENISTA.....	12
A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL.....	23
A ENTRADA DA EUGENIA	40
OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO NO HOMEM	53
HIGIENE E SEXUALIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES COM A EDUCAÇÃO	61
O ENSINO PARANAENSE E A HIGIENE.....	64
O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MÉDICA NAS ESCOLAS.....	76
INFLUÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA HIGIENE E SEXUALIDADE NO PERÍODO DE 1920 A 1930.....	88
LIVROS TEXTOS, PROGRAMAS ESCOLARES E METODOLOGIA DE ENSINO.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

“O poder disciplinar, ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Na disciplina, são os súditos que têm que ser vistos. Sua iluminação assegura a garra do poder que se exerce sobre eles. É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeitado o indivíduo disciplinar.”

(MICHEL FOUCAULT, *Vigiar e Punir*, 1984)

O presente trabalho é um estudo que busca pontuar interligações entre a saúde e a educação, especialmente em relação à higiene e à sexualidade.

A higiene se preocupa, cuida da saúde, ensinando a protegê-la e a melhorá-la. Seu nome se originou da raiz grega *hygies*, que quer dizer sadio.

Agrupando e aperfeiçoando fatos doutrinários e ensinamentos práticos nos vários campos dos conhecimentos humanos, a higiene preocupa-se com o saneamento do ambiente em que o homem vive, com o favorecimento e ótimo funcionamento do organismo, ajustando-o ao meio, cuida de impedir e combater as doenças. Diante disso, Dr. Barros Barreto¹ afirma que a higiene “se esforça por manter íntegra a saúde, elevar o padrão de bem estar, prolongar a duração da vida e aprimorar a raça”. (1942, p. 5)

Com tudo isso, firma-se a higiene como importante promotora de saúde humana. Antes da concepção, numa tarefa de pura eugenia², preocupando-se com o aprimoramento das características físicas e mentais dos progenitores. Depois da concepção, com conselhos e exames pré-natais. No momento do nascimento com cuidados e após o mesmo, assistência à criança e à mãe.

¹ O Dr. João de Barros Barreto era professor de Higiene na Faculdade de Ciências Médicas e Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde, autor do livro “Tratado de Higiene: saneamento-higiene” primeiro volume, publicado pela Imprensa Nacional, em 1942, no Rio de Janeiro.

² Eugenia é uma maneira de encarar a procriação, uma forma de gerar melhores seres humanos, encorajando a reprodução de pessoas com “bons genes” e desencorajando aqueles com “maus genes”. A palavra eugenia é derivada de uma palavra grega que significa “bem nascido”. Os defensores da eugenia procuram mudar a espécie humana através de seleção artificial, através do cruzamento controlado de pessoas que têm certas características físicas e habilidades mentais. A eugenia tem como principal fundamento a genética, mas também utiliza informações provenientes de outras áreas do conhecimento, tais como psicologia (o estudo da personalidade), sociologia (o estudo da interação de grupos) e demografia (o estudo estatístico de populações humanas).

Os conhecimentos referentes à higiene foram sendo propagados através dos tempos, criando os primeiros postulados, inteiramente empíricos, até que, no século XIX, com bases mais experimentais, foi possível o advento da higiene científica.

O estudo da sexualidade associa-se à história das sociedades humanas, em suas variedades, sendo evidente a relação que se estabelece entre o social e o psicológico. A análise das transformações no comportamento sexual a partir de fatores sócio-culturais nos mostram que questões políticas, econômicas e sociais diante da sexualidade variam de cultura para cultura e em momentos históricos diferentes. Não se pode negar a grande importância atribuída ao sexo, ao longo da história. Ora o sexo é valorizado por representar força, riqueza, fecundidade, ora é condenado quando deixa de cumprir sua função reprodutora ou quando não contribui para o aperfeiçoamento da raça.

O sexo e a reprodução fazem parte da vida e da perpetuação da espécie. Entretanto, segundo Correia, “alguns fenômenos afetos à sexualidade, como comportamentos e práticas são restritos a determinadas sociedades. Sendo assim são de ordem cultural.” (1999, p. 5)

A cultura domina a expressão do sexo de maneira incrivelmente poderosa. A cultura, percebida como síntese das crenças, hábitos, experiências e pontos de vista, filtra a influência biológica da sexualidade e torna inseparáveis os aspectos naturais e sociais, articulando-os entre si. Mesmo as diferenças sexuais fisiológicas (entre o homem e a mulher) manifestam-se de várias formas, de acordo com a sociedade em que a sexualidade é construída, pois a cultura está carregada de sentidos e significados.

Com o aumento da população curitibana³ no início do século XX, um novo panorama urbano estava sendo delineado. Entre os anos de 1920 a 1940, a população de Curitiba quase duplicou, sendo necessário a adoção de diferentes medidas higiênicas e um novo encaminhamento para as questões urbanas e sociais, ficando mais em evidência agentes sociais como os médicos-higienistas e os professores.

³ População curitibana em números: 1900: 50.124 habitantes; 1920: 78.986; 1940: 142.185; 1950: 179.208. (WARCOWICZ, Ruy. História do Paraná. Coleção Brasil Diferente. 9ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. p.310)

O conjunto de iniciativas, bem como as formas de intervenções voltadas para o enfrentamento dessas mudanças, procuravam adequar o homem ao novo ambiente ao qual estava inserido. É perceptível que a população aparece como o objetivo final do governo, que gera situações como “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.” (FOUCAULT, 1998, p. 289)

Dentre as diversas estratégias utilizadas para produzir um determinado projeto de ordenação da cidade e de imposição de novos modos de viver, esse trabalho confere especial atenção às iniciativas que visaram fazer da educação escolar um meio de higienização da população, considerando que a escola tem sido, ao longo dos anos, um dos meios mais poderosos para a transmissão de saberes vinculados à sexualidade e à higiene.

O fio condutor do presente estudo é o discurso médico direcionado à formação dos professores, a partir dos anos 1920, mais especificamente entre os anos 1920 - 1930. Percebe-se, neste período uma forte disseminação de um discurso higienista e eugênico entre os médicos, destinado à sociedade. Estudos já feitos nesta direção, como o de Vera Regina Beltrão Marques, de Marília Mezzomo Rodrigues, de Heloísa Pimenta Rocha e de Maria Stephanou também contemplam uma análise do discurso médico, porém cada uma com enfoque em um ângulo diferenciado. Busca-se fazer uma análise desse discurso e como esse se direcionou à escola, aparecendo na fala dos professores, nas propostas de formação dos mesmos e nos encaminhamentos destinados à educação no Paraná.

As reflexões de Michel Foucault, que “inventou o conceito de sociedade disciplinar para definir a modernidade ocidental” (CESAR, 2004, p. 62) servem para auxiliar na compreensão das idéias que permeiam o discurso dos médicos e práticas sociais, vinculadas à saúde e à educação presentes nesse trabalho, como por exemplo, a medicalização da família e do espaço urbano e como a disciplina dos corpos e das mentes produziu corpos dóceis.

As publicações de alguns autores envolvendo reflexões Foucaultianas, alguns na Europa, outros no Brasil, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, sustentam análises das temáticas vinculadas à saúde e à educação, contribuindo para o desenvolvimento desse trabalho. Entre esses pode-se citar Jacques Donzelot, em A

Polícia das Famílias, cujo eixo é a análise da família, a partir do século XVIII, quando em face às exigências sociais viu-se reduzida ou funcionalizada através de um processo de flutuação de normas sociais e valores familiares.

O livro *Ordem Médica e Norma Familiar* de Jurandir Freire Costa, revelou-se fundamental pois aí são abordadas as formas de intervenção médica-higiênicas sobre as famílias de elite no século XIX. Intervenções que integraram o processo de urbanização e criação do estado nacional, levando a família colonial brasileira, cuja estrutura baseava-se na propriedade e no poder paterno, a transformar-se em família conjugal.

Também Roberto Machado, com *Da(na)ção da norma - Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, trouxe grande contribuição pois envolve as ações eugênicas e a medicina social.

Vera Regina Beltrão Marques, no livro *A medicalização da raça - Médicos, educadores e discurso eugênico*, por apresentar uma análise crítica do discurso médico-pedagógico acerca da eugenia no decorrer dos anos 1920 na cidade de São Paulo, possibilitou uma maior aproximação ao período enfocado e à temática.

Também o trabalho de Marília Mezzomo Rodrigues, em *A prevenção da decadência - Discurso médico e medicalização da escola*, trabalha com o discurso médico no período de 1931 a 1942, porém focado no estado do Paraná.

Encontrou-se uma análise sobre a educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925) na tese de Heloísa Helena Pimenta Rocha e sobre os discursos médicos nas primeiras décadas do século XX, mais especialmente no Rio Grande do Sul, na tese de Maria Stephanou, intitulada "Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX".

Maria Rita de Assis César, na sua tese intitulada "Da escola disciplinar à pedagogia do controle" apresenta uma análise da escola e suas práticas disciplinadoras, sob o advento da escola nova.

A presente dissertação resulta de uma pesquisa baseada em documentos históricos como método de investigação, com abordagem de natureza narrativa, ou seja, faz-se a opção metodológica por procedimentos qualitativos de coleta e análise dos dados.

O recorte temporal centrado nas décadas 1920 a 1930, foi decidido em função do tom higienista e eugênico encontrado nos documentos históricos analisados e no alto valor tabulado à eugenia e à higiene no período. Porém, como os fatos não se sucedem linearmente, as convicções não são trocadas subitamente e as formas de intervenção em vigor não sofrem uma solução de continuidade, repentina e definitiva em dado momento para cair no esquecimento no seguinte momento, poder-se-á estender o período em algumas passagens, pois freqüentemente observa-se uma sobreposição de práticas e saberes que remontam a períodos anteriores e posteriores ao que se propõe analisar.

A escolha deste recorte no século XX deveu-se também ao fato de que estratégias cada vez mais diversificadas estavam sendo incorporadas na tentativa de sensibilizar a população para as questões que envolviam higiene e sexualidade. Entre essas estratégias, começava a aparecer um recurso novo e muito eficaz, - as transmissões via rádio⁴. Utiliza-se neste trabalho as palestras proferidas na Rádio P. R. B. 2 - "Rádio Club do Paraná", publicadas na Revista Médica do Paraná, com informações e orientações direcionadas às mães e às professoras.

O recorte escolhido é um período no qual houve predomínio de informações e conceitos eugênicos nos discursos médicos, a higiene é uma preocupação constante e começa a fazer parte dos currículos escolares, e, segundo Rodrigues "a sociedade passa a ser entendida pelos médicos como um grande organismo, e todas as formas de nela intervir deveriam passar pelos conceitos de terapêutica e cura" (1998, p. 4).

O espaço geográfico ao qual reporta-se, abrange o estado do Paraná, especialmente a capital, cidade de Curitiba. Embora a maior parte dos trabalhos e pesquisas já produzidas e publicadas sobre a temática conduzem-se aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o foco desse trabalho esteve voltado por observar o desenrolar da relação entre saúde e educação no estado paranaense.

⁴ A primeira transmissão de rádio no Brasil foi feita em 07/09/1922, onde o Presidente Eptácio Pessoa fez um pronunciamento sobre o centenário da independência brasileira. No entanto, foi a partir dos anos 30 que, a melhoria na qualidade das transmissões, o rádio disseminou-se largamente entre a população e revelou seu poder também em relação à divulgação de orientações para a saúde. (STERN, I. 2003, p. 7.)

Portanto, trabalha-se com pesquisa documental e bibliográfica, relacionada ao tema da higiene e da sexualidade dirigida à escola. As fontes que, foram possibilitando uma compreensão sobre as questões colocadas, foram pesquisadas no Arquivo Público Paranaense, na seção Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná e no Museu da Associação Médica do Paraná, todos localizados em Curitiba.

Os documentos históricos analisados foram:

- **Revista Médica do Paraná**, também disponível na Biblioteca Pública do Paraná, na Seção Paranaense e no Museu da Associação Médica do Paraná. Iniciou sua publicação em 1931, tendo como seu fundador o Prof^o Milton Munhoz. Em torno dela reuniam-se os médicos vinculados a Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná⁵, como por exemplo os médicos Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo, nomes vinculados à instalação da Universidade. A maioria dos autores dos textos publicados na Revista são médicos e professores do curso de Medicina, outros ainda são acadêmicos do curso, que mais tarde irão ocupar cadeiras como professores. Muitos textos são técnicos, específicos da área médica, relatando doenças, sintomas, tratamento e formas de prevenção. Outros porém, são voltados para explicar e discutir a política da época, aspectos da sociedade, da puericultura e da pedagogia. Nos próprios textos há relatos de contato com médicos de outros estados ou países, bem como a leitura de livros e textos de grandes expoentes da medicina, deixando evidente as preocupações e projetos que norteiam a medicina na época. Embora a revista fosse dirigida a um público restrito, com circulação praticamente vinculada ao meio médico, as idéias centrais são importantes para entender como os médicos estão compreendendo o momento histórico vivenciado. Muitos textos publicados nesta Revista são programas de rádio para orientação à população em geral, bem como, discursos proferidos por médicos paraninfos nas formaturas do curso de Medicina da Faculdade de Medicina.

⁵ A Universidade do Paraná foi criada em 19 de dezembro de 1912. O governo paranaense da época, chefiada pelo presidente Carlos Cavalcanti, deu irrestrito apoio à iniciativa. Em 24 de março de 1913 a Universidade iniciou seu funcionamento num prédio alugado à Rua Comendador Araújo, ali permanecendo até 1914, depois se transferindo para praça Santos Andrade. O primeiro diretor foi o Dr. Victor Ferreira do Amaral (vice-governador do estado do Paraná em 1900 e tido como efetivador da criação da Universidade), logo depois sendo nomeado diretor da Faculdade de Medicina. O Dr. Nilo Cairo foi seu secretário na Faculdade e faleceu em 1928. (WACHOWICZ, Ruy. História do Paraná. Coleção Brasil Diferente. Imprensa Oficial do Paraná, 2001, p. 212 e 213)

- **Relatórios apresentados ao Sr. Secretário Geral do Estado pelos Inspetores Gerais do Ensino**, produzidos na década de 1920, encontrados no Arquivo Público do Paraná, constituem um relato oficial detalhado dos rumos da educação no período estudado, apontando algumas medidas para melhoria, bem como descrições das inspeções feitas nas escolas na capital e no interior do Paraná. Inclui a aprovação de cursos ministrados pelos médicos aos professores, conteúdo programático planejado para os referidos cursos, local adequado e demais orientações pedagógicas.

- **Archivos Paranaenses de Medicina** - Revista de Medicina Experimental e de Hygiene - pesquisados na Biblioteca Pública do Paraná, na seção Paranaense, datados da década de 1920, apresentam textos cunhados pelos médicos e direcionados aos profissionais da área. Os textos de cunho informativo sobre questões de saúde e educação, permitem um aproximar-se às prescrições higiênicas e eugênicas.

- **Obra manuscrita escrito por Alir RATACHESKI**, intitulado Cem anos de ensino no Estado do Paraná – 1853 a 1953. Esse livro encontra-se no setor de obras raras guardado na Biblioteca Pública do Paraná, na seção Paranaense. Realiza um interessante relato da história da educação no Estado do Paraná, com riquíssimas informações.

Nas fontes arroladas, buscou-se compreender as prescrições médicas, referentes à sexualidade e à higiene e suas interligações com a educação paranaense.

Para tanto levantou-se a bibliografia existente sobre a temática que permitam reconhecer as bases teóricas que dão suporte aos estudos sobre a transmissão dos saberes relacionados à sexualidade e à higiene no ensino público paranaense e reviu-se as matrizes sobre os quais vem se construindo as práticas educativas enquanto meios para efetivá-las.

Na atualidade, a relação sexualidade, higiene, educação e saúde constitui um sólido e amplo campo de estudos. Várias áreas, portanto, estão interligadas e vinculadas ao tema, com fronteiras tênues e imprecisas.

Começa-se apresentando no capítulo Medicina e Sexualidade uma reconstrução dos elementos históricos e sociais que nos auxiliam na compreensão de como a educação sexual foi se realizando. Retrocede-se ao Brasil Colônia e Império, mas com ênfase no Brasil República, do século XX. Pontua-se também as concepções higienistas e eugenistas relacionando sexualidade e saúde. Apresenta-se um relato de como a eugenia entrou no Brasil, bem como as medidas eugênicas recomendadas para a sociedade brasileira. Havia a necessidade de combater as medidas anti-higiências já arraigadas aos costumes de vida da população. Por outro lado, como sugere Stephanou, as “últimas décadas do século XIX e início do XX, mais precisamente, até meados dos anos 30” representam um período em que tudo era considerado pertinente à medicina higienista, considerando que somente os médicos apresentavam a fórmula para erradicar as doenças da sociedade. A proliferação de tal discurso foi intensa e contagiante, mesclando-se com outros saberes, “referendando as formas de pensar e imaginar da época”. (1999, p. 118)

Um histórico de mudanças se operacionalizou no campo de atuação da medicina higienista: ora cuidava do corpo do indivíduo, da saúde, da ausência de doenças, ora a exarcebada preocupação com a erradicação da sífilis, tuberculose e alcoolismo e, em outra instância, a atuação se direcionava para o corpo social, com medidas sociais, conferindo à eugenia um caráter transformador da sociedade. O binômio saúde e educação emerge como campo privilegiado da medicina social.

A educação sexual, tema predominante nas Conferências Nacionais de Educação destaca-se como tarefa a ser desempenhada pela família e pela escola, com divergências na melhor idade para início ou na metodologia a ser empregada, mas com uniformidade de opinião quanto a importância de sua execução.

Ainda nesse capítulo aborda-se os efeitos da educação no homem, pois os higienistas acreditavam que aplicando uma boa educação aos “selecionados eugenicamente” adicionado a boas condições sociais e ambientais, estaríamos diante de uma raça aprimorada em condições de contribuir para o crescimento do país.

No capítulo seguinte intitulado Higiene e Sexualidade aborda-se como se fez a transmissão dos saberes vinculados à higiene e à sexualidade no âmbito escolar e a importância atribuída ao serviço de inspeção médica nas escolas. As várias formas de intervenção dos médicos no âmbito escolar, medicalizando tanto os alunos quanto suas famílias. As intervenções feitas pelos higienistas e pelos eugenistas eram tanto no serviço sanitário, como nos serviços de inspeção escolar, como nos cursos ministrados aos professores, como ocupando cargos públicos, especialmente na área da saúde e da educação.

Aborda-se também sobre as influências pedagógicas na higiene e na sexualidade, mais especificamente no período de 1920 e 1930, no Brasil e no Paraná, ou seja, alguns autores que fundamentavam os conceitos repassados aos professores e à sociedade. Apresenta-se alguns livros textos utilizados para a formação dos professores, programas escolares, divisão do conteúdo programático por série, e discute-se a metodologia do ensino empregada no período.

A educação precisava inculcar na criança hábitos saudáveis que resguardassem a mesma de doenças e de debilidades. Fazendo da escola, da sala de aula, do conteúdo programático, dos livros que embasavam a formação dos professores a moderna “ciência da higiene” procurava intervir sobre o aluno e suas famílias, produzindo corpos disciplinados e hígidos, tanto física quanto moralmente.

Coube, portanto a esse estudo, situar os problemas referentes à medicina e à educação naquele momento histórico: as disputas entre uma medicina estritamente curativa e uma medicina preventiva, mais preocupada em atingir o social; os saberes de uma escola tradicional tentando alcançar uma “escola nova”. Diante de tudo isso, os adeptos de teorias que atribuíam à hereditariedade um caráter relevante, bem como aqueles que acreditavam nas influências do meio e no papel da educação para aprimorar a raça.

MEDICINA E SEXUALIDADE

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na verdade o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. (...) Mas se na realidade o poder é um feixe aberto (...) então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder.

(MICHEL FOUCAULT, 1998, *Microfísica do Poder*)

No início do século XX depara-se, entre outras, com o seguinte conjunto de situações: a Medicina como ciência da higiene, com preceitos para disciplinar a sociedade e, os médicos e os professores, como disseminadores de práticas higiênicas moralizadoras e disciplinares.

Não era mais possível definir a Medicina apenas como a “arte de curar”. Numa época que conhecimentos científicos como a bacteriologia, a microbiologia, a parasitologia, a eugenia entre outras, ocupavam espaço, a Medicina atingiu um status de ciência e, segundo Stephanou,

seu estatuto de técnica e seu método de produção de conhecimentos ia sendo socialmente reconhecida e valorizada por comprovar sua cientificidade. Além disso, havia expandido sua influência, dos doentes e indivíduos para os sadios e as coletividades. A Medicina se propunha competência para tratar de tudo, desde aspectos elementares da vida cotidiana, passando pelos espaços das cidades, higiene das instituições sociais, sanidade das organizações econômicas até o aparato jurídico penal das sociedades. (1999, p. 111)

Com a aquisição desse status, os comentários dos higienistas e sanitaristas nos anos 1920 e 1930, com relação a medicina ser necessária para a população, encontram um campo fértil para proliferar, adquirindo inclusive uma progressiva proeminência. O campo de atuação dos médicos se ampliou atingindo espaços como a escola, as famílias, a política.

Diante das inúmeras interações entre Medicina e Sexualidade, sabe-se que, segundo Araújo, “ao final do século XVIII o discurso sobre a sexualidade passa a ter lugar na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas instituições jurídicas e nas práticas religiosas.” (2000, p. 126) As relações de poder que permeiam essas interações ficam evidentes, ao mesmo tempo que se organizavam tecnologias disciplinares com procedimentos reguladores. Segundo Foucault, quanto à sexualidade emerge

as exigências de regulação – sobre toda uma temática da espécie, da descendência, da saúde coletiva – para obter efeitos ao nível de disciplina; a sexualização da criança foi feita sob forma de uma campanha pela saúde da raça (...); a histerização das mulheres, que levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade. (1979, p. 137)

Os médicos, especialmente sanitaristas e higienistas, foram reconhecidos como aqueles que detinham um saber, que sabiam como orientar as pessoas para cultivar uma vida saudável, que sabiam compreender os fenômenos vinculados à doença e à saúde, à cura e à prevenção e que conheciam as estratégias para normatização das populações.

Ao estar diante da discursividade médica procura-se compreendê-la, a todo instante como um discurso privilegiado sobre a higiene e a sexualidade. O exame das fontes dentro de um recorte temporal de quase 20 anos, possibilitou identificar posições divergentes, surgindo opiniões ora sob uma aparente unidade, ora conflitantes. Os conflitos geralmente estão vinculados à abrangência de atuação entre o médico clínico e o higienista, a medicina preventiva e a terapêutica e nas relações de poder que permeiam tais ações.

Há uma tênue linha separando os papéis do médico clínico e do higienista. Segundo Dr. Barros Barreto

o higienista não deve prescindir do concurso do médico clínico: se são distintos os encargos desses profissionais e demanda especialização esmerada, na realidade colimam em última análise o mesmo objetivo, que melhormente se assegura quando os seus esforços se unificam, conjugam e entrosam em harmonia. (1942, p. 9)

A situação polêmica entre os higienistas e os clínicos é muito significativa porque o que era discutido não era apenas a forma de atuar e a área de abrangência de cada um mas também pela competência científica. A higiene, segundo Barreto, no seu propósito de proteger e melhorar a saúde, usava os ensinamentos práticos colhidos com a vivência, aprimorava tais conhecimentos e cuidava de sanear o ambiente – higiene de saneamento -, cuidar do corpo do ser humano, das enfermidades – uma higiene mais individual, e elevar o padrão de saúde, prolongar a vida e aperfeiçoar a raça – podemos chamar de uma higiene pública ou social, pois se preocupa em estender os benefícios à coletividade. (1942, p. 5)

A partir de agora pretende-se caracterizar as modificações urbanas, em decorrência de alterações sociais e econômicas, especialmente no Paraná nas primeiras décadas do século XX e revelar uma certa impregnação do saber e do poder médico no meio das famílias, na moral, na sexualidade da população e no campo pedagógico, envolvendo uma intrínseca relação entre saúde e educação para uma adequação a nova conjuntura vigente.

A SEXUALIDADE NO DISCURSO MÉDICO HIGIENISTA

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o cenário urbano de algumas cidades brasileiras passou por substantivas modificações, decorrentes de acontecimentos políticos e econômicos, com enormes desdobramentos sociais.

De um lado o fim da escravidão, o esgotamento da atividade cafeeira no meio rural, a proliferação das fábricas, o significativo aumento do fluxo de imigrantes estrangeiros; do outro lado, o crescimento populacional, a explosão dos cortiços e a difusão de doenças epidêmicas. Diante disso, a população brasileira aumentou de forma diferenciada por grupos sociais, tendo as camadas populares – negros e imigrantes – aumentado muito significativamente, especialmente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, nas quais viviam muitos escravos então libertos.

Considera-se que um dos maiores problemas brasileiros era o crescimento populacional acelerado e as questões higiênicas decorrentes desse fator. Por outro

lado, esse contingente que aportava nas cidades brasileiras – especialmente os negros - não pareciam os mais aptos a constituir a força de trabalho. Não sabiam viver “disciplinadamente” na cidade nem eram indivíduos preparados como mão de obra para o exercício do trabalho.

No Paraná, até meados do século XIX havia predominância do tradicional tripé brasileiro: o português, o negro e o índio. Segundo o sociólogo Octavio Ianni a partir de meados do século XIX, a configuração econômica, social e humana de Curitiba começa a modificar-se:

(...)O problema da entrada de imigrantes europeus e sua distribuição pelo espaço geográfico, é uma das questões permanentes de toda a segunda metade do século, entrando pelo século XX. O trabalho escravo perde prestígio progressivamente, em consequência das inovações tecnológicas, do encarecimento do preço do cativo, da destruição das bases morais do regime, da própria eficácia do trabalho de grupos europeus que se dedicam a agricultura em geral (...). Os imigrantes, em ritmo diverso para cada grupo, vão permeando progressivamente a estrutura econômica e social da comunidade.¹

Com as leis restritivas à entrada de africanos no Brasil, sentiu o país grande falta de mão-de-obra, sobretudo para a lavoura. Para atenuar esse problema, o governo brasileiro incentivava a entrada, no país, de imigrantes europeus. Considerando o estado do Paraná, entraram até o ano de 1948 os seguintes contingentes imigratórios², por nacionalidade:

poloneses	57.000
ucranianos	22.000
alemães	20.000
japoneses	15.000
italianos	14.000

Fonte: WARCHOWICZ, História do Paraná, 2001, p. 158

¹ IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difel, 1962. In: WARCHOWICZ, História do Paraná, 2001, p. 326

² A Província do Paraná, separada de São Paulo, em meados do século XIX, foi criada por D. Pedro II, pela Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, durante o período do Brasil Império. E em 1890, primeiro recenseamento feito sob o regime republicano (...) a população paranaense era de 294.491 habitantes, sendo 5,17% o coeficiente de negros, uma das três menores porcentagens dentre as de todos os Estados, sendo São Paulo de 12,97%, no Distrito Federal de 26,79% e na Bahia, de 29,30%. (MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. IN: WARCHOWICZ, História do Paraná, 2001, p. 325)

Considerando que a região sul do país apresenta características mais européias do que o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais ou mesmo o Nordeste, essas levas de imigrantes promoveram uma substancial transformação na sociedade.

A ação da imigração na transformação e modernização da sociedade paranaense pode ser assim sintetizada, segundo Warchowicz (2001, p. 158-159):

1. lançou as bases para o surgimento de uma classe média rural e urbana;
2. desenvolveu um ciclo rodoviário próprio, com a utilização do carroção eslavo e da carroça polaca, substituindo os lentos carros de boi;
3. recuperou a dignidade social do trabalho braçal tanto na agricultura como no meio urbano. O trabalho agrícola e manual deixou de ser vergonhoso e de baixo *status* social;
4. difundiu pelo Estado os ofícios manuais de ferreiro, carpinteiro, marceneiro, arrieador, alfaiate, barriqueiro etc;
5. deu início a inúmeras indústrias na capital e no interior;
6. forneceu os principais contingentes de mão-de-obra para a abertura das estradas da Graciosa e do Mato Grosso, instalação de bondes em Curitiba, introdução da energia elétrica e construção de ferrovias no interior;
7. criou uma arquitetura característica, adaptada tanto ao quadro urbano, quanto ao meio rural;
8. tornou o Paraná um estado com população predominante branca e com majoritária influência européia.

Diante das mudanças sociais ocorridas no espaço urbano novas exigências eram necessárias para que tomasse forma o desejado desenvolvimento da sociedade. É importante lembrar que o processo de urbanização, já perceptível no Brasil, na década de 1920, não se deve principalmente, como nos países industrializados, “à demanda manufatureira, pólo atrativo de primeiro plano. As cidades aumentam em função das crises do setor agrário, das ocupações da burocracia, do incremento dos setores terciários, dos serviços públicos necessários à metrópole”. (FAORO, 2000, p. 677). O Paraná não era o maior produtor de café nacional (lugar ocupado pelo estado de São Paulo), mas a base da economia era a produção da erva mate, apesar das crises sucessivas que enfrentava no seu instável mercado. Segundo Warchowicz (2001, p. 209) “a indústria de manufaturas dava seus primeiros passos. As maiores fábricas do estado eram a de fósforos, de excelente qualidade, de sabão e velas, massas alimentícias e cerâmica, nos arredores da capital.”

A necessidade de formar um mercado de mão de obra “hígida e civilizada” (COSTA, s.d.) implica a existência de um corpo físico saudável e disciplinado, de tal

forma, que possa constituir um corpo social da nação. Para tanto considerou-se necessário uma missão educativa que utiliza a arte de civilizar da Medicina, encaminhada pelos médicos.

Segundo Nilson Costa, “a missão educativa e formativa do Estado visa plasmar em cada indivíduo determinado conformismo social e incorporá-lo ao homem coletivo. Essa pressão é exercida sobre as classes subalternas, exigindo destas o consentimento e a colaboração espontâneas; transformando em “liberdade” a imposição e a coerção”. (s. d., p. 5). É assim que a sociedade, nesse período, vai construindo, através de ações, um conjunto de palavras que qualifica a vida dos sujeitos e uma outra categoria que desqualifica essa mesma vida.

Segundo Sobral, é possível que

haja alguém feio, sujo, doente e profano que cause a desordem. Se realmente isso acontece, é preciso que o seu contrário – alguém belo, limpo, sadio e sagrado – apareça para eliminá-lo. Eliminar a desordem ou o causador da desordem embute a idéia de lutar pelo progresso, pela modernidade, pela pátria. (1994, p. 23)

Para que ocorra o processo de construção do novo indivíduo configurado com a nova organização urbana e para que corresponda às necessidades é necessário rever os costumes, os hábitos, as formas de pensar e de atuar no meio social. Um dos terrenos férteis para tal processo é a “regulamentação da vida sexual, por exemplo, a realidade mais concreta dos indivíduos – o corpo – e que situam ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando a vida cotidiana.” (COSTA, sem data, p. 6)

A representação do indivíduo e sua sexualidade, antes de ser coletiva é individual, sendo que o dispositivo da sexualidade foi construído como meio de auto-afirmação que, ao invés de anular ou desqualificar sua sexualidade, a instituiu como fonte de inquietação e cuidado, vinculando-a com saúde e higiene.

Concretamente, esse poder sobre a vida, segundo Foucault,

centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: *uma bio-política da população*. As disciplinas do corpo e as

regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. (FOUCAULT ,1979, p. 131)

A bio-política, ou seja, as intervenções políticas sobre a população com intenção de disciplinar e regular o corpo (como indivíduo) e como sociedade, permeiam o discurso médico no que tange à sexualidade.

No século XIX, no Brasil, os advogados e teólogos formavam um grupo com maiores influências sociais e políticas. Já no século XX considerava-se que os médicos saberiam e poderiam modificar a sociedade.

O médico não é apenas alguém que possui uma técnica, conhece os grandes tratados teóricos, observa e, portanto, detém um saber. É também uma autoridade, alguém que intervém: decide, executa, fiscaliza e pune. Intervir na sociedade é policiar tudo aquilo que pode ser causador de doença;... é transformar a desordem em ordem, através de um trabalho contínuo e planejado de vigilância e controle da vida social. (MACHADO, 1978, p. 258)

Para fazer 'jus' a tal atribuição os médicos iniciaram sua participação na vida política do país, não apenas assumindo cargos técnicos nos estados brasileiros, mas também como representantes políticos nas instâncias governamentais.

Acompanhando uma breve investigação histórica sobre a medicina e suas relações com a estrutura social do país, percebe-se, ao final do século XIX, oposição entre cura e prevenção e entre medicina individual e medicina social. Uma, é claro, mais tradicional e arcaica, representando o lado assistencialista e que predomina até hoje; a outra, "a nova racionalidade emergente" (MACHADO, 1978, p. 153) que assume um compromisso com a prevenção das doenças, com as condições de vida do povo, enfim com a sociedade.

Para Roberto Machado:

Antes do século XIX não se encontra, seja nas instituições propriamente médicas, seja no aparelho de Estado, a relação explícita entre saúde e sociedade que hoje chega a aparecer como óbvia e atemporal. Até esta época a totalidade da administração não organiza a sociedade levando em consideração o planejamento de um combate às causas das doenças, procurando instaurar ou conservar um regime de saúde. A produção da saúde não faz parte de sua configuração histórica. Seu objetivo é, neste campo, fundamentalmente evitar a morte. (MACHADO, 1978, p. 154)

A proximidade com o século XX e suas conseqüentes modificações políticas e sociais no país demarcaram alterações na medicina, estimulando uma maior penetração da medicina na sociedade, “que incorpora o meio urbano como alvo da reflexão e da prática médica e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado.” (MACHADO, 1978, p. 155)

À Medicina se propunha habilidades para tratar de diversas áreas, desde aspectos elementares da vida diária, passando pelas condições higiênicas das habitações, condições sanitárias dos espaços urbanos, “higidez das instituições sociais, sanidade das organizações econômicas até o aparato jurídico penal das sociedades”. (STEPHANOU, 1999, p. 111)

As relações entre o Estado e a Medicina buscam resolver os problemas de saúde da população e como uma maneira de manutenção da ordem social. Segundo Foucault, a “ medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores.” ³ (FOUCAULT, 2002, p. 302).

Ao homem é atribuída a responsabilidade da desordem urbana e social. MACHADO afirma:

Desordem que não se limita a ter influência negativa sobre a saúde física dos indivíduos, atingindo-lhes também o moral: é responsável pela corrupção dos costumes, pela descrença na religião, enfim pela decadência da civilização. Saúde física e moral dos indivíduos que, quando comprometida, os torna uma ameaça ao estado e que para ser conservada ou produzida exige uma polícia médica urbana capaz de proteger o homem contra o perigo que ele mesmo representa e, portanto, a constituição da medicina como uma instância de controle da vida social. (1978, p. 263)

³ Michel Foucault, no livro “Em Defesa da Sociedade”, Curso no Collège de France (1975-1976), afirma que para o exercício do poder houve duas acomodações: a 1ª acomodação (final do século XVII e início do XVIII, na Europa) dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, com vigilância e treinamento – a disciplina; a 2ª acomodação (ao final do século XVIII), sobre os fenômenos globais, sobre os fenômenos de população, com os processos biológicos da massa humana – mecanismos regulamentadores. Diz ele que temos pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado. Ele também afirma que os mecanismos disciplinares e os regulamentadores são articulados um com o outro. (2002, p. 298-299)

Diante da necessidade de controle da vida social, propalada pelo Estado, a tarefa da medicina “como poder a serviço do progresso, consiste em orientar racionalmente a ação transformadora da sociedade, para conduzi-la à civilização. “ (MACHADO, 1978, P. 276)

Os médicos pretendiam medicalizar a sociedade em todos os sentidos. Os comentários deles nas mais diversas esferas sociais, nos anos de 1920 e 1930, expressam claramente a importância da ação médica para o bem da sociedade, para a melhoria das condições de vida da população.

Os médicos, em contato com as moradias da população urbana, especialmente das camadas mais populares e até mesmo quando fiscalizavam as escolas, ficavam horrorizados com a forma de vida das pessoas.

Como parte de uma política de “purificação da cidade” os médicos higienistas se preocupavam com a moradia, bem como com o asseio corporal das pessoas que compunham primeiro a burguesia e depois as classes populares: “a vida miserável, o odor fétido do trabalhador mergulhado dia e noite nas fábricas, a falta de hábitos regulares de higiene corporal, a imundície de sua casa traduzem a incapacidade de o proletariado gerir sua própria vida e pedem a intervenção redentora da ação dos especialistas civilizadores”. (RAGO, 1987, p. 164-165)

Junto com a imperiosa necessidade de controle sanitário para controlar doenças como a febre amarela, a peste, a varíola, a tuberculose e outras doenças, a higiene estava se propondo a tarefa de “normatização da arquitetura do espaço urbano e controle higiênico das camadas baixas da população”.(COSTA, sem data , p 14)

No decorrer dos anos 20, os dispositivos de normatização higiênica encontraram campo fértil para o desenvolvimento na sociedade, com intensa ação dos médicos. Veja o depoimento do Dr. Belisário Penna, publicado nos Arquivos Paranaenses de Medicina:

Temos de derrocar a rotina, as crendices, as abusões, e infiltrar no cérebro, não so do campônio rude e analfabeto, mas igualmente no do alfabeto pretencioso e atrasado, as noções científicas da biologia e da hygiene, a fim de salvarmos as gerações futuras, de impedirmos a continuidade da degeneração, que se vem realizando desde o inicio da nossa nacionalidade, pelo atraso do ambiente, e

conseqüente estabelecimento dum estado mórbido permanente, endêmico, e multiforme às vezes. ⁴

Diante de problemas sérios como presença de muitas crendices populares, curandeiros, doenças, analfabetismo, ignorância, entre outros, a população era alertada pelos médicos da importância de mudar essa situação, senão a nação não alcançaria o devido e necessário crescimento.

O discurso médico estava embasado no objeto da higiene que consistia na proteção e generalização da saúde tanto física e mental, quanto moral⁵ dos indivíduos. Era necessário defender o povo, mantendo sua saúde, culminando com a conservação da saúde individual, após saúde coletiva, perpassando pelo aperfeiçoamento da raça.

Diante dos fatos do cotidiano, dessa ingerência da classe popular sobre sua qualidade de vida e ainda sobre a possibilidade de contaminação das classes mais abastadas, percebeu-se nitidamente que o alvo da educação higiênica era criar um corpo saudável. Para alcançar tal intento junto a população, com ações vinculadas ao controle, uma vasta rede de instituições foram articuladas entre si, como por exemplo, as escolas, instituições médicas, policiais, familiares e juristas entre outros, para a construção da nova ordem civilizatória no país.

Quando se fala em corpo saudável, pode-se remeter a idéia de corpo orgânico, uma metáfora amplamente disseminada pelos médicos sanitaristas, bem como de outros homens cultos do final do século XIX, na representação de sociedade, caracterizando-a como um “organismo vivo, como um corpo social” (RAGO, 1987, p. 167) que precisava ser tratado e necessitava de cuidados especiais.

⁴ Archivos Paranaenses de Medicina. Anno II Curityba, junho de 1921 – n.2. p. 31-34

⁵ No livro “História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres”, Michel Foucault afirma que por moral entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc.... Porém, por moral entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhe são propostos; designa-se assim a maneira pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores. (1990, p. 26)

Com a ascendência da burguesia e o predomínio de sua hegemonia, vários direcionamentos foram encaminhados para controle da higiene entre os representantes das classes populares. A partir de concepções médicas e biológicas impostas por um olhar de julgamento e separação da sociedade, a intenção clara era a não contaminação da burguesia pela falta de higiene dos mais pobres. Diante desse quadro, os higienistas reforçavam a idéia de que “competia ao Estado” a gerência sobre as regras de higiene e “a conservação da saúde pública” (STEPHANOU, 1999, p. 124) e, como conseqüência, a garantia da dignidade humana e o desenvolvimento econômico do país. Estava bem claro que tudo isso somente poderia acontecer com o auxílio dos médicos higienistas, com suas ações direcionadas às famílias, à escola, enfim a sociedade em geral.

Segundo Foucault, esta higiene, “como regime de saúde das populações, implica, por parte da medicina, um determinado número de intervenções autoritárias e de medidas de controle.” (1986, p. 201)

No livro “Em defesa da sociedade”, Foucault apresenta uma comparação entre tecnologia regulamentadora da vida e tecnologia disciplinar do corpo, que embora se referindo ao século XVIII, pode-se utilizar nessa situação para explicar a ação dos médicos higienistas, ora centrada no corpo, ora centrada na vida. Segundo Foucault,

Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; ...É uma tecnologia que visa portanto não o treinamento individual, mas pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. Logo ...num caso, trata-se de uma tecnologia em que o corpo é individualizado como organismo dotado de capacidades e, no outro, de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos do conjunto. (FOUCAULT, 2002, p. 297)

No século XIX, a partir da terceira década, a família começou a ser responsabilizada pela incapacidade de proteger a vida das crianças e adolescentes. Diante da configuração de um quadro com alta mortalidade infantil e falta de saúde dos adultos, os interesses físicos, psíquicos e sexuais de cada indivíduo estavam submetidos aos interesses sociais, sendo “o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais,

parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social” (COSTA, 1989, p.13)

Os preceitos da educação higiênica defendiam um corpo saudável, robusto e harmonioso, vinculando tais fatores a “aquisição de *status* social e manipulação política-econômica da vida dos indivíduos.” (COSTA, 1989, p. 13)

A intervenção dos médicos, enquanto representantes da elite e desempenhando a função de controladores das famílias e de todo corpo social, é explicado pelo conceito de *bio-poder* no qual Foucault diz que é o exercício de poder sobre a vida dos indivíduos e das famílias, regulando-a, gerindo-a e controlando-a individualmente ou em conjunto. Tais “técnicas de poder”⁶ presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas, como a família, o exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades, agiram no nível dos processos econômicos...; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia.” (FOUCAULT, 1979, p. 132-133)

Para uma eficiente organização do corpo social era inadmissível a falta de adoção dos princípios da higiene, pois a mesma acompanhava “terapeuticamente” a vida das pessoas. Conforme Costa,

A nosso ver, o controle educativo-terapêutico instaurado pela higiene iniciou um modo de regulação política da vida dos indivíduos, que, até hoje, vem se mostrando eficiente. Através da tutela terapêutica, o corpo, o sexo e as relações afetivas entre os membros da família, passaram a ser usados, de modo sistemático e calculado, como meio de manutenção e reprodução da ordem social burguesa. (1989, p. 16)

⁶ Comparando com a ação da Medicina sobre a sociedade no Brasil, no início do século XX, pode-se compreender o conceito de “tecnologia do poder”, “biopolítica” e “biopoder” utilizados por Foucault, embora ele estava se referindo à Europa no séculos XVIII e XIX:

... a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano...vemos aparecer ...uma “biopolítica” da espécie humana. (FOUCAULT, 2002, p. 289)

A ação médica sobre a higiene dos indivíduos, das famílias e dos ambientes, representa uma maior disciplina e uma maior vigilância. Tal ação se difundia em algumas perspectivas, entre elas, as normas higiênicas para evitar transmissão de doenças como peste bubônica, varíola, tuberculose, pois estas impediam os trabalhadores de exercer suas atividades diárias, reduzindo a produção, a assiduidade ao trabalho e, por conseqüência, a economia; em segundo lugar a ação médica preocupava-se com a educação sexual das crianças, pois esta deveria conformar futuros homens e mulheres em reprodutores sadios e formadores de descendentes também sadios, garantindo a permanência de uma raça igualmente sadia e pura.

Pode-se evidenciar esta forma de pensar e agir eugênicamente dos médicos em uma oração proferida pelo Dr. Jorge Lacerda, em nome da turma dos médicos de 1937, da Faculdade de Medicina do Paraná, na solenidade de colação de grau realizada no Club Curitibano:

O saneamento do sólo pátrio e a eugeniização da raça constituem uma exigência económica do país! O combate aos fatores disgênicos e a profilaxia das causas da degeneração racial afirmam-se como imperativo da honra e da dignidade do Brasil. Setenta por cento das nossas populações são doentes, além de analfabetos! ⁷

A idéia central dos eugenistas estava em higienizar a raça, permitindo sua melhoria, tentando atingir a perfeição, através da intervenção direta na reprodução humana. Nesse momento, pensar o desenvolvimento da nação pressupunha pensar ideais eugenistas – e esta missão estava nas mãos dos médicos.

⁷ Revista Médica do Paraná (RMP). Ano VII, n. 6. Junho de 1938, p. 311

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Temas e abordagens relacionados à sexualidade estiveram, ao longo da história da humanidade, vinculados à educação, à higiene, ao controle social e à economia. No Brasil, a higienização da família, inclusive quanto a sexualidade, cresceu paralelamente com o desenvolvimento urbano.

Segundo Foucault, o termo 'sexualidade' surgiu no início do século XIX e o uso da palavra foi estabelecido em relação ao fenômeno como:

o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apóiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. (FOUCAULT, 1990, p.9)

A sexualidade, como experiência historicamente singular, descrita por Foucault no livro *História da Sexualidade 2 – O uso dos prazeres*, é constituída por três eixos, que são: “a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade.” (FOUCAULT, 1990, p. 10)

Para compreendermos melhor como os saberes referentes a sexualidade foram sendo construídos no Brasil e como os sistemas de poder foram regulando a prática da sexualidade, vamos fazer uma breve retrospectiva histórica para revermos os direcionamentos dados a educação sexual sobre as famílias e indivíduos, com ênfase nas primeiras décadas do século XX.

No Brasil Colônia, era perceptível uma distinção entre, principalmente, dois tipos de mulheres: a mulher casta e pura, com uma educação sexual recatada e com função reprodutora; e a mulher trabalhadora, especialmente escravas consideradas com sexualidade latente e exacerbada, apta a servir aos filhos dos senhores para a iniciação sexual.

No livro *História e sexualidade no Brasil*, de Ronaldo Vainfas (org.):

a vida sexual colonial se caracterizaria por uma dupla moral, havendo, de um lado, as recatadas e enclausuradas mulheres livres e brancas e, de outro, as negras entregues à volúpia e ao prazer dos senhores precocemente viris. Da escolha do cônjuge ao nascimento e criação dos filhos transitaríamos de um mundo austero e casto para um universo marcado pelo sexo fácil e ligações fortuitas. (1986, p. 107)

Durante o período de Colônia e Império, o modelo patriarcal advindo de Portugal influenciou a família brasileira. Era comum em Portugal as mulheres da elite serem criadas em casa, recebendo a educação dos pais ou de preceptores. Segundo Correia, a educação das mulheres limitava-se “ ao aprendizado das prendas domésticas e das boas maneiras, leitura, escrita, noções de música e dança, trabalhos de agulha, quitutes caseiros e, em alguns casos, a língua francesa. Essa tradição foi transferida para o Brasil. “ (VENÂNCIO apud VAINFAS, 1999, p. 29)

Portanto, para a mulher, o ideal era ficar em casa e o acesso para o mundo era através dos ensinamentos dos preceptores. Qualquer curiosidade ou interesse por novas idéias ou até mesmo livros de literatura que fossem suspeitos não eram permitidos para a mulher pois se tornava uma ação perigosa e depravada.

No período do Império, foram criados alguns colégios com regime de internato, por congregações religiosas. A vigilância sobre esses estabelecimentos de ensino também era grande pois qualquer intenção de modernismos ou liberdade era duramente criticado.

Jurandir Costa afirma que “a renovação da sociedade brasileira, após a chegada da Corte, incrementou a demanda da escolarização” (1989, p. 180). Diante do vislumbramento do modelo europeu e do desenvolvimento econômico, as famílias brasileiras sentiram necessidade que seus filhos recebessem maior instrução.

Este movimento foi impulsionado, a partir da segunda metade do século XIX, quando foi construída a primeira via férrea e quando houve uma melhoria geral do sistema de transportes. As famílias rurais puderam, mais comodamente enviar seus filhos para os internatos da Corte ou das grandes capitais. A esse aumento de demanda correspondeu um sensível aumento do número de estabelecimentos escolares. (COSTA, 1989, p. 180)

As mudanças políticas e econômicas eram grandes neste período e, certamente, estas influenciavam as decisões e orientações pedagógicas dos estabelecimentos de ensino. Junto com a instrução vinham as práticas disciplinadoras do sexo, regulando o tempo dos alunos, a prática esportiva, asseio corporal entre outras. Para César,

a disciplinarização dos corpos ocorreu em locais especialmente preparados para esse fim; locais cercados, quadriculados, com uma disposição arquitetônica milimetricamente estudada e um mobiliário especialmente desenhado para o ensino, além da presença de um corpo de especialistas preparados para a aplicação dos exercícios disciplinares tanto da mente como do corpo. (2004, p. 54)

Uma das orientações pedagógicas era o controle do tempo para que os alunos não tivessem muito tempo livre, pois ociosidade, segundo Costa, “induzia à vagabundagem” (1989, p. 183), relacionada com o sexo, pois era prejudicial ao desenvolvimento físico e moral. A idéia que imperava era estimular fisicamente os jovens, através de exercícios físicos que, além de moldar o corpo, evitava o ócio e, sem tempo livre, as crianças e jovens não pensariam em sexo. Os médicos tentavam ocupar o espaço que lhes era atribuído na sociedade, mostrando aos pais, educadores e alunos, a importância da educação do corpo. “Buscava-se, por este meio, reforçar a idéia da necessidade de conhecimentos médicos que pais e educadores deveriam ter para se tornarem aptos a cuidar das crianças.”(COSTA, 1989, p. 186)

Alir Ratacheski ¹ em seu livro menciona palavras do presidente Oliveira Bello sobre a importância da educação física na escola relacionando com o aprimoramento da raça:

Da educação física nem se pensa, ignora-se que a função cerebral depende das condições higiênicas dos órgãos em que se exercita; que o homem é o produto moral do cérebro. A ginástica escolar falta absolutamente nas práticas do ensino produzindo o esfacelamento mental que os métodos verbalistas promovem. Daí o definhamento da raça e os vícios de caráter de que sofre a nacionalidade brasileira eivada da tibieza, atonia, irresolução e automatismo.” (folha 13)

1 RATACHESKI, Alir. Cem anos de ensino no Estado do Paraná. 1853-1953. (manuscrito). O Dr. Luís Alves Leite de Oliveira Bello foi presidente da província, no final do século XIX, até a promulgação da República.

Os colégios de religiosos – internatos – foram a melhor forma que as famílias encontraram para a educação dos filhos, especialmente pelo controle quanto a sexualidade. Essa era uma grande preocupação da medicina, especialmente com a masturbação, como sendo um “perigo avassalador para a saúde física, moral e intelectual dos jovens.” (COSTA, 1989, p. 187). Os médicos higienistas também estavam por trás destes conceitos e das orientações dadas aos professores e pais.

Jurandir Freire Costa, cita os comentários do higienista Alexandre Augusto D’Almeida Camillo, na tese intitulada “O onanismo na mulher, sua influência sobre o físico e o moral”, publicada em 1886, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, quanto aos indivíduos dados a masturbação:

Emagrecem quase rapidamente, os olhos tornam-se turvos, cercados por uma fita lívida, tristes, as pálpebras ingurgitadas, vermelhas, pesadas, sobretudo as superiores, coladas ao despertar, olhar fixo e atoleimado, dirigido para o chão, fisionomia triste e taciturna, estado de languidez, aumento do apetite para compensar as despesas da economia, andar cambaleante, falta de coordenação nos movimentos, fraqueza muscular na região lombar, tremor nos membros, suores noturnos, urina turva e sedimentosa, calafrios quase contínuos, voz rouca, palidez,...(1989, p. 187)

Os médicos sugeriam muita observação e investigação, e diante de qualquer atitude suspeita, repreender a masturbação e os masturbadores. Nos colégios era importante evitar o isolamento, estimulando ginásticas e exercícios coletivos. Não era permitido dormirem sozinhos em quartos separados e era imprescindível que uma luz estivesse acesa a noite inteira para que se sentissem vigiados.

Regras eram emitidas pelos médicos para os moradores de pensões nos colégios europeus, ou seja, para os alunos internos, a fim de evitar que o mal se espalhasse. As regras eram as seguintes, segundo COSTA (1989, p. 189-190):

- 1^o) Não admitir no seio da comunidade mancebos de hábitos e costumes suspeitos;
- 2^o) proibir aos alunos a conservação e a leitura de livros eróticos, as palestras levianas, e tudo que possa excitar para mal a sua imaginação ardente;
- 3^o) repartir completa separação de idades;
- 4^o) proibir uma comunicação muito livre entre os pensionistas e os alunos externos;
- 5^o) prevenir o despertar precoce da sensualidade por meio de exercícios bem dirigidos, pela abolição de alimentos excitantes, etc.;
- 6^o) punir o culpado, repreendendo asperamente, ou, segundo a gravidade do crime, expelindo-o do colégio;
- 7^o) medicá-lo se carecer dos socorros da arte.

A intenção nítida era disciplinar os corpos, transformando-os em corpos obedientes e submissos a vontade superior. Foucault explica melhor tal intenção ao afirmar que “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe....A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).” (1984, p.127)

Os médicos se preocupavam com as conseqüências do erotismo infantil e com a necessidade de disciplinar os corpos e, para tanto, a masturbação era considerada crime e o masturbador era considerado culpado e encaminhado para tratamento. No fundo qual era a preocupação dos higienistas? Que argumentos usavam para combater tenazmente a masturbação nas crianças e adolescentes? Um desses argumentos para convencer a família era a proteção do corpo e da saúde da criança; outro era com o desgaste físico proveniente da masturbação, bem como com o prazer proveniente da mesma, pois podia estimular outros comportamentos sexuais diferentes, entre eles o homossexualismo e a prostituição. Ainda se preocupavam os médicos com a falta de compromisso do masturbador com a perpetuação da espécie e com o futuro do país.

Tanto o discurso político, quanto o discurso dos médicos higienistas diante dos colégios tinham a intenção de, através da educação dos filhos, transformar a família colonial brasileira. Estas, ao sinalizarem que estavam se adaptando as novas ordens estatais, começam a ocupar seu espaço na educação dos filhos e nela “a mulher estava pronta para assumir, como mãe higiênica, o papel antes reservado aos internatos e aos professores medicalizados.” (COSTA, 1989, p. 194)

No discurso médico, a sexualidade era definida como função orgânica vinculada a necessidade de reprodução da espécie e, portanto, como um elemento e uma necessidade da natureza. “Até o final do século XIX, a sexualidade, do ponto de vista médico, enfatiza duas temáticas centrais e contrapostas: a do casamento, espaço da sexualidade sadia, e a da prostituição, espaço da sexualidade doente. (SEIXAS, 1998, p. 77). Atribuía os médicos, às mulheres, instintos sexuais pouco controlados, gerando depravação.

O corpo feminino, portador de instintos sexuais mais aguçados em função da necessidade da reprodução, revelar-se-ia, segundo o diagnóstico médico, propenso às anomalias sexuais, concebidas na sua dimensão física. De acordo com um outro sentido desta mesma perspectiva, a mulher seria considerada mais inclinada do que o homem à depravação sexual, manifestando-se portanto, uma tendência mais forte à sexualidade anormal, definida como doença moral. (VAINFAS, 1986, p. 178)

Portanto, a ação médica e higiênica, situada neste âmbito da anormalidade tende a ser apresentada no combate as doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis e no controle da concepção dos filhos. O interesse dos médicos no corpo feminino, considerando os ângulos da concepção e da gravidez, reserva-se ao controle através de uma política de higienização, abrangendo tanto os aspectos físicos quanto os morais.

A higienização também estendia-se à organização da vida familiar das classes operárias. As famílias dos trabalhadores moradoras de cortiços infectos segundo o discurso médico deveriam ser fixadas ao redor das fábricas, em vilas operárias² – especialmente em São Paulo - com a intenção de controlar e manter sob certa vigilância os operários. Havia ainda um incentivo aos casamentos monogâmicos, com a intenção de afastar os homens de relações amorosas que poderiam trazer conseqüências para saúde para o rendimento no trabalho. Veja o que o Dr. J. Monteiro Almeida³ afirma, citado por RAGO:

Que melhor espaço senão a vila operária para a mulher realizar sua “vocaçao sagrada e natural”, recolher marido e filhos dos perigos da rua, evitando que procurassem os cabarés ou as “pensões de meretrizes estrangeiras, mestras em todas as artes do gozo e no esgotar garrafas de champanhe e de uísque, corrompendo os jovens e propagando doenças venéreas?” (1983, p. 183)

As prostitutas, classificadas como perversas, depravadas, incapazes moralmente de exercerem o papel de reprodutoras, eram consideradas obstáculo “físico e moral à viabilização do projeto de higienização do corpo.” (VAINFAS, 1986, p. 179) A proposta era transformá-la em aliada, através da ação normatizadora do médico.

2 As vilas operárias – ao redor das fábricas, foram apresentadas como uma forma de substituir os cortiços que se “tornavam perigosos pela proximidade aos locais considerados nobres”, pela possibilidade de contágio com doenças e “pelo foco de resistência a tudo aquilo que a cidade disciplinar” tinha planejado. (MARQUES, 1994, p. 25)

³ Citação feita na tese A Higiene das habitações na Bahia, defendida em 1915

A diferença entre sexualidade no casamento até o século XIX e após tal período ficou bem nítida. Segundo Jurandir Freire Costa, “até o século XIX, no Brasil, a sexualidade interferia muito pouco na estabilidade familiar. A solidez de um casal não dependia do nível de sexualidade que permeasse a relação.” (1989, p. 226) Neste período, a relação sexual no casamento era com vistas à procriação, exclusivamente. A sexualidade entre o casal era algo oculto, velado e sem interferências públicas. Porém essas características eram muito diferentes do encaminhamento dado pelos médicos e pela sociedade no século XX. “O sexo, dentro da legalidade do matrimônio, tornou-se objeto de regulação médica, não por seus excessos, mas por suas deficiências” (COSTA, 1989, p. 227).

No Paraná também foi implementado um plano de ação, de regulação da sexualidade por parte dos médicos e do Estado e, por consequência, controle do corpo. O Dr. Mário Gomes, médico paranaense, era um partidário do controle sobre o casamento:

No Brasil, pelo menos, o casamento não deverá ser encarado, nem aceito apenas por seu aspecto natural e sentimental – o da inclinação de um sexo pelo outro – o que bastaria, sem dúvida, no particular que nos interessa, se não houvesse a considerar sua inevitável ou provável consequência – a prole. E esta, como vimos, precisa e deve ser melhorada em todos os sentidos – raça, robustez e saúde.⁴

Além da intenção de manter um certo domínio sobre as famílias e a preocupação com a transmissão de doenças através do sexo, estava a pretensão da defesa da raça, e isso certamente influenciava a educação sexual nas famílias. A ênfase na boa escolha do parceiro conjugal era uma questão fundamental para a higiene. A saúde dos filhos não dependia apenas do período após o nascimento e, sim, da escolha de pais saudáveis física e moralmente. Portanto, a sexualidade estava sendo idealizada com o objetivo de unir sexo, amor, casamento e procriação de filhos

⁴ Revista Médica do Paraná (RMP). Anno II, n. 2. Janeiro de 1933, p. 41

saudáveis. O médico paranaense, Dr. Milton Munhoz em um pronunciamento na Rádio, nos remete a compreender a opinião e a postura dos médicos higienistas frente a questões como casamento e hereditariedade:

De fato, falar em questões ligadas às conveniências científicas do casamento, á hereditariedade de taras e molestias e á possibilidade de contagio, no matrimonio de doenças infecciosas, fére o pudor ou o sentimentalismo de muita gente, colocando em posição pouco agradável os que se aventuram a palmilhar terreno tão perigoso.

O casamento é uma lei natural. Dentro do terreno puramente biologico o seu objetivo é o da reprodução da especie.

...A formação psiquica e fisica do homem depende, em grande escala, da saude mental e somatica dos progenitores, consoante as leis da hereditariedade.

Nós herdamos dos nossos pais, dos nossos antepassados a semelhança fisica, os atributos intelectuais e também a doença ou disposições pessoais ou familiares a certas delas.⁵

Com tais orientações fica claro que as opções e escolhas sexuais precisavam passar por uma aprovação superior. Qualidades como saúde física (ausência de defeitos físicos), saúde moral e intelectual (não ser débil ou idiota), corpo harmonioso e saudável, cor da pele e outros atributos deveriam ser considerados na escolha do parceiro sexual, ou seja, do futuro marido e esposa.

Os higienistas, através de palestras e cursos, e até mesmo durante as consultas médicas, segundo Jurandir Freire Costa, começam a conscientizar as mulheres sobre os seus direitos sexuais, com verdadeiras aulas explicando como “gozar sexualmente” (1989, p. 228) Do satisfatório desempenho sexual do casal dependia a saúde e o desenvolvimento dos filhos e, conseqüentemente o acréscimo do número populacional do país, bem como, seu desenvolvimento econômico. “O casal medicalizado devia ser plenamente sexualizado” (COSTA, 1989, p. 229)

O perfeito papel da mulher no casamento deveria estar atrelado ao bom desempenho sexual e a estabilidade conjugal, bem como o cuidado e a responsabilidade com os filhos, ou seja, o interesse maior era sobre a mulher como mãe e esposa exemplar.

⁵ RMP. Anno V, n. 4. Abril de 1936, p. 94-96

A mulher se vê diante de um fortalecimento do seu papel de mãe, mulher exemplar, guardiã de seu lar que, pelas suas atitudes, poderá evitar que seu marido tenha contatos sexuais fora do lar, evitando a sua própria contaminação e de sua prole com doenças venéreas. Segundo Bertucci, a mulher “cúmplice do saber médico que lhe garante poder revalorizando suas funções domésticas em troca da franquia do seu lar, terá seu papel definido na sociedade contemporânea através de caminhos diversos, traduzidos pela normatização da família burguesa.” (1997, p. 156)

Vimos anteriormente que o casamento e as funções do homem e da mulher dentro do mesmo, de acordo com as orientações médicas, eram considerados como “sexualidade sadia”. No lado oposto, a “sexualidade doentia” era representada pela prostituição, totalmente em desacordo com as determinações sociais.

As prostitutas tornaram-se inimigas dos higienistas principalmente pelo papel que supostamente tinham na degradação física e moral do homem e, por extensão, na destruição das crianças e da família. Contaminando os libertinos com suas doenças venéreas, induziam a produção de filhos doentes e votados à mortalidade precoce. Seduzindo os incautos com suas sensualidades depravadas, levavam a miséria e a infelicidade a famílias inteiras. (COSTA, 1989, p. 265)

A domesticação das famílias e da população passava, entre outras etapas, pela consolidação do casamento e da vida conjugal, bem como pela necessidade de excluir a prostituição e a transmissão de doenças. O máximo permitido era o exercício do corpo, porém afastado de paixões e vícios. (MACHADO, 1978, p. 344) Tais discursos, recheados de orientações com embasamento científico e, por isso bem aceito e com grande poder argumentativo, buscavam normatizar a sexualidade do povo brasileiro. Segundo Foucault a sexualidade, “com seus dispositivos específicos de saber e poder, seria antes de mais nada uma política abrangente de produção de novas formas de relacionamento e controle sexual, do que uma estratégia negativa de controle sexual dos indivíduos pela repressão constante.” (1998, p. 232)

O prof^o Milton Munhoz, proferindo a Oração do Paraninfo na Faculdade de Medicina do Paraná afirmou:

Ao vezo que têm certos povos de atribuir às doenças que os assolam orígens em outros países e principalmente em continentes novos, temos facilmente correspondido com a nossa passividade, aceitando todos os máles que nos atribuem. Bloch presumiu ter demonstrado que a sífilis foi levada da América para a Europa pelos marinheiros de Colombo. A verdade parece ser bem outra, não fôsse a sífilis conhecida na Europa e na Ásia desde tempos imemoriais. Nem Salomão e nem o rei David escaparam ao seu contágio.

Quem lida na clínica e tem oportunidade de assistir doentes de todos as classes e de todas as nacionalidades conhece o furor pudibundo de alguns indivíduos quando o médico supõe ou declara presente a sífilis no quadro nosológico de seus máles. A resposta é quase sempre a mesma: Dr. eu sou estrangeiro. Arrogando-se a imunidade ou melhor a virgindade de contágio sífilítico, seria como se dissessem que guardam distancia do elemento nacional, único portador dessa doença.

Enquanto procuram assim descartar-se de doenças atribuindo-lhes proveniência estranha, nós, que nos acostumamos a formar o nosso conhecimento científico pelos seus livros e suas opiniões, ingenuamente acreditamos em todas as abusões e preconceitos quasi sempre divorciados da observação rigorosa e cujas premissas falsas levam fatalmente a conclusões absurdas.⁶

Os estrangeiros, atribuíam o contágio da sífilis ao elemento nacional, como se aqueles estavam imunes ao problema. O núcleo familiar, esposa e filhos, estava sendo contaminado por uma doença venérea pelo próprio “chefe”. Diante deste novo panorama, foram estabelecidas novas normas para a atividade sexual, como “cuidados específicos para antes e depois do ato, além de dar margem à formulação de uma crítica à família brasileira em seu funcionamento desordenado e marcado pela libertinagem.” (MACHADO, 1978, p. 333)

O professor Nicolau Meira de Angelis, da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, na tese nº 78, intitulada “Pela perfeição da raça brasileira”, publicada nos Anais da I Conferência Nacional de Educação atribui a sífilis⁷ as seguintes conseqüências:

Perturbação no crescimento, deformidades ósseas, raquitismo da prole, anomalias dentárias, nevralgias rebeldes, deformidades cranianas, deformidades dos membros e do tronco, convulsões, incontinência da urina, gagueira, tiques nervosos, perturbação no desenvolvimento mental, imbecilidade, neurastenia, epilepsia, demência, endocardites, fealdade, monstruosidades e envelhecimento precoce. Como se vê, cria esses casos teratológicos, esses monstros humanos: filhos degenerados e estigmatizados pelo ferrão do monstro implacável. (ANGELIS, 1927, p. 440)

⁶ RMP. Ano VII, n. 12. Dezembro de 1938, p. 534

⁷ Em 1915 o pesquisador Shaudinn descobriu o agente causador da sífilis o *Treponema pallidum* causando novas esperanças para a ciência, novas possibilidades de cura da doença. (ANGELIS, 1927, p. 440)

As doenças sexualmente transmissíveis, então denominadas doenças venéreas, entre elas a sífilis, decorrente da sexualidade não higienizada causavam, segundo Angelis, intermináveis imperfeições e anomalias - malefícios contra a espécie.

A sexualidade não dosada, não higienizada e fora do casamento, segundo os médicos, é prejudicial para a espécie e, portanto, considerada negativa. A doença transmitida através do sexo “sem controle” possibilitava ao poder médico intervenções com caráter ora diagnóstico, ora curativo, mas com intenções de vigilância e controle.

Segundo Marques (1994, p. 78) “as doenças sexualmente transmissíveis constituíam outro item dos apelos eugênicos acerca da sexualidade responsável, daquela que se faz disciplinadamente, via casamento eugenizado.”

Sabe-se que nesse período os malefícios e prejuízos de doenças como a sífilis, a tuberculose, as moléstias infecciosas e o alcoolismo atemorizam a população brasileira. Segundo Angelis, causa “assombro e espanto o desleixo e a incúria dos governos sobre esta magna questão que tanto infelicitava o nosso povo.” (1927, p. 440)

Angelis afirma que concorda com Dr. Miguel Pereira⁸ que “o Brasil é um vasto hospital”, pois, exceto as capitais, onde se dá algum atendimento aos problemas de higiene, o restante do país ainda tem muito a fazer.

Como professor, Angelis conclama aos colegas que este problema não fique apenas nas mãos dos médicos. É tarefa dos professores,

difundir nas escolas, às classes mais adiantadas, as conseqüências da sífilis, do alcoolismo e outros fatores da degenerescência: é tratar da educação sexual, mostrar aos jovens as conseqüências de uma vida desregrada, os benefícios da virtude, de uma vida moralizada, de uma vida cristã.

É difundir os conhecimentos da higiene por meio de livros repletos de ilustrações, gravuras, dizeres frisantes em todos os recantos da Pátria, numa campanha persistente, metódica, bem dirigida, com intuítos de colher resultados depois de largos anos de trabalho....

Deveriam ser as casas de tolerância fiscalizadas pela higiene: internadas as “independentes” enfermas em hospitais até completa cura, e nesses centros de desvirtuamento moral entrasse a campanha contra os agentes demolidores da raça, a advertência da ciência, o conselho da higiene, a extorsão do bom senso, até que, dentro de vinte anos, estivesse o povo livre dos males e horrores da sífilis.... É a necessidade de zelar pela saúde pública e cuidar da perfeição da raça brasileira. (ANGELIS, 1927, p. 443)

⁸ O Dr. Miguel Pereira era médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916.

Fazendo parte do processo de educação sexual, especialmente em relação aos jovens, o Dr. Gomes, aderindo as idéias de outros médicos no país, também era um dos defensores do exame nupcial obrigatório, antes do casamento, como forma de evitar problemas mais tarde, bem como a degeneração da raça. Adicionava aos seus argumentos nas palestras e conferências, um caráter vinculado à consciência moral, à beleza física e ao compromisso de cada jovem com o social. Sua ação mais intensa era no estado do Paraná e ele propalava que a família e a escola deveriam interferir neste processo:

Aliás, todos os atos, quer íntimos, quer coletivos ou sociais, só serão dignos de um ser civilizado, quando recebem o veredictum da consciencia, inspirada pela moral e pela razão.

Assim, enquanto não for obrigatório o exame pré-nupcial, os jovens que se vão casar deverão exigil-o por iniciativa pessoal e reciproca.

Antes desse exame, mórmente se dotados de bom gosto, de senso estético adquirido atravez de uma educação adequada, na qual pais e mestres procuraram desenvolver nos jovens, desde cedo, o verdadeiro sentimento do belo, orientado no valor da robustez como fator essencial da beleza, terão escolhido belos tipos de mulher e guapos especimens de homem.

Do apurado e fino gosto na escolha de maridos e esposas, cada qual porfiará visando sempre a progenie e o futuro da raça.⁹

Segundo Marques, fica visível que “vislumbraram nos poderes educacionais não somente um instrumento fundamental de persuasão para a realização dos casamentos eugênicos, como também descobriram o espaço da escola como importante fórum de gerência populacional – o *locus* por excelência da educação sexual.” (1994, p. 104)

O médico-higienista Dr. Amaury de Medeiros compartilhava da mesma crença da importância do exame pré-nupcial. Argumentava ter grande interesse pela saúde pública do país e pelo bem-estar do povo brasileiro, referindo-se especialmente ao elemento feminino quando defendia um projeto, inclusive na Câmara, sobre o exame pré-nupcial:

⁹ RMP. Anno II, n. 2. Janeiro de 1933, p. 41

Não são ainda raros os homens fulminados por lesões nervosas e vasculares, invalidados por lesões viscerais, aleijados por lesões ósseas e articulares, e as mulheres que, além de tudo, ainda somam as intervenções mutilantes em que a cirurgia salva-lhes a vida, matando o sexo e as transformando em fantasmas vivos, sombras humanas sem expressão, sem alegria, flores murchas e tristes. Para essa classe de doença, as mulheres que se casam são as vítimas. Elas são indenes para o marido e recebem dos maridos o nome e a doença e, já porque o seu natural pudor dificulta o tratamento, já porque a sua anatomia abre portas para a glória da maternidade, o fato é que elas se expõem às vicissitudes das mais largas e devastadoras contaminações. (MEDEIROS apud ANGELIS, 1927, p. 443-444)

O Dr. Medeiros defendia a necessidade do exame pré-nupcial como forma de proteger a mulher, de proteger os filhos provenientes de um casamento, portanto, uma forma de evitar a degeneração da raça. Angelis afirma que para isso se impõe como um “dogma a moralização dos costumes, a difusão dos conhecimentos de higiene.” (1927, p. 444) Para alcançar tal intento era necessário o trabalho dos diretores dos postos de “antivenéreas”¹⁰ com campanhas para erradicar tais doenças, bem como ajuda dos professores ao dar esclarecimentos aos alunos e ação dos governos.

O Dr. João de Barros Barreto, no artigo “A desinfecção individual na lucta anti-venerea” publicado nos Archivos Paranaenses de Medicina, conclama “aos mentores de opinião” que através de propaganda e educação a população em geral, tanto civis quanto militares, seja alcançada com orientações destinadas à prevenção quanto às doenças sexualmente transmissíveis:

..fazendo-o por todos os meios de que se serve a propaganda, em conferencia, palestras, conversas individuais de que, em meios militares Everett e Clarck salientaram o valimento, a se sobrepuzar talvez ao de qualquer outro recurso; como os anúncios de jornaes, pamphletos, cartazes, distribuídos e appostos largamente, onde e como melhor pareça para a divulgação, agir-se-a em summa numa persistência de esforços continuados, sem tréguas, desbravando os preconceitos errôneos, incutindo em mente os bons princípios, fazendo despertar a força viva do auxilio do povo que culminara o êxito final da campanha emprehendida.

...É indispensável uma campanha de farta propaganda e de educação popular, emprehendida tenazmente, num entrelaçamento de esforços, pelos sanitários e por pessoas com parcella de auctoridade, mentores de opinião, para que amplamente se divulgue nos meios civis e militares o emprego largo do methodo prophylactico.¹¹

¹⁰ Em Curitiba o nome dado era Dispensário Anti-Venéreo, com função de controlar e erradicar doenças como sífilis e blenorragia, com consultórios separados para militares, homens e mulheres. (Arquivos Paranaenses de Medicina, 1923, p.358). Nas campanhas anti-venéreas o alvo preferencial eram os quartéis, onde o efetivo masculino era controlado, higienizado e disciplinado. (STERN, I. 2003, p. 132)

¹¹ Archivos Paranaenses de Medicina Anno IV Curityba, abril de 1924 – n. 12, p. 424-428

Paralela a ação dos médicos no intento de investir na profilaxia de doenças, na maior parte das teses publicadas e aprovadas na I Conferência Nacional de Educação percebe-se que a educação higiênica e eugênica da população brasileira era um “postulado da razão”, uma necessidade inadiável, como um dilema de sobrevivência, sendo necessário a união e ação dos professores, médicos, jornalistas, dirigentes da nação etc.

Pode-se atribuir a tecnologia do poder ou biopolítica o campo de intervenção do poder médico na necessidade de controlar e evitar a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, de ‘fazer campanha’ a favor do exame pré-nupcial, de solicitar a ação dos governos.

Na I Conferência Nacional de Educação, em Curitiba, em 1927, Na Tese nº 75 intitulada “O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos”, o Dr. Renato Kehl recomenda a importância da educação sexual às crianças no período escolar. Ele julga que deve ser feita pelos pais e professores, sem muitos rodeios. Na escola, sugere que a educação sexual seja feita pelo professor de História Natural e que sejam separadas as meninas dos meninos, para que as lições possam ser adaptadas ao interesse dos respectivos sexos. O sucesso do ensino depende sempre do tato e habilidade do mestre. Acha, Dr. Kehl, importante

esclarecer aos adolescentes os deveres em relação à vida matrimonial e à descendência. Convencê-los de que cada indivíduo é o depositário efêmero de um legado eterno, impondo-se a cada um defender, com o maior carinho, tal legado, que representa a felicidade dos descendentes, evitando, a todo transe, expô-la aos riscos das estroinices e dissoluções. Devem, pois, todos resguardar-se para o matrimônio, do mesmo modo que é exigido para a mulher. (KEHL, 1927, p. 436)

Havia discordância entre educadores, médicos e juristas sobre quem seria responsável pela educação sexual da criança. Uns defendiam que deveria ser responsabilidade da família, associada à “educação moral, como tarefa dos pais.” (VIDAL, p. 58). Outros acreditavam que a instituição privilegiada para tal função deveria ser a escola. Importante diante de tudo isso é que, enquanto era apontado estratégias ou instâncias diferentes para cuidar da sexualidade infantil, apesar das discordâncias, havia o consenso sobre a necessidade da educação sexual, o assunto

era amplamente ventilado em conferências de educação e um dos grandes temas predominantes que geravam reflexões coletivas.

A educação sexual, a encargo da família e da escola, é importante para evitar conseqüências desastrosas como contaminação por microorganismos causadores de doenças sexualmente transmissíveis, falta de higiene necessárias ao ato sexual e ao período menstrual feminino, falta de cuidados com a gravidez e falta de orientações para evitar casamentos que possam gerar filhos com degenerescência.

Como decisão apresentada a essa Tese do Dr. KEHL, ficou decidido na I Conferência Nacional de Educação que “impõe-se como medida de preservação individual e coletiva, baseada no mais alto interesse da espécie, que se proceda à educação sexual gradual e paulatina das crianças, dos jovens e mesmo dos adultos, a fim de que o mais nobre ato, que é o da geração, não continue a processar-se apenas sob o impulso instintivo, só compreensível e admissível entre os animais irracionais.” (1927, p. 437)

Segundo Diana Gonçalves Vidal, “no campo educacional, desde os anos 20 insinuava-se uma preocupação com a educação sexual escolar, como estratégia eugênica de aperfeiçoamento da raça.” Importante número de textos e artigos publicados em jornais, revistas e em conferências, os anos 1930 a 1940 revelam também uma intensa discussão sobre o tema, envolvendo entre outros, os educadores, os médicos e os juristas. (VIDAL, 1998, p. 57)

Na I Conferência Nacional de Educação, realizada no Paraná, a professora Cecília Padilha ao defender a tese nº 74 “Sobre a Educação sexual” propôs:

- 1) Que se deve fazer a educação sexual nas escolas;
- 2) Interessar os pais neste assunto, para que se tornem auxiliares dos mestres;
- 3) Satisfazer, dizendo a verdade, a curiosidade da criança, seja de que idade for;
- 4) Preparado o estudo pela reprodução das plantas e de alguns animais, iniciá-lo sistematicamente aos 11 anos como parte de programa de anatomia e fisiologia humanas;
- 5) Fazer-se a educação sexual em conjunto para meninos e meninas.

Na mesma Conferência o Dr. Renato Kehl, na Tese nº 75 “O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos” comenta

que os pedagogos modernos, médicos e eugenistas são favoráveis à educação sexual. Afirma também não existir um juízo único sobre a melhor idade para ser iniciada a educação sexual, porém ele recomenda que entre 4 e 6 anos já são admissíveis os primeiros passos educativos. Kehl sugere que a educação sexual seja feita pedagogicamente na:

1ª série: a cargo da mãe ou tutora

2ª série: a cargo do pai ou do tutor

3ª série: a cargo do educador e do médico.

À mãe cabe, naturalmente, responder as primeiras perguntas curiosas dos filhos e, por isso, compete-lhe das as primeiras instruções. Ao pai incumbe, complementarmente, prevenir os filhos mais crescidos sobre os perigos das más companhias e dos perigos resultantes das perversões sexuais; compete-lhe, também, concitá-los ao respeito próprio e de seus companheiros, amedrontando-os, talvez, quanto às conseqüências nocivas das leituras, conversas e práticas obscenas (1927, p. 435-436).

O Dr. Renato Kehl (1927, p. 436) ainda sugere o envolvimento dos educadores e dos médicos inspetores de escola ou médicos da família na missão de educar sexualmente as crianças e jovens. Aos educadores ele atribui a importante missão de esclarecer, de modo didático e com certos detalhes sobre a reprodução. Assinala o velho e condenável hábito que os professores possuem de retirar do programa das classes mais adiantadas dos “cursos preliminares” a parte da fisiologia humana, no tocante a reprodução, por zelo excessivo, como se essa parte representasse coisa imoral e indigna de ser estudada. Kehl afirma, por análise dos programas escolares no Brasil ter percebido a ausência dos mecanismos de reprodução animal, apenas o dos vegetais, “como se o primeiro fosse obsceno e o segundo não”

Kehl sugere que o conteúdo seja ministrado pelo professor de História Natural e, discordando da autora da Tese nº 74, apresentada na I Conferência Nacional de Educação, convém que as lições sejam separadamente para os meninos e as meninas, e adaptadas ao interesse dos respectivos sexos. Recomenda que o sucesso do ensino no tocante a educação sexual depende muito do tato e da habilidade do professor.

Inserir-se nessa missão da educação sexual o médico inspetor escolar ou médico da família para renovar os conselhos aos adolescentes, chamando a atenção dos mesmos para a importância do cuidado com a vida matrimonial e à descendência.

“Devem, pois, todos resguardar-se para o matrimônio, do mesmo modo que é exigido da mulher.” (KEHL, 1927, p. 436)

Na II Conferência Nacional de Educação, ocorrida em Belo Horizonte, em 1928, uma das teses aprovadas determinava, conforme VIDAL:

A educação sexual pode e deve ser ministrada no Brasil (...) Ela compreenderá três fases – uma preliminar, que se destina a preparar a infância para a compreensão esclarecida dos destinos do sexo; outra que se propõe a ministrar aos educandos, nas próprias aulas de ciências naturais do curso secundário, o conhecimento das personalidades fundamentais; e uma última, que proporcionará ao adolescente, fora de qualquer curso coletivo e especialização complementar, que constitui a educação sexual propriamente dita. (1998, p. 57)

Livros foram lançados com o intuito de ministrar esclarecimentos sobre a temática, entre eles o livro “Educação Sexual”, de José Albuquerque, em 1934, no Rio de Janeiro e de Sebastião Barroso, com o mesmo título, no mesmo ano. Os dois autores eram médicos. Fernando de Azevedo, publicou em 1923, na Revista da Sociedade de Educação, um artigo intitulado “Um inquérito sobre Educação Sexual”. Os livros sobre Educação Sexual, revestidos de cientificidade, segundo Vidal, “alertavam para necessidade de manutenção de um comportamento ético adequado ao tratamento do tema, evitando-se a malícia” e muitas orientações exprimiam uma tônica em produzir padrões normais de comportamento sexual, como por exemplo, sexo somente no casamento. Há que se destacar, segundo Vidal, “que isso não deixava de ser, também uma bandeira eugênica, na medida que condenava ligações furtivas, combatendo o avanço das doenças venéreas, e estimulava uma fase de estudos sobre a sanidade física e mental dos parceiros antes do coito.” (1998, p.64 e 72)

A educação sexual no Brasil, segundo Vera R. Beltrão Marques, seguindo a “máxima da conformação do corpo e do espírito, desenvolveram-se as técnicas de poder modeladoras do instinto sexual esculpidas de forma a tornar a criança psíquica e fisicamente higienizada.” (1994, p. 130)

O que fortaleceu e uniu tais discursos, dos médicos e pedagogos, foi a manutenção de um ideal básico , segundo Lima “a transformação da sociedade

através da ação educativa em prol da saúde, a constituição da raça, o fortalecimento da moral do povo, o aumento da produção e o engrandecimento da pátria". (1985, p. 115).

Todas as práticas propostas e discutidas em Conferências de Educação e nos discursos dos médicos, predominantes na década de 20, somente obtiveram consolidação nas próximas décadas, porque o "Estado, ao apropriar-se delas, fez da eugenia forte projeto de intervenção social." (MARQUES, 1994, p. 126)

A ENTRADA DA EUGENIA NO BRASIL

Ao longo do século XIX, a fé no progresso como destino inexorável da humanidade manifestou-se em diversos campos do saber. O mundo assistia, então, entre inquieto e maravilhado, ao nascimento de novos discursos com pretensões científicas tanto no campo das ciências humanas quanto no campo das ciências naturais. Dentre estes, a eugenia, proposta pelo cientista britânico Francis Galton ¹, através de sucessivos artigos publicados a partir de 1865, apresentando a eugenia como a ciência do aperfeiçoamento da raça humana.

Com o passar do tempo, "a eugenia tornou-se parte de um grande e deveras destrutivo movimento social para "melhorar" a espécie humana". (BIZZO, 1994-1995, p. 28) Este se tornou evidente especialmente na Alemanha, iniciando-se nos anos 1920 e se estendendo por toda a II Guerra Mundial. ²

¹ Galton (1822-1911) era primo de Charles Darwin, o principal defensor da Teoria da Evolução das Espécies. O trabalho de Darwin influenciou Galton, que começou a escrever sobre as possibilidades de os humanos dirigirem sua própria evolução. Em um livro publicado em 1869, Galton usou estudos sobre famílias de homens importantes para demonstrar que "seria bem prático produzir uma raça de homens superdotados através de casamentos bem planejados durante várias gerações sucessivas". Galton não estava sozinho em sua busca pelo melhoramento da espécie humana. (Revista Ciência Hoje, vol. 19/ nº 109, maio de 1995)

² Segundo BIZZO, os atos de Adolf Hitler e do Partido Nazista, por ele controlado, foram estimulados por teorias eugenistas. Estima-se que entre 18 e 26 milhões de pessoas, dos quais cerca de metade eram judeus, foram mortos em campos de concentração devido à crença nazista de que indivíduos "inferiores" deveriam ser controlados pela raça superior germânica, raça ariana. Durante esses mesmos anos, nos Estados Unidos muitos eugenistas defendiam a esterilização de indivíduos considerados defectivos. (1994-1995, p. 28)

Entre o final do século XIX e início do século XX, época marcada por rápidas transformações, em que a industrialização e a urbanização aceleradas traziam consigo problemas sociais e sanitários. A eugenia afirmava que a miséria dos cortiços operários não era histórica e socialmente construída, mas resultava da incapacidade de pessoas menos esclarecidas em se adaptar às novas condições que se apresentavam à evolução da espécie.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, com os problemas agrários e, aos poucos, a introdução de indústrias nos centros urbanos, atraindo a população do campo para a cidade, fizeram com que se consolidasse a ação estatal sobre os problemas sanitários, ou seja, tornou-se necessário, segundo Costa, “formular políticas de saúde que evitassem qualquer perda de produtividade no trabalho devida à doença ou à morte e que assegurassem o crescimento populacional” (1985, p. 19). A falta de moradia, o aumento da população urbana, os efeitos dos desempregos periódicos, o trabalho de mulheres e crianças expuseram a população trabalhadora a inúmeros riscos de saúde.

Com todos os fatores citados acima acrescido do crescimento dos aglomerados urbanos, o risco de contaminação e transmissão de doenças infecto-contagiosas aumentaram, necessitando uma maior preocupação com as questões higiênicas.

Portanto, as políticas de saúde pública, segundo Costa, visavam “o controle das doenças epidêmicas, do ambiente urbano e do padrão de higiene das classes populares.” (1985, p. 19)

Segundo Fontenelle, foi pelos meados do século XIX que

surgiu a idéia de reunir os conhecimentos vantajosos para a conservação do homem e de sua saúde, havendo sido escolhido para individualizar esses princípios o vocábulo Higiene.

Modernamente, alcançou a higiene uma fase mais adiantada graças ao maravilhoso surto dos nossos conhecimentos científicos, extendendo-se seu programa além da simples ação de defesa e proteção, até representar uma verdadeira cultura do indivíduo humano, - a Antropotecnia ou Hominicultura, - com o desígnio de melhorar a saúde física e mental do homem, e assim contribuindo para o aperfeiçoamento da raça.

Segundo essas idéias, desdobra-se o problema geral da higiene nos 5 itens seguintes:

1º, ensinar e executar os princípios da eugenia e da puericultura, isto é, da formação e da criação dos filhos, nas melhores condições;

2º, educar as crianças nos cuidados consigo mesmas;

3º, procurar e corrigir, o mais cedo possível, os defeitos individuais;

4º, fiscalizar, proteger e melhorar todos os seres humanos, nas diversas fases da vida e nas diferentes atividades e profissões;

5º, combater as doenças transmissíveis e os males degenerativos. (1940, p.8)

Com tudo isso, podemos perceber que a higiene passou a não mais contentar-se, apenas com a ação passiva e curativa de proteger a saúde e defender o ser humano contra a doença, mas foi além, visando melhorar continuamente as condições físicas e sociais dos seres humanos, para conseguir um resultado mais completo do seu aperfeiçoamento, ou seja, um aprimoramento da raça. O esforço do aperfeiçoamento humano passou a considerar a transmissão hereditária dos atributos, bons ou maus, a estimular ou obstaculizar, dando lugar a sistematização da Eugenia³.

Na opinião de alguns brasileiros, entre eles o profº Octávio Domingues⁴ e o Dr. Renato Kehl, eugenia é a ciência⁵ que estuda os fatores capazes de melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, também sob controle social. É necessário frisar que não significa que a eugenia visa estudar os fatores capazes de melhorar as qualidades físicas e mentais na atual geração e sim, melhoria biológica, de ordem genética, nas gerações futuras.

A Eugenia apresenta como propósito a união entre duas pessoas sadias mentalmente e fisicamente, pois geneticamente apresentam maiores probabilidades de gerarem descendentes também sadios. Segundo Domingues, não é propósito da eugenia criar super-homens ou espalhar a beleza física pelo planeta, mas criar:

³ O trabalho de antropólogos e outros cientistas mudou a ênfase da eugenia. Nos Estados Unidos, nos idos de 1900, o antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942) deu importantes contribuições para a compreensão do conceito de raça. Pesquisadores começaram a se debruçar mais sobre fatores como condições sócio-econômicas para explicar o comportamento humano.

A maior parte dos que apoiavam a eugenia não eram cientistas. No entanto, alguns como Karl Pearson (1857-1936), um matemático britânico seguidor de Galton, foram proeminentes. Nos idos de 1900, Pearson, figura pública polêmica, enfatizou a crença em que certas classes sociais eram superiores a outras. Essa teoria influenciou fortemente a doutrina nazista. Ele e seus seguidores geralmente ignoravam a possibilidade de que um ambiente social pobre pudesse ter um efeito adverso sobre o comportamento humano. (Revista Ciência Hoje, vol. 19/ nº 109, maio de 1995)

⁴ Professor Octávio Domingues, da Escola Nacional de Agronomia da Universidade de São Paulo, membro da Comissão Central de Eugenia, membro da American Genetics Association e da Eugenics Society de Londres. Publicou um livro intitulado Eugenia – seus propósitos, suas bases, seus meios em cinco lições, pela Companhia Editora Nacional, em São Paulo, em 1933, procurava esclarecer as dúvidas que se apresentavam no momento sobre a Eugenia e suas bases científicas.

⁵ Importante lembrar que Galton concebeu a eugenia como ciência e assim foi entendida e abordada naquele período, inclusive pelos médicos eugenistas brasileiros.

Homens normais, homens capazes, homens construtores do progresso material e moral da sua espécie – eis o que pede a Eugenia. E que os gênios e os de rara beleza sejam donos de uma numerosa prole – isso também ela almeja. E que se procure evitar a multiplicação inconsciente, animalesca, da vasa humana, tão prolífica desgraçadamente. Só assim se aliviarão suas dores, e o mundo não terá a infelicidade-lo, tanto, o pêso morto desses incapazes de guiarem seu proprio destino. (DOMINGUES, 1933, p. 26)

Afirma Domingues que o aperfeiçoamento físico é objeto da cultura física, da ginástica, dos exercícios. O aperfeiçoamento moral é objeto da moral, das religiões. O aperfeiçoamento intelectual deve ser intensificado na escola. “Mas a Eugenia não cuida propriamente do indivíduo, e sim de todos os indivíduos, considerados em conjunto, isto é, da espécie.”(DOMINGUES, 1933, p. 29-30)

Por tudo isso é que os eugenistas defendiam que a influência das bases científicas da eugenia deveria ser sobre a herança biológica já que visa o melhoramento genético.

O professor Milton Munhoz, numa palestra proferida pelo Rádio manifesta a importância dos caracteres herdades dos pais:

...A formação psiquica e fisica do homem depende, em grande escala, da saude mental e somatica dos progenitores, consoante as leis da hereditariedade.

Nós herdamos dos nossos pais, dos nossos antepassados a semelhança fisica, os atributos intelectuais e também a doença ou disposições pessoais ou familiares a certas delas.

...A eugenia é a ciência que tem por fim o estudo da boa geração, isto é, da geração sadia fisica e mentalmente. Ela se propõe a estabelecer principios, regras e leis capazes de evitar a herança morbida.⁶

As palavras proferidas nas Rádios eram um procedimento comum adotado como uma forma de comunicação educativa e ilustrativa na intenção de divulgar a população as idéias vigentes, bem como as orientações necessárias para uma vida mais saudável.

⁶ RMP. Anno V, n. 4. Abril de 1936, p. 94-96

O principal conjunto de medidas proposto pela eugenia baseava-se em:

- medidas positivas, como a educação sexual de jovens, visando ao casamento de indivíduos aptos a uma procriação sadia;
- medidas preventivas, articulando o combate a *vícios morais*, como o alcoolismo e o antipatriotismo, ao das *doenças morais*, como a tuberculose e a sífilis;
- medidas negativas, que visavam esterilizar ou restringir casamentos de indivíduos considerados ineptos à procriação.

No Brasil, o movimento eugenista esteve profundamente articulado às propostas de embranquecimento da população brasileira. A partir do século XIX também no Paraná, manifestou-se a tendência para o branqueamento de sua população, pelos seguintes motivos, segundo Rui Wachowicz:

- 1 – proibição do tráfico negreiro a partir de 1850;
- 2 – grande incentivo para o desenvolvimento da imigração, sobretudo europeia;
- 3 – elevado índice de miscigenação entre os vários grupos étnicos formadores da população. (WACHOWICZ , 2001, p. 142):

No início do século XX, a elite brasileira via-se diante do dilema de um enorme contingente populacional negro politicamente emancipado, porém, socialmente subalterno. Explicações racistas com pretensões científicas, como o livro de Nina Rodrigues (1862-1906), pregando a inferioridade genética da raça negra como fator explicativo para tal estado de coisas, não tardaram a aparecer. Já no início do século, José Dias de Matos Veríssimo (1857-1916) chamava a atenção para o fato de que o negro iria desaparecer da população brasileira através da miscigenação, que depuraria a raça e a levaria ao embranquecimento. Nas décadas seguintes, o embranquecimento através do recurso à imigração e à miscigenação tornou-se a visão predominante para a solução do assim chamado problema racial brasileiro.

O Dr. Mário Gomes, médico que atuava no Paraná e autor de vários textos publicados na Revista Médica do Paraná, especialmente na área de Puericultura, afirma:

Na formação da nacionalidade brasileira – esse amalgama heterogenio a que atingimos – concorreram vários fatores e dos mais desfavoráveis em todo sentido: o da fusão de uma

parcela infima da raça branca – o elemento superior, mas não puro, nem selecionado – com a raça indígena – considerado também como mau elemento e a grande e lamentável porcentagem de sangue africano, aqui trazido pelas multidões de escravos importados ⁷

A Sociedade Eugênica de São Paulo, foi a primeira do Brasil, tendo sido fundada em 1918. O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia foi realizado no Rio de Janeiro, em 1929. Um dos temas abordado era "O Problema Eugênico da Migração". O Boletim de Eugénismo propunha a exclusão de todas as imigrações não-brancas. No Congresso, Azevedo Amaral apresentou uma proposta que acabou por ser aprovada e que barrava qualquer imigração não-branca para o País.

Em março de 1931 foi criada a Comissão Central Brasileira de Eugenia, sendo o seu presidente Renato Kehl e o Prof. Belisário Penna um dos membros da diretoria. Os objetivos desta Comissão eram os seguintes:

1. manter o interesse do estudo de questões eugenistas no país;
2. difundir o ideal de regeneração física, psíquica e moral do homem;
3. prestigiar e auxiliar as iniciativas científicas ou humanitárias de caráter eugenista que sejam dignas de consideração. (BIZZO, 1994-1995, p. 36)

A Constituição de 1934 ⁸, além de estimular a educação eugênica em seu artigo nº 138, previa cotas para a entrada de imigrantes, segundo suas nacionalidades, assim como a Constituição de 1937. Com isto, esperava-se restringir a entrada de elementos

⁷ RMP. Anno II, n. 1. Dezembro de 1932, p. 17-18

⁸Paralela a crise política, havia no estado e no país uma profunda crise social. No Paraná, desde a primeira Guerra Mundial (1914-1918), ocorriam manifestações públicas de inspiração social. A situação do operariado, surgido como consequência do início da industrialização, era difícilíssima. Para os operários, trabalhavam de 12 a 14 horas por dia, sem domingos e feriados; sem salário mínimo; as mulheres e crianças eram preferidas aos homens por realizarem a mesma tarefa com salário bem menor. Essa situação agravou-se ainda mais com a crise mundial de 1929, quando o Brasil se viu com excesso de café estocado, de valor superior à moeda nacional circulante. Foi nesta situação calamitosa que se realizaram as eleições para presidente da República. Concorreram Getúlio Vargas pela oposição e Júlio Prestes pelo governo. O governo, controlando as eleições, proclamou Júlio Prestes como eleito. A revolução irrompeu a 3 de outubro de 1930, e já a 24 do mesmo mês, Getúlio Dornelles Vargas assumiu a presidência da República. (WARCHOWICZ, 2001, p. 215)

A Constituição de 16 de julho de 1934, promulgada no governo de Getúlio Vargas, atendeu algumas reivindicações liberais do movimento revolucionário, perseguidas desde a década de 20. O pleito seria livre, com supervisão judicial e voto secreto. A legislação do trabalho foi ampliada na era Vargas. (FAORO, 2000, P. 698).

raciais considerados desfavoráveis. De forma mais explícita, o Decreto Lei no. 7967 de 19.09.1945 instituía que a imigração deveria ser orientada de acordo com a “necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características mais convenientes de sua ascendência européia”. Como o país não conheceu nenhuma onda imigratória significativa, este Decreto não chegou a ser politicamente significativo, mas é indicativo do espírito eugênico e racista do legislador.

No Brasil, entre os médicos psiquiatras, após 1920, percebeu-se um grande influência eugênica nas preocupações com as doenças mentais. Os psiquiatras em geral admitiam que o Brasil degradava-se moral e socialmente por causa dos vícios, da ociosidade e da miscigenação racial do povo brasileiro (COUTO, 1994, p. 53)

Esta concepção é destacada na palestra de divulgação sanitária na Rádio Club do Paraná, realizada no dia 29 de abril de 1936, pelo prof^o Milton Munhoz:

(...)A eugenia é a ciência que tem por fim o estudo da bôa geração, isto é, da geração sadia física e mentalmente. Ela se propõe a estabelecer princípios, regras e leis capazes de evitar a herança morbida.

Desaconselhando casamentos entre anormais e doentes, os cruzamentos consanguíneos, cujas taras iguais podem se somar no produto da concepção, afastando do hímineu os alcoolatras, os viciados, os doentes nervosos e mentais, procura a Eugenia diminuir na sociedade humana o numero de aleijados, loucos, fracos e doentes⁹

A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), instituição criada no começo da década de 1920 que reunia a elite da psiquiatria brasileira, bem como alguns médicos e intelectuais em geral, manifestava preocupação com a infância. Segundo Reis:

Fundada num momento de afirmação, no campo psiquiátrico, da perspectiva preventiva, a LBHM vai incorporar ao seu arsenal teórico os temas básicos da higiene mental e da eugenia, tendo em vista o seu objetivo maior de colaborar no ' saneamento racial' brasileiro. Assim, é a partir desse objetivo e vendo na criança um 'pré-cidadão' , ' peça fundamental do homem do futuro' , que os psiquiatras da liga incluem a questão infantil nos seus projetos, passando a considerar imperiosa a necessidade de cuidados desde a mais tenra idade. (2000, p. 57)

⁹ RMP. Anno V, n. 4. Abril de 1936, p. 94-96

Segundo Marques, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), a partir dos anos 1930, pode contar com o respaldo do governo central, no intento de “conformar o novo homem brasileiro – o homem urbano, o trabalhador industrial.”(1994, p. 70)

O momento histórico, portanto, destacava a mistura entre as etnias – a mestiçagem. Os eugenistas brasileiros defendiam o aperfeiçoamento da raça por ações que normatizassem e disciplinassem a população em geral.

Na manifestação de opiniões morais e políticas entre os médicos, psiquiatras e eugenistas, emergia o racismo que, segundo Marques, “embora não estivesse ausente das correntes do pensamento brasileiro pós-30, sofreu requintes de elaboração pelos eugenistas da higiene mental.” (1994, p. 70)

Foucault menciona o racismo quando refere-se ao poder com domínio sobre a vida, fazendo a escolha entre quem deve viver e quem deve morrer. “No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras ao contrário, como inferiores”.. é uma maneira de diminuir alguns grupos perante outros em uma população, atribuindo a um determinado “tipo biológico” o domínio sobre os demais. Tal pensamento permite ao poder tratar uma população como uma mistura de raças, ou ainda, subdividir a espécie. Foucault diz que essa é uma das funções do racismo, ou seja, “fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder.” (2002, p. 304- 305)

O racismo permite estabelecer, ao escolher quem deve viver e quem deve morrer, uma relação, nem militar e nem de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico, numa evidente emergência do biopoder, que, segundo Foucault:

Quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mas eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (2002, p. 305)

A eugenia instalou-se como “instrumento científico para conferir articulação entre os diversos saberes”, visando, pelo caráter técnico-científico, o aperfeiçoamento da raça,

sendo necessário para tal intento, a união entre a educação, a higiene, enfim a sociedade em geral. “Tratava-se de um discurso integrador das estratégias de controle sobre o sexo que não impunham através da lei mas por meio do poder político de gerar e gerir a vida da população e da cidade, decorrendo daí a possibilidade de progresso biológico e social.” (MARQUES, 1994, p. 41- 42)

No Paraná, os médicos se identificavam e defendiam as causas nacionais através de inúmeros pronunciamentos em formaturas da Faculdade de Medicina, na Associação Médica do Paraná, nos programas de rádio, ou seja, pela imprensa escrita e falada, ocupavam o espaço para fazer campanhas eugênicas, convencendo a população em geral da sua importância.

O discurso abaixo – apenas um fragmento -, proferido pelo prof^o Aramis de Athayde, orador oficial da Associação Médica do Paraná, por ocasião da posse da primeira diretoria evidencia o pensamento da classe médica:

No domínio da eugenia, o campo de ação se nos apresenta mais sedutor, levando-nos a estudar o problema da regeneração humana, e mandando que se evitem, por todos os meios, os fatores de abastardamento de família e do agregado humano. Nunca, como hoje, a ansia de perfeição da espécie humana empolgou tanto a consciência das elites condutoras, por isso que todos os espíritos esclarecidos vem cuidando com desvelado esmero desse magno problema de que depende, positivamente, a felicidade futura dos povos.¹⁰

No âmbito nacional, muitos foram os homens de ação e pensamento que ergueram a sua voz pregando com veemência, os princípios de regeneração eugênica do povo brasileiro, anunciando-lhe o verdadeiro reino do bem estar comum. Dentre estes, não podemos esquecer de Afrânio Peixoto, Roquete Pinto, Mário Alcântara de Vilhena, Mário Pinto Serva, Rodrigues Dória, João Cândido, Belisário Pena, Antônio Autregésilo de Souza Lima. Este último combateu a obrigatoriedade do exame pré-nupcial em memorável discurso na Academia Nacional de Medicina. (ATHAYDE, 1933, p.271-272)

¹⁰ RMP. Anno II, n. 8 e 9. Agosto e Setembro de 1933, p. 271-272

Relembra-se também a ação de Almir Madeira, que combateu a “renúncia à procriação”; Tavares Neves Filho que pregou a esterilização de anormais como fator eugênico; Castro Barreto que também focalizou o problema, falando sobre os deveres do médico e o culto da raça. Nos debates destas questões, deve destacar o talento de Renato Kehl, que abordou sobre a eugenia de modo mais firme e convincente¹¹.

Pode-se também perceber pelos discursos dos referidos médicos que existia um projeto de cunho social para as escolas e a imposição da visão médica sobre a sociedade. A Revista Médica do Paraná fazia uma campanha para a adoção de um projeto eugênico, amparado nos ensinamentos da eugenia, argumentando que é dever de todos, (entre eles, médicos, higienistas e professores) educar para melhorar a nação, garantindo o futuro indivíduo nacional: forte, belo e puro.

As orientações ministradas pelo Dr. Mário Gomes eram as seguintes:

Uma série de medidas, cada qual mais importante teremos de adotar a seguir:... prática rigorosa da eugenia, - a higiene da raça – começando pelo exame pré-nupcial obrigatório por técnicos e especializados; fiscalização e seleção dos imigrantes; proibição do casamento de doentes, tarados e degenerados; condenando a união de mestiços, o casamento com raças inferiores.

Tarefa ciclopica em que terão de se empenhar governantes e governados, chefes de família, escualpios, educadores, oficiais de terra e mar, diretores de fabricas, administradores de fazenda, mestres de oficinas.¹²

Assim, iniciou-se no Brasil uma campanha pelo exame pré-nupcial, não apenas com intenção de conhecer melhor a saúde do futuro casal, mas principalmente de garantir o futuro da nação. A Sociedade Eugênica publicou um documento recomendando que os noivos, antes do casamento deviam procurar um médico para conselho e informação. Os médicos, por sua vez, eram informados que o exame pré-nupcial apresentava: “uma parte consiste em perguntas a respeito da saúde da família dos pacientes, outra refere-se ao exame físico do paciente, e mais uma outra com um conhecimento sexual mais individual”. (RODRIGUES, 1947, p. 277) A idéia essencial era fornecer ao casal uma espécie de certificado de saúde para o casamento.

¹¹ *ibid.*, p. 271-272

¹² RMP. Anno II, n. 1. Dezembro de 1932, p. 17-18

O prof^o Milton Munhoz também proferia palestras sanitaristas na P.R.B.2 “Radio Club do Paraná”. Uma delas, intitulada Exame Pré-nupcial e realizada no dia 29 de abril de 1936 e dizia o seguinte:

Parte integrante da Eugenia – a Higiene pre-nupcial, a Higiene do casamento, não tem merecido no nosso país a atenção que lhe é devida e prosterçados a plano inferior, quasi abandonados, os seus ensinamentos dormem esquecidos nas paginas dos grossos in-folios das bibliotecas empoeiradas, donde ás vezes, medrosamente vemá luz do dia pela mão de um ou outro indisciplinado, para logo voltarem ao ostracismo das prateleiras vetustas.

...As razões do coração ou as conveniencias economicas não se detêm frente os ensinamentos científicos. Desculpa-se até certo ponto que a ignorancia não possa alcançar essas finalidades. Seria então do Estado a função de zelar pela prole dos seus cidadãos. O desleixo em materia tão delicada é simplesmente um crime inominal.

O remedio esta em não se permitir o casamento sem o controle medico exercido pelo Estado. Todos os pretendentes ao matrimonio devem passar por um rigoroso exame medico – o exame pre-nupcial do projéto Cesario de Mello.

...É obra humanitaria evitar a formação de incapazes, de inadaptados, de seres que irão avolumar a carga morta da sociedade, as suas expressões negativas.

...A instituição obrigatoria do exame pre-nupcial é uma medida social de proteção que se impõe pelos enormes beneficios que irá prestar á humanidade e porque contribuirá para a maior felicidade dos lares, expurgados de doenças e alegrados pela garrulice de crianças fortes e belas.

Façamos votos, ouvintes da P. R. B. 2 para que o projecto do ilustre parlamentar se converta, dentro em breve, em uma das nossas salutareis disposições legais.¹³

A recomendação e, até, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, exigido em muitos países, era motivo de desacordo entre os médicos eugenistas no Brasil . Alguns eram contra a obrigatoriedade. Outros visavam mais a identificação de doenças como tuberculose, sífilis, e outras, em geral doenças não hereditárias. Na opinião do prof^o Domingues (1929, p. 141) muitos médicos reuniam as duas coisas sob o mesmo conceito, considerando a expressão hereditária como sinônimo de congênita¹⁴.

Como estamos falando em exercício de poder dos médicos e do Estado sobre a vida dos indivíduos, nada melhor do que nos reportarmos a Foucault para compreendermos melhor como essas relações se estabelecem. Para ele não devemos estar perguntando por que alguns querem dominar ou quem tem o poder e o que pretende. O importante é compreendermos como

¹³ RMP. Anno V, n. 4. Abril de 1936, p. 94-96

¹⁴ Congênito: nascido com o indivíduo; inato. Hereditário: que se transmite por herança

funcionam as coisas “ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos etc” É preciso procurar estudar e compreender os “corpos periféricos e múltiplos , os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos do poder.” (FOUCAULT, 1998, p.182)

Foucault , no livro *Microfísica do Poder*, analisa as questões sobre poder, fazendo-nos refletir que não devemos pensar o poder como um fenômeno de dominação integral, maciço e homogêneo de um indivíduo ou grupos de indivíduos sobre os demais. Transpondo para o momento eugênico que estamos analisando, não devemos pensar apenas sobre o poder dos médicos ou do Estado sobre a população.

O poder deve ser, segundo Foucault,

analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação. (...) Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (1998, p. 183)

A eugenia foi utilizada como uma forma de exercício de poder sobre a vida¹⁵ das pessoas, como instrumento científico, inicialmente sobre o corpo do indivíduo (organismo), com cada vez mais entrelaçamentos e orientações, interferindo também sobre o corpo social (a sociedade). Segundo Marques, os eugenistas

incorporavam “ao conceber a vida” controles reguladores que se constituíram como verdadeiros agenciadores do sexo, a definir a constituição das famílias; os modos de viver e trabalhar; as formas de educar os filhos; a sexualidade normal e as condutas desviantes; os imigrantes que o país suportaria; enfim, os meios de existir, para atingir o progresso biológico e então desfrutar do progresso social. ¹⁰ (1994, p. 20)

¹⁵ Vale aqui destacar o termo “biopolítica” utilizado por FOUCAULT, para explicar no século XVIII, na Europa a ação de tecnologia de poder sobre a espécie humana. São alvos de controle dessa biopolítica: proporção dos nascimentos e dos óbitos, taxa de reprodução, fecundidade de uma população, epidemias, etc. (FOUCAULT, *Em defesa da Sociedade*. SP: 2002, p. 289-290). No Brasil no século XX são perceptíveis essas ações do poder sobre a espécie humana.

Após a revelação dos crimes nazistas, a eugenia perdeu terreno politicamente, para não falar de seu absoluto descrédito na comunidade científica por articular a herança biológica de um indivíduo com suas características morais. Ainda assim, alguns de seus temas retornaram, retrabalhados, com os avanços da genética ¹⁶ e, nos dias que correm, já é política pública por todos defendida a realização de exames pré-nupciais e do pré-natal como formas de se buscar diminuir ou melhor controlar os riscos da gestação e do nascimento de crianças propensas a doenças como a diabetes.

¹⁶ As novas técnicas de clonagem – com a potencial clonagem de seres humanos e, portanto, o possível controle dos parâmetros da reprodução humana por grupos econômicos ou governos nacionais sobre futuras parcelas da humanidade – repõem desafios éticos, morais e filosóficos básicos lançados há mais de 100 anos pela eugenia.

OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO NO HOMEM

Os eugenistas confiavam no melhoramento da herança biológica do homem, considerando a educação a mola propulsora na constituição do brasileiro eugenizado.

A educação é, embora indiretamente, a força modificadora das outras instituições sociais a responsável pelo ajustamento dos indivíduos às novas características econômicas e sociais.

O país precisava de uma escola que formasse os cidadãos e esta deveria constituir-se no transmissor dos ideais nacionais. A sociedade depositava suas esperanças na escola acreditando no potencial da mesma no intento de “ajustar” as crianças e os jovens aos ideais do país.

No editorial da Revista União e Trabalho¹, que circulava entre os pontos comerciais nos anos de 1920, em Curitiba, percebe-se a importância atribuída à miscigenação nacional bem como ao papel da escola para “moldar” as crianças. Há orientações para que os funcionários do comércio percebam a importância da escola e que os mesmos devem encaminhar seus filhos para que recebam a educação necessária ao país:

Empregados!

Os destinos da nossa Pátria serão norteados conforme o modo de pensar e de agir, que na continuidade das sucessões atávicas, fixar o caráter, a índole dos nossos futuros homens, as tendências, os pendores da nossa nacionalidade nos tempos que estão por vir, e que por isso, devem se firmar, se enrijar moral, física e intelectualmente, para o completo triunfo das nossas afogadas esperanças, para o sorriso de nossos ardentes anelos, que mais certo será, quando temos em nós, em nosso tipo mestiço de brasileiros, uma fusão de variegadas qualidades que nenhum outro povo a tem em tão íntegro conjunto, em tão bela e harmoniosa afinidade; quando se sente o espírito de ponderação e de cultura do europeu medieval-a humilde bondade do sangue escravo e o altivo destemor dos campeões da selva abrupta.

Com tão belos elementos, é um crime não os modelar, os burilar, os torrear enfim, tornando-as mais fortes e coesos, mais seguros e eficazes.

E como conseguir isto? Que o respondam os exemplos vivos e irrefutáveis que na História pullulam: educando-se. Os espíritos tenros como terrenos férteis: qualquer semente ali lançada brota incontinenti.²

¹ Encontrei apenas dois exemplares desta revista na Biblioteca Pública do Paraná, na seção Paranaense.

² Revista União e Trabalho. Ano III, n. 23. Maio de 1921.p. 2

A nação precisava de uma escola que formasse e preparasse os indivíduos, bem como, que fosse o agente transmissor dos ideais nacionais, para assim intitular-se civilizada.

A educação brasileira, por sua vez, estava passando por alterações, no início do século XX. Novos discursos na década de 20 e novas políticas educacionais na década de 30 deram um novo direcionamento para a educação no Brasil. Segundo César,

Sob a égide do movimento renovador na educação foi criada, em 1924, a *Associação Brasileira de Educação*, encarregada de organizar uma série de encontros, as *Conferências Nacionais de Educação*, as quais ocorreram a partir de 1927 e foram responsáveis pela consolidação de um discurso educacional moderno no Brasil. As conferências de 1931 e 1932, respectivamente as IV e V conferências, produziram o paradigmático documento denominado *Manifesto dos Pioneiros da Educação*, texto que inaugurou o discurso educacional moderno brasileiro de uma forma hegemônica. As discussões se deram a pedido do Governo Provisório, em 1931, que solicitou aos intelectuais a elaboração das novas diretrizes curriculares para uma política nacional de educação. (CÉSAR, 2004, p 64)

Portanto, os grandes fóruns de discussão nacional sobre os novos rumos educacionais em nosso país foram as conferências de educação e a intervenção dos médicos nesses espaços, bem como diretamente nas escolas, apontando proposições pedagógicas, definindo o que seria a boa escola para a população, a necessidade da boa formação do aluno, bem como os critérios para ser um bom professor tornaram-se uma constante.

Durante a I Conferência Nacional de Educação, realizada em 1927, em Curitiba, o Dr. Belisario Penna afirmou na Tese nº 8, sob o título “A atividade da Associação Brasileira de Educação durante o ano de 1927”, no Relatório da Seção de Higiene e Educação Física:

Da incapacidade biofísica do povo brasileiro resulta o trabalho escravizado e improdutivo, a miséria econômica, a falência financeira, a do caráter das elites e uma mentalidade coletiva caótica e inconsciente, passiva, sem aspirações, sem ideais, sem rumo e sem aptidão para criar a consciência nacional.

Impõem-se, portanto a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade coletiva equilibrada e de uma consciência sanitária, isto é, de um espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática dos preceitos de higiene e eugenia, como indispensáveis à prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie.

Enquanto não educarmos convenientemente o nosso povo, a fim de cumprir a sua finalidade biológica, não teremos o direito de convidar elementos sadios de outros povos para serem devorados neste sorvedouro de ignorância e endemias.

Era também uma preocupação naquele período a forma como os professores ensinavam e que métodos usavam para que os alunos alcançassem o devido aprendizado. Na I Conferência Nacional de Educação, na Tese nº 30: “Qual o processo mais eficaz para o ensino de aritmética no primeiro ano do curso preliminar?” de Joaquim Menelau de Almeida Torrez, da Escola Normal Primária em Ponta Grossa afirma que há ênfase quanto a ação do professor:

Infelizmente, a maior parte dos professores, no intuito generoso de lhes proporcionar um meio fácil e sem trabalho de aprender as verdades que pretendem ensinar, esquecidos ou ignorando que só se aprende observando, fazendo e raciocinando, mandam os educandos cruzar os braços numa rígida disciplina alemã e, em preleções exaustivas, procuram esclarecer-lhes, às vezes com linguagem fora do seu alcance, o ponto que é o assunto da lição. E quando a criança já sabe ler alguma coisa, para o adimplemento do aprendizado, colocam-lhe nas mãos livros com definições complicadas.

Pobres alunos!... Vão sacrificar a sua memória num exaustivo esforço de memorizar palavras que nada falam e exprimem a sua inteligência. E, assim, ficam reduzidos a simples fonógrafos, que registram frases e as reproduzem sem a consciência delas.

No Paraná, afirmavam os médicos o importante papel do professor e da escola na disseminação das idéias higienizadoras e modernas. Importante lembrar que o discurso médico sobre a educação, não se restringia apenas a um discurso político, e sim, em um envolvimento significativo de inúmeros médicos, preocupados com temas cada vez mais complexos, que ia além da preocupação com a higiene do espaço escolar.

As discussões e orientações estavam recheadas de estudos e preocupações. com os processos de aprendizagem e até com a metodologia empregada pelos professores em sala de aula. Porém os médicos também demonstravam que não tinham muita certeza na qualidade do ensino que estava sendo ministrado e no preparo dos professores. Com sérias críticas aos processos pedagógicos e inclusive à organização escolar, alegando serem ultrapassados e sem consistência, os médicos

ocupavam espaço no campo educacional manifestando o interesse em conduzir tanto a vida privada das pessoas, como a vida pública. Segundo Gomes:

Outro problema basilar do momento, é indiscutivelmente, o do ensino em nosso país, cujos processos pelos quais é moldado, muito deixa a desejar. Reformas sucedem-se às reformas, nas eivadas dos mesmos vícios e do mesmo anacronismo não satisfazem às solicitações da mentalidade estudantil. A deficiência dos metodos pedagogicos, o teorismo verbalistico de mestres, a ascendencia do corpo docente sobre o discente, quando devia reinar a harmonia com o fim de tornar proveitoso e agradável a convivencia entre uns e outros, tudo concorre para a degradação do ensino.
... Aguardemos, senhores, a hora sagrada de nossas reivindicações para contemplarmos enbevecidos o espetaculo deslumbrante do ressurgimento da vida. Prestigiemos os que trabalham pela grandeza da Familia e da Sociedade; auxiliemos os que querem trazer o seu contingente à prosperidade dum povo e emprestemos o nosso concurso tal e desinteressado aos que almejam o progresso de nossa terra.³

Segundo Monroe, “o progresso depende da inteligência... O grau da inteligência só pode ser melhorado indiretamente, por meio da observação das leis de hereditariedade, da influência do ambiente, ou por meio do processo de aquisição do conhecimento.” (1983, p. 342).

De acordo com o prof^o eugenista Domingues, a educação pode modificar os seres “pouco inteligentes”. Segundo ele, a educação

póde quase tudo, em materia de melhorar tendencias e desenvolver intelligencias mediocres. Mas o que ella não póde é mudar, modificar a constituição hereditaria do individuo. O individuo amoral, se tiver prole, é assim como um animador da amoralidade do mundo. A defesa social tem de ser a mais severa possivel, e a educação, a mais perfeita e a mais tenaz para evitar que se manifeste aquella herança sopitada, á espera de sua oportunidade. (DOMINGUES, 1929, p. 124)

Domingues também afirma que os efeitos da educação sobre as pessoas “pouco inteligentes” são “innocuos e ephemeros” (1929, p. 124). São inócuos, sem efeito, porque não se transmitem aos descendentes, ou seja, não ficam inculcados no patrimônio genético do indivíduo. São efêmeros porque morrem com o indivíduo. Para que reapareçam nos descendentes daquele indivíduo, a sociedade precisa educá-los novamente, cada um precisa passar por todo o processo educativo.

³ RMP. Anno I, n. 11 . Outubro de 1932, p. 310-311

Para reforçar a necessidade de ações eugênicas na sociedade, Domingues exemplifica a ação da educação, (ou das modernas pedagogias) nas anormalidades genéticas de um indivíduo: “esse trabalho é como o de quem pretendesse curar a pallidez, pintando-se de carmin... Este dar-lhe-ia uma boa apparencia rosada, de saude, mas a pallidez persiste, não se acaba.” (1929, p. 124)

Os eugenistas afirmam que a educação pode melhorar tendências e desenvolver inteligências, mas “não é um character natural capaz de herança physica (melhor diria elle physiologica); é um character adquirido capaz de herança social apenas” (DOMINGUES, 1929, p. 125)

Assim, sobre uma herança genética já aperfeiçoada eugenicamente, ou seja, multiplicando as boas heranças humanas, uma boa educação somente terá vantagens e a sociedade tirará mais proveito universal,

applicando os bons methodos de ensino, cada dia mais aperfeiçoados, em individuos com melhores aptidões intellectuaes, moraes e physicas. Não sera progredir, utilizando melhormente o que de aperfeiçoado tem a educação moderna, se a applicarmos em intelligencias mais aptas, em indoles mais utilizaveis, em corpos mais sadios e robustos? (DOMINGUES, 1929, p 125)

A intenção dos eugenistas era multiplicar as boas heranças genéticas e dificultar, até inibir casamento e procriação entre indivíduos mal dotados física, moral e intelectualmente. Aplicando uma boa educação aos “selecionados” e com boas condições sociais e ambientais, certamente estaríamos diante de uma raça aprimorada e o país cresceria assustadoramente.

Não adiantava apenas melhorar a herança genética, era necessário também melhorar o meio. Para isso duas medidas convergiam para o mesmo fim:

- multiplicação de famílias eugênicas;
- aperfeiçoamento dos métodos de educação, da educação social, para que as famílias eugênicas encontrem um ambiente que favoreça cada vez mais seu desenvolvimento.

As primeiras medidas citadas eram de eugenia; as segundas de eutecnia. A eutecnia constitui “ um conjunto de medidas que têm por fim criar um ambiente saneado, hygienico onde o individuo possa ser gerado, possa nascer e se desenvolver

e ser educado com aproveitamento máximo de suas qualidades innatas (sejam elas física, fisiológica ou psicológica)” (DOMINGUES, 1929, p. 129)

Portanto, baseando-se a Eugenia na hereditariedade, podemos dizer que o meio físico e social e a educação eram considerados pelos eugenistas como mecanismos importantes para o crescimento populacional do Brasil. Medidas eugênicas deviam vir acompanhadas de medidas eutecnicas. Domingues, destaca que muitos médicos confundiam medidas de ordem higiênica dentro da educação sexual com medidas eugênicas, acreditando que apenas multiplicar crianças robustas e saudáveis é seguir os ditamos da Eugenia; que combater o alcoolismo era medida eugênica, entre outros.

A educação apresentava um dos papéis importantes na prática de medidas eugênicas na opinião de muitos médicos. O que não era possível fazer, em Eugenia, impondo, delimitando e proibindo, seria possível fazer através da educação, através do convencimento. Ao educador caberia o papel de convencer o aluno; ao médico eugenista e higiênico cabia convencer ao educador. Como referia o Dr. Macedo:

A educação como processo de viver, mesmo se tratando de curto período escolar primário, exige do educador tal soma de conhecimentos que seria estultice pretender reuni-los num mesmo indivíduo e daí a necessidade da divisão de atribuições desde a mãe, primeira mestra até o professor especializado, assistidos e orientados por instituições escolares médico pedagógicas, gabinetes de pesquisas pedagógicas, fisiológicas, antropológicas, psicológicas, etc., destinados ao estudo da criança nos diferentes aspectos da sua organização e atividades, de modo a induzir as leis necessárias para uma racional atuação pedagógica.⁴

Os eugenistas reconheciam o papel importante da educação para o bom êxito das medidas eugênicas. Os programas de rádio também eram muito utilizados para educar a população e difundir os conceitos eugênicos. No livro “Palestras de Higiene” de Savino Gasparini foram publicadas um conjunto de palestras transmitidas semanalmente na Rádio Tupy do Rio de Janeiro. Na palestra intitulada “Educação dos pais” dizia:

⁴ RMP. Anno II, n. 6. Junho de 1933, p. 217

Amáveis ouvintes:

A Biologia e a Pedagogia ensinam-nos que duas forças poderosas atuam sobre o Homem: a herança e a educação. Uma é o passado, refletindo-se no presente, e a outra é o presente, refletindo-se no futuro. Herdamos a doença e herdamos a saúde. Somos o fruto da previdência e da imprevidência de nossos pais, assim como nossos filhos serão o fruto da nossa previdência ou imprevidência. A saúde física e mental dos pais produzirá a saúde física e mental dos filhos. E, quando esses nascem fortes por herdarem a maior fortuna que lhes poderíamos deixar, que é a saúde, o surgimento de condições adversas surgidas em seu caminho não impedirá que triunfem na vida. Mas quando eles nascem doentes, já vem ao mundo condenados a uma existência precária, triste e sofridora, podendo vencer, é verdade mas as custas de esforços inauditos da Medicina e da Higiene, nem sempre realizáveis na prática... É doloroso saber-se que a criatura nascida de pais doentes herdou desde o berço e levará até o túmulo uma condição de inferioridade. Porém muito mais desalentador é saber-se que a criança nasceu física e mentalmente sadia e por ignorância, imprudência ou descuido dos pais, vivendo em desarmonia, tornou-se fraca, doente e desgraçada. (1938, p. 59-60)

O caráter das gerações futuras dependerá da saúde física e moral dos pais, bem como, dos meios que receberem para se prepararem melhor. A Pedagogia ensinará os melhores meios de vencer na vida: pelas orientações higiênicas e eugênicas, pela metodologia empregada, pela educação da vontade.

Segundo Domingues, “pela educação, podemos ensinar a todos os humanos a beleza das uniões eugênicas, e pregar o horror á produção entre os typos cuja herança biologica claudicante fôr uma ameaça fatal á descendencia.” (1929, p. 143) Era necessário convencer a população, através da educação, que as más heranças somente se extinguirão se o indivíduo ‘geneticamente mau’ não procriar, portanto, não deixar descendentes.

Para cumprir o seu papel nesta rede de poder, bem como convocar outras instâncias para fazer parte do processo, o estadista Dr. Caetano Munhoz da Rocha ⁵, presidente do Estado do Paraná, usava diversos espaços na imprensa falada e escrita para convencer o povo da importância da educação e de medidas higiênicas que assegurassem o desenvolvimento da nação. Um dos veículos para a instrução do povo era a escola e, compreendida sua importância, o Dr. Munhoz da Rocha conclamava:

⁵ O Dr. Caetano Munhoz da Rocha foi presidente do Estado do Paraná entre os anos 1920 a 1928.

Volvamos as nossas vistas para as escolas, colocando-as a altura de sua nobre missão, introduzamos nelas a educação higienica, eficiente e proveitosa, demos corpo a essa aspiração, que até hoje não pode ainda se concretisar como devera. Não é difícil a tarefa que em grande parte depende de esforço e bôa vontade. Trabalharemos pela saude do nosso povo e assim teremos contribuido para a felicidade do Paraná e grandeza do Brasil. (1933, p. 18) ⁶

É perceptível nas relações que se apresentam, envolvendo população e educação, uma envolvente teia de poder, pois há os que decidem, os que orientam, os que emitem opiniões, os que mandam; do outro lado – ou até, ao mesmo lado - há os que são orientados, são subordinados a opiniões e decisões de outros.

Os eugenistas acreditavam e lutavam para que os ditames da Eugenia fossem aceitos e “cumpridos” pela população em geral. Admite-se que a Eugenia era uma forma de poder, de controle, de gerência sobre a vida das pessoas. Para o exercício de tal poder, era necessário a união de partes integrantes de uma sociedade, como médicos, professores, pais, políticos, juristas, etc. Como afirma Foucault, (1998, p. 183) o poder funciona e se exerce em rede. Mas, por outro lado, os integrantes da rede, também sofrem a ação do poder, pois precisam acreditar e também se inserir nestes ensinamentos que estão transmitindo. Senão não serão convincentes o suficiente para cumprir a tarefa que lhes compete. Realmente é uma rede cheia de facetas e com múltiplas interpretações.

⁶ RMP. Anno III, n. 1. Dezembro de 1933, p. 18

HIGIENE E SEXUALIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES COM A EDUCAÇÃO

No momento em que os procedimentos mistos de assistência são decompostos e decantados, e em que se delimita, em sua especificidade econômica, o problema da doença dos pobres, a saúde e o bem-estar físico das populações aparecem como um objetivo político que a “polícia” do corpo social deve assegurar ao lado das regulações econômicas e obrigações da ordem.

(MICHEL FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, p. 197)

A preocupação com a saúde do povo como problema político e econômico fez parte do discurso da medicina social. À saúde e à educação era atribuída a capacidade de desenvolvimento de uma nação; ambas eram apresentadas como capazes de salvar os indivíduos, de melhorar a forma de vida, de promover o aperfeiçoamento e melhorar a forma de trabalhar.

Como o índice de analfabetismo era muito alto no Brasil no início do século, chegando esse percentual a quase 90% (FERRAZ apud STEPHANOU, 1999, p. 132) a sociedade atrelava às funções médicas a necessidade de lutar contra o analfabetismo.

Sob o ponto de vista da higiene, segundo Stephanou, a educação sobressaiu como forma de instruir o povo, evitando doenças, sendo que cada indivíduo seria responsável por seus próprios cuidados, multiplicando os benefícios da higiene. (1999, p. 136). Claro que não era suficiente apenas dar a instrução para um indivíduo doente e abandoná-lo a própria sorte, esperando que ele ficasse curado. Havia necessidade de uma ação mais intensa por parte do Estado, atrelando ações na saúde e na educação.

Ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, reflexões e novos posicionamentos políticos foram fundamentais para a educação e a saúde, no intento de instruir o povo e arraigá-los a melhores condições de vida.

A partir de 1920, os discursos dos médicos higienistas abandonaram um tom mais exaltado, baseado mais no empirismo, para atingir um tom mais técnico e científico. As questões giravam em torno da organização dos serviços prestados à

população, da ação da educação e seus métodos em relação à saúde, da prestação de assistência médica nas escolas através do serviço de inspeção médica, bem como, das condições higiênicas e eugênicas que os alunos e seus familiares estavam inseridos.

Em meio a tantas correntes imigratórias, o que se manifesta neste período é a tentativa de transformar a “sociedade através da ação educativa em prol da saúde, a constituição da raça, o fortalecimento moral do povo, o aumento da produção e o engrandecimento da pátria.” (LIMA, 1985, p. 115)

O Dr. João de Barros Barreto escreveu em um artigo, publicado nos Arquivos Paranaenses de Medicina, em 1924, reconhecendo a importância do imigrante em nosso país:

Temos necessidade – como paiz novo – do concurso valioso do estrangeiro que nos procura, para o desenvolvimento das riquezas, para o aumento constante do nosso progresso, e entendo que, a verdadeira obra de nacionalismo que se nos impõe, consiste – não em prevenir o nacional contra o estrangeiro, mas em collocar-o em egualdades de condições nas luctas para a victoria final, dando-lhe vigor physico, curando-lhe as doenças que o tem feito fatalista, indifferente, protegendo, enfim, a nossa infância – a cellula mater de uma nacionalidade!
Só assim conseguiremos, mais tarde, quando tivermos realizado este “amalgama de sangue e corpos disparatados, nessa confusão de desejos e realizações ”vencer a invasão – que se annuncia e pretende combater – do sentimento estrangeiro! ¹

Diante do panorama nacional, estava-se revendo como “dar vigor físico” e curar as doenças dos estrangeiros e do povo brasileiro. Como colocar o “nacional e o estrangeiro” em igualdade de condições? Como aperfeiçoar essa população tão diversificada, doente e com pouco acesso à escola?

Sabia-se da importância do imigrante para auxiliar na construção da nação, mas, além disso, era também necessário investir na construção de uma consciência sanitária na população e de um cidadão apto a enfrentar as mudanças que o país estava passando e contribuir para o crescimento da nação.

¹ Archivos Paranaenses de Medicina (APM) Anno V Curityba, maio e julho de 1924 – p.75

A atuação do imigrante, ou estrangeiro como muitos preferiam chamar, era válida visando o crescimento da nação, mas o povo em geral precisava receber orientações “disciplinares” sobre saúde e a forma de atingir tais objetivos era a ação educativa.

A tendência educativa foi acentuada e dominou a maior parte das publicações a partir de 1920. O alicerce deste momento estava baseado em três pontos fundamentais, segundo Lima:

- O desenvolvimento do movimento da Escola Nova, que possibilitaria um maior alcance do discurso da higiene escolar ao articulá-lo mais consistentemente à área da educação.
- A reforma da Escola Normal, com a inclusão das disciplinas de higiene e puericultura em seus currículos, oferecendo uma oportunidade de emprego – a de professor dessas cadeiras – aos intelectuais envolvidos com a higiene escolar, revestindo seus discursos de uma maior autoridade.
- A criação do Instituto de Higiene e dos Centros de Saúde ² e, com ela, a incorporação da influência norte-americana, trazido pelo convênio com a Fundação Rockefeller. Esta influência representou uma acentuação da educação sanitária e implicou o surgimento de um novo tipo de profissional – a educadora sanitária – que seria a ferramenta da ação educativa nas escolas a partir desta década. (1985, p. 116)

Quanto a tendência na área da saúde, segundo Jurandir F. Costa, a criação do Departamento Nacional de Saúde em 1920, “visando preencher as funções de uma organização sanitária nacional, foi seguramente influenciada tanto pela crise no setor de saúde, (...) quanto pelo contexto de intensa revisão e debate dos compromissos públicos com a questão social”. (1985, p. 94) Foi o marco inicial para as discussões sobre a saúde do povo brasileiro e propostas de ações para melhoria da mesma.

Para que haja uma compreensão de como foi produzido o modelo de intervenção gestado pela área da saúde, procurou-se apreender as representações que os médicos higienistas produziram das práticas da saúde direcionadas para as práticas na escola e de que modo tais práticas escolares influenciaram sobre o social. A ação conjunta entre educação e saúde e suas ações interventivas serão alguns dos aspectos pontuados no decorrer do capítulo.

² O desenvolvimento da idéia dos Centros de Saúde, em fins dos anos 20 e início da década de 30, poderia ser definida como uma nova tendência da ação do Estado em relação à preservação da força de trabalho, especialmente contra doenças como sífilis, febre amarela e outras. Os centros de saúde apenas foram concretizados de uma forma mais ampla a partir de 1934. (COSTA, Nilson do R. Lutas urbanas e controle sanitário. RJ: Ed. Vozes, 1985. p120)

O ENSINO PARANAENSE E A HIGIENE

Para atender as necessidades presentes nesse momento histórico, mais especificamente no Paraná, no período¹ de 1920 e 1930, a educação passou por momentos de muitas alterações. Na Escola Normal de Pirassununga, São Paulo, o então diretor César Prieto Martinez, granjeava fama em todo estado, projetando-se além de suas fronteiras. “Tão logo assumiu a presidência do Estado do Paraná, em 1920, o Dr. Caetano Munhoz da Rocha procurou cercar-se de técnicos e o nome de Prieto Martinez foi o escolhido para dirigir os destinos da educação do Paraná” (RATACHESKI, 1953, folhas 20-21) Foi com Prieto Martinez, de 1921 a 1925, que se estabeleceram as linhas mestras do ensino paranaense.

É possível observar nitidamente que entre 1920 a 1930 o discurso dos higienistas tornaram-se mais técnicos, “pautados nas questões de organização interna dos serviços, dos métodos da educação para a saúde, da nutrição e da desnutrição, da subnormalidade intelectual e das psicopatias infantis” (LIMA, 1985, p. 115). O que permanece como pano de fundo no discurso dos médicos é a transformação da sociedade através da ação da educação evidenciando a saúde, o aumento da produção e o engrandecimento da nação.

RODRIGUES refere-se que

“Se no século XIX “civilizar” traduzia a tentativa em igualar-se a padrões europeus de vida e economia, já nos anos 30 a preocupação estava em adequar as idéias modernas à realidade institucional do país. Para tanto foram feitas articulações entre Estado e intelectuais para a construção desse Brasil moderno. Assim, algumas formas de saber técnico-científico foram privilegiadas: a medicina, para normatização do corpo; a educação, como conformação de mentalidades... (1998, p. 11-12)

¹ Em 1920 foi criada a Inspetoria Geral da Instrução Pública (como se fosse hoje a Secretaria de Educação do Estado), subordinada à Secretaria Geral do Estado. A partir de 1925 assume a Inspetoria Geral o Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, acumulando essas funções com a de diretor do Ginásio Paranaense e a Escola Normal até 1928, quando foi exonerado. Pela Lei nº 2501 de 25/02/1928 a Inspetoria passa à Diretoria Geral do Ensino sob a direção do Dr. Hostilo Cesar de Souza Araujo (1928 a 1930), Benjamim Batista Lins de Albuquerque (1930-31), Antonio Jorge Machado de Lima (1931), Otávio da Silveira (1932-34). Pela Lei nº 40 de 8/11/1935 tal Diretoria passa a se chamar Diretoria Geral da Educação, tendo como diretores Gaspar Duarte Veloso (1934-38), Hostilo Cesar de Souza Araujo (1938-43) e outros. (STRAUBE, Ernani. Boletim interno do Arquivo Público do Paraná. p. 36 a 39)

Na década de 20 a educação escolar foi marcada por reformas educacionais² em vários Estados brasileiros, inclusive no Paraná, entre 1927/1928, empreendida por Lysimaco da Costa.

Mais tarde, muitos educadores, entre eles Fernando de Azevedo (1963, p. 646) afirmavam que essas reformas educacionais traduziam apenas tendências pessoais de intelectuais que almejavam propagar um movimento cultural e educacional, através de suas idéias inovadoras, sem traduzir uma política educacional do Estado.

A educação era planejada, na época, por engenheiros, médicos, homens de letras, higienistas, cientistas sociais e educadores que afirmavam que a educação não poderia mais restringir-se apenas à instrução, mas precisaria estar embasada na moralidade, na higiene e na economia do país.

Pela lei nº 1927, de 12 de março de 1920 foram centralizadas as Secretarias dos Negócios do interior, Justiça e Instrução Pública, dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas em uma só secretaria que se denominou Secretaria Geral do Estado e entregue ao Dr. Marins Alves de Camargo. César Prieto Martinez veio ocupar o cargo de Inspetor Geral do Ensino sob a jurisdição da Secretaria Geral do Estado. (RATACHESKI, 1953, folha 21)

Por outro lado, Ratacheski opina que pela primeira vez na história do Paraná, na administração educacional inspirada por Martinez, além de estabelecer os fundamentos do ensino deu “aos professores um padrão de vida mais condizente com sua missão de arautos dum mundo melhor”. (1953, folha 22)

O cargo de Inspetor Geral do Ensino representava na época a chave da administração escolar do Estado.

² As reformas realizadas pelos intelectuais brasileiros no decorrer dos anos vinte tiveram um caráter pioneiro na medida em que anteciparam uma reforma nacional após o golpe de 1930. Tais reformas foram realizadas nas seguintes datas e tiveram como protagonistas os seguintes intelectuais: em 1920 em São Paulo, por Sampaio Dória; em 1922/1923 no Ceará, por Lorenço Filho; em 1925/1928 no Rio Grande do Norte por José Augusto; em 1927/28 no Paraná, por Lysímaco da Costa; em 1927/1928 em Minas gerais por Francisco Campos; em 1928 no Distrito Federal, por Fernando Azevedo; também em 1928 na Bahia, por Anísio Teixeira. (ROMANELLI, O.O. História da Educação no Brasil (1930/1973), Petrópolis: Vozes, 2001, 25ª ed.;p.129 citada por CÉSAR, 2004, p. 64)

O prof^o Martinez costumava encaminhar relatórios ao Secretário Geral do Estado na época. Em uma análise dos relatórios encontrados no Arquivo Público do Paraná no período entre 1920 a 1940, foram encontrados relatórios, bastante detalhados, que apresentavam ricas informações sobre os prédios escolares e suas instalações, sobre arejamento, higiene escolar e das crianças, bem como questões pedagógicas e propostas de cursos para formação dos professores. O fundamental da atuação do prof^o Martinez, perceptível pela leitura dos Relatórios, é a sua presença vitalizadora em vários lugares, inclusive nas escolas do interior, pois ele relata com detalhes as viagens para visitar as escolas rurais. Ele ensina, observa, orienta e estimula os professores e administradores escolares. “Neste sentido, a maior influência que a educação pública primária recebera até então. As escolas públicas adquirem grande prestígio.” (BRASIL, 1954, p. 67). O prof^o Martinez,

organiza uma inspeção vitalizada que, tendo ele mesmo à frente, bate o próprio sertão paranaense em seus confins; organiza cursos para o magistério; publica uma revista pedagógica; institui prêmios aos professores pelo seu rendimento; organiza um serviço de distribuição gratuita de material escolar para todos os alunos das escolas públicas; faz atender à saúde do escolar; estimula a educação física; proclama a importância das histórias, dos contos, na vida das classes; estimula a realização de festas escolares; faz publicações destinadas à educação geral do magistério; estimula, amplia, influencia em toda parte. (BRASIL, 1954, p. 68)

Retomo Foucault, no livro *Microfísica do Poder*, para explicar o que observa-se na leitura dos Relatórios elaborados pelos ‘homens públicos’ e responsáveis pelas decisões no Estado. Percebe-se uma intenção disciplinar, não sobre o resultado de uma ação (por exemplo, inspeção nas escolas) mas sobre seu desenvolvimento, ou seja, como estava se desenvolvendo o processo educacional em uma determinada escola, desde a organização do espaço até o conteúdo programático ministrado, bem como as intenções por trás de tal conteúdo.

Segundo Foucault, “a disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos” (1998, p. 106), sendo que nos Relatórios das inspeções nas escolas, há a indicação de um olhar atento as atividades desenvolvidas pelos professores, bem como, recomendações e sugestões de como devem proceder.

Foucault (1998, p. 106) também afirma que a disciplina “implica um registro contínuo (...) de modo que nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber”. Tudo era registrado e detalhado nos Relatórios, até o excesso de faltas dos professores na zona rural do Estado e as penalidades a que eram submetidos por isso.

Em um relatório, enviado pelo prof^o Martinez ao Secretário Geral do Estado do Paraná, em 1923, intitulado “A Escola e a Hygiene”, é perceptível o vínculo entre escola e saúde escolar e a importância que ele dispensava ao assunto:

Dois problemas capitães exigem prompta solução no momento: a hygiene e a escola primaria; deles depende o futuro do Brasil...A victoria dessas duas causas constituirá a grande Victoria que nos collocará na dianteira dos povos cultos. (p.17)

..A hygiene é condição de saúde e não pode haver escola productiva sem o vigor physico dos que a freqüentam.

A escola é a officina onde se forma a intelligencia e se propagam as boas ideas...Na escola, pois, encontrará ella o vehiculo capaz de a disseminar por toda parte.

..Nunca pudemos comprehender a hygiene separada da escola. (1923, p.17- 26)

A escola normal, formadora de professores e sob a ação das idéias da Escola Nova ³, facultava o desenvolvimento de um discurso higienista. Para compreendermos porque o discurso higienista tinha “solo fértil” na Escola Nova, parte-se da hipótese de que na formação dos professores, segundo Miguel,

Estavam em jogo não apenas a transmissão de valores das camadas urbanas mais privilegiadas mas também parte do saber sistematizado, fundamental para instrumentalização das classes menos favorecidas na busca de melhores formas de vida social, que se traduz em melhores condições para competir no mercado de trabalho e na participação nos bens culturais. (1997, p. 13)

³ Do desejo de deixar de lado a escola tradicional, surgiu no Brasil, embasado em idéias vigentes nos Estados Unidos e Europa, no início do século XX, um processo de renovação escolar denominado de “Escola Nova” A Associação Brasileira de Educação era o fórum instituído pelos intelectuais para os debates referentes a Escola Nova no Brasil e a redação do documento Manifesto dos Pioneiros em 1932. Aplicar os princípios da Escola Nova no Brasil demandava que o Estado tomasse para si a responsabilidade de estabelecer políticas educacionais. Para os signatários do Manifesto, essa reivindicação advinha da necessidade de se transformar as relações entre o Estado e a população, promovendo finalmente a entrada do Brasil nos trilhos da modernidade segundo os moldes europeus. Desse modo, o discurso do Manifesto se pronunciou sobre temas como a gratuidade do ensino, a obrigatoriedade, a laicidade, a universalidade e, principalmente, a respeito da elaboração de um Plano Nacional de educação solicitado pelo próprio governo. (...) Esta nova escola deveria ser a contrapartida da escola arcaica e reprodutora do poder das oligarquias, um dos principais motivos que estariam atrasando a entrada do país nos trilhos da modernidade européia. (CESAR, 2004, p. 63, 78-79)

Recobertos pela autoridade dos professores, suas idéias ganhavam notoriedade, cunhadas de verdade científica. Pelas reformas educacionais e também a nível nacional, tinha-se a impressão da construção de um novo Brasil e, segundo Lima, a “nova escola normal representava uma nova forma de profissionalização iluminada pela ciência que então a penetrava.”(1985, p. 120) O currículo do Curso Normal, após as reformas educacionais também sofreu transformações, traduzindo as novas concepções de educação, que, segundo Miguel “eram resultantes de modificações que as relações capitalistas vinham provocando nos âmbitos econômico-político e sócio-cultural.” (1997, p. 14)

O currículo, na Escola Normal era distribuído nas seguintes disciplinas e cargas horárias semanais, segundo Miguel:

1º ano: Português (4), Aritmética (4), Geografia (3), Pedagogia (2), Desenho (2), Música (2), Ginástica(2), Trabalhos Manuais(2)
 2º ano: Português (4), Aritmética e Álgebra (4), Geografia (3), Pedagogia e Psicologia (3), Prática pedagógica (2), Ciências Físicas e Naturais (4), Ginástica(2), Trabalhos Manuais(2)
 3º ano: Português e Literatura (3), Geometria(2), História do Brasil e Educação Moral e Cívica (4), Metodologia (3), Prática pedagógica (3), Ciências Naturais (4), Desenho (2), Música (2), Trabalhos Manuais(2) (1997, p. 43)

Percebe-se pelo currículo um avanço pedagógico pela inclusão de disciplinas como Psicologia, Prática Pedagógica e Metodologias, numa preocupação de como o professor está ensinando e como o aluno aprende, também disciplinas que aprofundam as questões morais e disciplinares. Por outro lado sentimos falta da disciplina de Higiene e Puericultura e Língua Estrangeira.

Preocupado com a questão higiênica e a função da educação neste processo, houve a criação de um curso de Hygiene Elementar por parte da Inspeção Geral do Ensino:

Prosseguiu com toda regularidade durante o mez de Outubro, o Curso de Hygiene Elementar creado pelo Serviço de Prophylaxia Rural no Paraná, por solicitação do Sr. Inspector Geral do Ensino, Profº Cezar Pietro Martinez. Esse curso, é destinado aos Profº Públicos do Estado e consta de parte teórica e prática, sendo aquella dada em conferências públicas no Gymnasio Paranaense e estas no laboratório Bacteriológico do Serviço de Prophylaxia. (PARANÁ, 1920, p. 191)

A orientação publicada na Revista Archivos Paranaenses de Medicina demonstra a intenção de preparar os professores do ensino público para o melhor desempenho de suas funções, especialmente na preparação de seus alunos:

A Chefia do Serviço se propôs a realizar um curso de hygiene para os professores públicos do Paraná a fim de prepará-los não só a orientar a educação de seus discípulos, como também para formar no professorado um grupo de propagandistas da moderna hygiene pública. (...)

Com o esforço do Dr. Souza Araújo os professores da capital paranaense tiveram um Curso Elementar de Hygiene, de setembro a novembro de 1920, onde lhes foram ministrados os mais completos e modernos ensinamentos de que poderiam precisar na vida pratica. ⁴

No governo do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, foi construído o novo prédio destinado a Escola Normal, um grande passo para a Instrução Pública do Paraná. No suntuoso edifício da Rua Aquidaban, atualmente denominada Emiliano Pernetta, passaram a funcionar, além da Escola Normal, o Grupo Modelo com o curso intermediário⁵ e duas escolas isoladas. Sua capacidade elevou-se para 1200 alunos. Chamou-se “Palácio da Instrução”. (RATACHESKI, 1953, folha 84) O Grupo Escolar Modelo pretendia aplicar com rigor vários processos pedagógicos. Turmas de professores do Estado faziam aí estágios, severamente controlados, até obterem domínio prático dos novos processos.

Era perceptível pelos relatórios de Prieto Martinez a necessidade de aumentar o número de escolas primárias e de preparar melhor o professor.

Conforme Ratacheski, “em 1926 foram encomendados na França os laboratórios de Química, Física e História Natural destinado as três Escolas Normais do Estado” (1953, folha 85), ou seja a Escola Normal Secundária de Curitiba e as Escolas Normais Primárias de Ponta Grossa e Paranaguá, indicando o quanto a escola tinha um papel a desempenhar. Mais tarde foram instaladas as Escolas Complementares Normais de Guarapuava e Jacarezinho.

⁴ APM. Anno I, abril de 1921, n. 12. p. 373 e 381

⁵ As escolas intermediárias eram destinadas a habilitar os alunos para a matrícula no Ginásio e na Escola Normal. O curso intermediário era de dois anos. (BRASIL, 1954, p. 67)

Para ressaltar, o papel da escola e do professor, palavras do professor Cesar Prieto Martinez, Inspetor Geral do Ensino, em um Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado dizem o seguinte:

Sem moral não há sentimento humano, não há solidariedade humana, não há Pátria, pois é dessa comunhão de idéias sans que fazem a felicidade colectiva que os povos se formam para viver, falando a mesma língua, seguindo os mesmos costumes, obedecendo a mesma tradição, trabalhando o mesmo solo, formando, em summa, a mesma nação, inspiradas na mesma religião.

Nada disso é possível sem o trabalho da escola, do mesmo modo que é impossível colher sem semear.

O povo ignorante é como o cego que tactea. Está sujeito a ser guiado por mão estranha. Será portanto, escravo submisso sem esperança na redempção. Viverá eternamente infeliz. (PARANÁ, 1921, p. 6)

Muito além de informar, a escola apresentava o empreendimento de regeneração física, intelectual e moral. Era necessário inculcar hábitos saudáveis desde a mais tenra idade. Estava fadado a um triste fim quem não se submetesse aos princípios da educação e da ciência.

No mesmo Relatório, feito pelo Inspetor Geral, ele continua afirmando “Não nos esqueçamos que a escola é, antes de tudo, uma casa de educação e como tal temos direito de educar, isto é, de corrigir tendências e hábitos e de encaminhar novas tendências e formar novos hábitos.” (PARANÁ, 1921, p. 66)

A grande importância dada à saúde e à educação, no intento de modificar a sociedade, foi propalada pelo professor Cesar Prieto Martinez, em outro relatório para o Sr. Dr. Secretário Geral do Estado:

Pelo nosso caboclo, pela sua redempção, que é a nossa própria independência, - a hygiene e a escola dão tudo quanto podem dar, amparados pelos poderes da União e dos Estados, protegidas pelos governos das pequenas circumscrições, - os municípios - e tendo a frente, para o combate em campo aberto, o médico e o professor, num perfeito apostolado. (PARANÁ, 1923, p. 26)

Os médicos, nas publicações no Arquivos Paranaenses de Medicina elogiavam a política adotada pelo Estado quanto à hygiene e a meta das modernas organizações Sanitárias. Também na Revista Médica do Paraná, o Dr. Athayde elogia a administração do Dr. Caetano Munhoz da Rocha quanto a administração sanitária:

É bem verdade que o Paraná já conta com um apreciável patrimônio de assistência social, que nos foi legado pela administração de um médico estadista, que no exercício das complexas funções governamentais soube cuidar da sua gente, dotando a sua terra das mais eficientes organizações médico-sociais. Munhoz da Rocha foi esse grande administrador.⁶

Há referência de que no “Paraná a exemplo de outros Estados, as municipalidades vêm trazendo o seu concurso inestimável para consecução desse ideal; são os frutos dos nossos esforços iniciais, o efeito productivo que surge do trabalho persistente dos primeiros tempos, o interesse que se aviva, o estímulo que se desperta, a Victoria final que se anuncia!”⁷

Os médicos, pelos textos e discursos publicados na Revista Médica do Paraná, revelavam a nítida certeza da importância da educação, do trabalho dos professores junto aos seus alunos, para cultivar a mente dos mesmos, especialmente no que for ligado a formação de uma nova sociedade brasileira. Segundo o prof^o Milton Munhoz, “a escola é o meio propício para esta educação não só porque as crianças facilmente se deixam modelar à vontade dos professores mas também por se tornar o centro da irradiação de conhecimentos que se quer generalizar.”⁸

De acordo com César,

a nova educação deveria se dar a partir de uma educação científica e racional, reformadora do corpo social do país. A nova educação ou educação moderna deveria incidir de maneira contundente sobre o corpo e a alma do aluno, devendo ser de longa duração, estendendo-se desde a educação infantil até a universidade, o que significava manter o corpo e a alma do aluno sob a lógica institucional da disciplina escolar pelo maior tempo possível. (CESAR, 2004, p. 79)

Os médicos responsáveis pela reconstrução do país, sabiam que precisavam da ajuda de outros segmentos da sociedade, como por exemplo, dos professores. Eles afirmavam que a educação é imprescindível no processo de modelação do pensamento infantil, porém parece que não estão muito certos de que os professores

⁶ RMP. Anno II, n. 8 e 9. Agosto e Setembro de 1933, p. 271-272

⁷ APM. Anno V Curitiba, maio e julho de 1924 – n. 1p.77

⁸ RMP. Anno I, n. 4. Março de 1932, p. 155

são capazes de executar certas orientações por estarem despreparados. O Dr. Macedo, divulga na Revista Medica do Paraná, sobre um curso de Educação Sanitária da Inspeção Médica Escolar do Paraná e opina: “O problema educativo, dentro do qual estão incluídos as questões de higiene escolar, exige presentemente do professor conhecimentos de tal forma amplos em vários domínios da inteligencia que a sua formação tem, fatalmente, de obedecer a sua orientação nova compatível com as necessidades atuais do ensino.”⁹ (MACEDO, 1932, p. 123)

Podemos perceber pelos discursos dos médicos publicados na Revista Médica do Paraná que existe um projeto de cunho social para as escolas e a imposição da visão médica sobre a sociedade. Segundo Gomes, “é um dever de todos, especialmente dos médicos, dos higienistas e dos professores – o de educar para melhorar.”¹⁰

Os médicos higienistas ocupavam espaços cada vez mais largos no campo da educação, ampliando a discussão para a eugenia. O Dr. Belisário Penna, eugenista, nos pronunciamentos dirigidos aos professores dizia:

..Já disse e repito: o medico higienista precisa ser um sociólogo. Alem de tratar os doentes, deve estudar as doenças collectivas, applicar os meios de prevenil-as, e encarar os assumptos sob o aspectos Moraes e econômicos do meio physico e da sociedade em que vae agir.

Elle deve levar mais longe a sua nobre missão, e diffundir ininterruptamente nosções scientificas, preceitos seguros de hygiene, prophylaxia e eugenia, entre todas as classes, a fim de formar a “consciência sanitária nacional ”que ensinara a cada individuo a agir por iniciativa própria, dando-lhe a conhecer o que tem direito de exigir das classes directoras.

..trabalhemos com o Maximo de nossas energias por esse ideal nacionalista de saúde collectiva, de vigor, de energia e de solidariedade de nossa gente, e a consciência do dever cumprido e as bênçãos de um povo libertado das doenças, e educado dos são principios da sciencia e da verdade, serão o premio da nossa dedicação patriótica.¹¹

⁹ RMP. Anno I, n. 3. Fevereiro de 1932, p. 123

¹⁰ RMP. Anno II, n. 1. Dezembro de 1932, p. 17-18

¹¹ APM. Anno II Curitiba, junho de 1921 – n.2. p. 31-34

Percebe-se uma relação de coerção, mesmo que veladamente, no discurso acima, ou seja, o médico higienista deverá ensinar as noções científicas e as fundamentais regras de higiene e os indivíduos devem respeitá-las no intuito de garantir sua saúde bem como dos demais. Ao mesmo tempo, os médicos garantem a consciência do dever cumprido e a certeza de estarem participando da luta pelos ideais nacionalistas e o bem da coletividade.

No ano de 1928, o Dr. Caetano Munhoz da Rocha, passa o governo ao Dr. Afonso Alves de Camargo que, “apesar da sua cultura invejável e do seu ingente esforço não deixou seu nome ligado ao ensino, como seu antecessor”. (RATACHESKI, 1953, folha39)

A Diretoria da Educação, a partir de 1928, foi desmembrada da Secretaria do Interior e da Justiça, voltando a ser reintegrada a esta Secretaria somente mais tarde. (RATACHESKI, 1953, folha 48)

Após 1930, as medidas tomadas para organizar a administração pública do estado, no tocante à educação, foram impulsionadas por dois fatores:

- o aumento crescente da população e a demanda e uma certa pressão por parte dessa para o aumento de escolas;
- a concepção, por parte do governo, de que a instrução pública deveria organizar-se de acordo com os princípios de moralização e racionalização para a administração do estado. (1997, p. 50)

No período de 1930-31 ocupou o governo do Estado o general Mario Tourinho. Mais tarde, de 1932 a 1945 o governo foi ocupado pelo Interventor Manoel Ribas. Segundo Ratacheski,

Manoel Ribas deu nova feição à rotina escolar. O serviço de inspeção escolar, que se achava abandonado desde 1929 foi restabelecido e punidos, severamente os professores faltosos. Os delegados de ensino percorriam, diuturnamente, todo o Estado e as escolas esperavam essa visita, que recebiam com verdadeira distinção, porque eles traziam a mensagem do governo, aureolado de certa mística, e as notícias dos mais recentes acontecimentos educacionais.

Não se destacou Manoel Ribas no setor próprio do ensino. Nenhuma inovação pedagógica foi introduzida, a não ser as tentativas na Escola Normal com Erasmo Pilotto. Os programas escolares foram apenas reimpressos. (1953, folhas 45-46)

Portanto, nesse período, por força de precárias condições econômicas e inúmeros desmandos administrativos, o campo educacional limitou-se à “mesma organização que lhe fora anteriormente impressa, melhorando todavia as suas condições, por uma mais escrupulosa seleção de professores” (TOURINHO apud MIGUEL, 1997, p. 53)

A partir de 1930 o governo federal liderou as iniciativas de estimular os Estados a intensificar as ações e unir educação e saúde em prol de um melhor resultado junto ao povo. O Ministério dos Negócios da Educação e Saúde foi criado em 1930 (LIMA, 1985, p. 141), tendo a frente o reformador mineiro Francisco Campos.

Segundo Nilson do Rosário Costa, a Constituição de 1934¹², promulgada após o período de junção entre a educação e a saúde, incumbiu a União, Estados e Municípios de:

- 1^o) estimular a educação eugênica;
- 2^o) amparar a maternidade e a infância;
- 3^o) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- 4^o) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a natalidade e a morbididade infantil; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- 5^o) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais. (COSTA, sem data, p. 22)

Segundo Costa, a Constituição incumbiu a União de “velar pela pureza, sanidade e melhoria da família” e a “inclusão dessas teses na estrutura jurídica do Estado permitiu que setores oficiais explicitassem a necessidade de uma política estatal de aprimoramento eugênico da população”. A partir deste período o controle higiênico atingiu seu ponto maior no “controle sanitário e moral dos grupos subalternos.” (COSTA, sem data, p. 22)

Em 1937, segundo Miguel, foi aprovada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a criação do cadeira de Puericultura e Higiene Infantil, na Escola Normal, como uma forma de prevenir a mortalidade infantil e orientar as futuras mães, especialmente sobre as questões higiênicas. (1997, p. 58)

12 Em 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde, unindo as duas pastas (Educação e Saúde) tendo Francisco Campos a sua frente. A Constituição de 1934 foi o primeiro momento em que se definiu uma política de educação, saúde e cultura valendo para todo o país.

A educação escolar aparecia no discurso médicos e governista como, segundo Miguel, “concessão da elite”, das pessoas melhor posicionadas socialmente e era tida como um instrumento "para disciplinar moralmente a população, afastando-lhe a indolência e preparando-a para atividades produtivas."(1997, p. 48)

A escola teve um aumento na sua complexidade, desde a organização, número de escolas e de alunos no Estado, função pedagógica a desempenhar, formação dos professores, legislação, etc. Porém fica evidente a importância da aproximação entre o ensino e a higiene, entre professores higienizados dando exemplo aos alunos quanto aos bons hábitos no intuito de moldar um caráter higiênico e eugênico preparando o futuro adulto.

O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MÉDICA NAS ESCOLAS.

Unindo saúde e educação, considerando a inclusão dos médicos no campo educacional, um serviço foi apresentado aos dirigentes educacionais como uma forma de garantir mais saúde à população paranaense.

Expressões diferentes para um mesmo tema, como por exemplo, inspeção médico-escolar, serviço de higiene escolar, assistência médica aos alunos, medicina escolar... porém a proposta é a mesma, ou seja, a intervenção médica na escola, para, segundo Stephanou, “realizar uma obra completa médico social e pedagógica”. (1999, p. 181)

O serviço denominado inspeção médica, deveria ser feito por um médico higienista na escola. A proposta inicial deste serviço prestado pelos médicos, contratados pelo Estado, era pesar e medir os alunos, bem como ministrar algumas orientações às mães e professoras. Aos poucos os médicos foram infiltrando seus saberes e conquistando espaço no interior da escola. Foi ampliando o reconhecimento da importância da Medicina na escola e na sociedade.

Segundo Marques a “inspeção médica escolar no Brasil foi criada, em 1889, pelo então ministro do Império, conselheiro A . Ferreira Vianna, como “inspeção hygienica dos estabelecimentos publicos e particulares de instrucção e educação.” (1994, p 113)

A inspeção médica se apresentava com um caráter de fiscalização e vigilância da política médica escolar vigente na época, bem como punição no caso de não estar adequado aos preceitos estabelecidos.

Segundo Donzelot, podemos explicar essa ação bio-política¹, ou seja, essa ação do Estado, pela contratação dos médicos, sobre a vida dos escolares, através da inspeção, como uma,

¹ No livro “A Polícia das Famílias”, Jacques Donzelot utiliza os trabalhos de Foucault para explicar a ação biopolítica, a partir do século XVIII, nos países europeus

proliferação das tecnologias políticas que irão investir sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e de morar, as condições de vida, o espaço completo da existência. Técnicas que, no seu ponto de partida, encontram seu pólo de unificação naquilo que então se chamava polícia: não no sentido estritamente repressivo que lhe atribuímos atualmente, mas segundo uma acepção mais ampla englobando todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação. (1980, p. 12)

O serviço de inspeção escolar servia para regular a higiene na escola para que os alunos pudessem ter uma melhor saúde. Em algumas situações estava mais direcionada ao indivíduo em particular, em outros procedimentos, dirigia-se para a coletividade escolar, como direção, professores, funcionários e alunos. Entre os próprios médicos havia discordância no tipo de ação interventiva que deveria ser realizado na escola: alguns achavam que deveria ser uma ação preventiva, outros defendiam a idéia que tal ação deveria ser curativa.

Entre as atribuições do médico no amplo programa de medicina escolar, podemos citar, segundo Stephanou,

- 1º) Atenção à higiene geral da escola: aspectos internos e externos da escola, desde mobiliário, prédio escolar, ventilação, vigilância da água e dos alimentos fornecidos às crianças, etc
- 2º) Profilaxia das doenças infecto-contagiosas: diagnosticar doenças contagiosas e afastar as crianças com enfermidades, bem como desinfetar a escola;
- 3º) Vigilância da saúde física das crianças: vigiar a higiene do corpo e das roupas, fazendo exames periódicos dos alunos, proceder à vacinação e atender higiene dentária e bucal.
- 4º) Educação higiênica dos alunos e professores: através de cursos e palestras, para formar a consciência sanitária.
- 5º) Vigilância da saúde intelectual: avaliar as capacidades intelectuais de cada um, identificar os casos de anormalidade psíquica e encaminhar para estabelecimentos especiais, aplicar conhecimentos de higiene mental.
- 6º) Inspeção médica escolar completa: realizar exame clínico dos alunos, professores e auxiliares, no momento da admissão e durante o período escolar.
- 7º) Preparação e orientação de enfermeiras escolares ou educadoras sanitárias.
- 8º) Educação sanitária das famílias: promover reuniões e enviar folhetos com orientações higiênicas e combate a vícios.
- 9º) Pesquisa da capacidade da criança: aplicar testes individuais de inteligência. (1999, p. 184-185)

Portanto, desde o local adequado para instalação do prédio escolar, o mobiliário, a oxigenação das salas de aula, os alimentos fornecidos na cantina escolar, o diagnóstico de enfermidades, a educação higiênicas dos professores e pais, tudo passava pela inspeção escolar.

Para atender aos quesitos de vigilância à saúde física e intelectual das crianças havia uma ficha para cada aluno, preenchida uma parte, por professores, outra pelos médicos. Aos professores competia preencher as colunas que questionavam “quesitos sobre atenção, inteligência, memória e procedimentos”. (MARQUES, 1994, p. 114). Os médicos, após o preenchimento feito pelos professores e com base nesses dados, observavam desenvolvimento físico dos alunos e faziam também alguns registros, como casos de vícios e degenerescência entre familiares.

Muito parecido com esta ficha escolar era a proposta da caderneta sanitária que deveria ser preenchida por médicos e “na ocasião da matrícula, com a apresentação da caderneta, poderá o médico, facilmente, impedir o ingresso de crianças contagiantes na coletividade e indicar os serviços que deverão procurar para seu tratamento ou para sua educação.” (ARAGÃO, 1927, p. 454)

A utilização de cadernetas sanitárias portanto, apresentava o propósito de acompanhar o aluno desde seu ingresso na escola até o fim do curso escolar, tendo-se assim um registro da história médica de cada aluno. No Paraná, o que mais prevaleceu foram as fichas individuais de cada aluno, mais simples, com espaço para registros dos professores.

O modelo (inserido na próxima página) de Caderneta Sanitária foi apresentada na I Conferência Nacional de Educação, em Curitiba, por João Maurício Moniz de Aragão, da Associação Brasileira de Educação, recomendando que com esta medida:

fácil se torna a vigilância e a observação proveitosa das crianças, dando-lhes uma assistência perfeita e adequada, aliando-se uma educação favorável, tornando-as para o futuro fortes e abnegados, com a compreensão perfeita dos seus deveres. E quando as condições tal não permitirem, inicialmente, por se tratar de crianças anormais ou retardadas, essa assistência as tornará capazes, de pelo menos, não impedir o progresso da sociedade, transformando incapazes destinados ao hospício em indivíduos aptos a uma vida mediana.” (1927, p. 454)



CADERNETA SANITÁRIA

Nº de ordem _____ Matriculado em _____

Nome: _____

Filiação: _____

Cor: _____

Residência: _____

Tipo de residência: _____

Idade: _____

Peso: _____

Altura: _____

Circunferência craniana: _____ Circunferência torácica: _____

Malformação do nariz? _____ Diâmetro biacromial: _____

Implantação dos dentes? _____ Defeitos físicos? _____

Tríade de Hutckinson? _____ Índice mental Q.I.: _____

ANTECEDENTES HEREDITÁRIOS	ANTECEDENTES PESSOAIS
Pais vivos? _____ Consangüíneos? _____	Nutrição: _____
Gozam saúde? _____	Desenvolvimento: _____
Mortos? _____ Causa mortis? _____	Doenças: _____
Doenças físico-mentais? _____	Idade 1ª dent.: _____ Veg. Aden. _____
Infecção? _____ Intoxicação? _____	Viciado sexualmente: _____
Tuberculose? _____ Sífilis? _____ Bebe? _____	Álcool? _____ Fuma? _____

EXAMES CLÍNICOS

Aparelho visão: _____ Sistema nervoso: _____

Aparelho olfação: _____ Reflexos: _____

Aparelho audição: _____	Psique: _____
Aparelho respiração: _____	Exame dos dentes: _____
Aparelho circulação: _____	Exame dos pêlos: _____
Aparelho digestivo: _____	Exame das unhas: _____
Aparelho gênito-urin.: _____	Exame da pele: _____
Portador de germe? ___ Infectante? _____	Vacina contra varíola? _____
Vacina contra tifo? _____	Tomou algum soro? _____
EXAMES DE LABORATÓRIO	
Reação de Wassermann: _____ Sangue: _____ Líquor: _____	
Exame de fezes: _____	
Exame de escarro: _____	
Outros exames: _____	
Observações: _____	
<hr/> Médico especialista	

Modelo sugerido por: ARAGÃO, João Maurício Moniz de. Associação Brasileira de Educação. Tese nº 80: Assistência Médica à Infância Escolar – cadernetas sanitárias. I Conferência Nacional de Educação, Curitiba, 1927

O registro de todos esses dados evidenciavam um certo caráter de acompanhamento e vigilância permitindo, no ambiente escolar, certas comparações e classificações. Como sugere Marques, “a higiene escolar tornava-se, assim, um aliado e tanto na tarefa de eugenzar a criança brasileira.” (1994, p. 115)

No preenchimento ou mesmo, na análise da carteira sanitária, averiguando as condições gerais de saúde dos alunos da escola, revestidos por um discurso médico-científico, segundo Stephanou,

Preconceitos e estereótipos sociais contribuíram para a exclusão de uns ou outros, explicitando o aluno normal, sadio, vigoroso, mas também o anormal, doente, débil. Os alunos portadores de doenças deveriam ser afastados da escola quando o tratamento fugia da alçada da higiene escolar, majoritariamente concebida como uma medicina preventiva. Apenas as pequenas moléstias ou desvios leves eram tratados na própria escola. Procurava-se desta forma salvaguardar a saúde individual e coletiva, no intuito de constituir “agregações sadias”. (1999, p. 201)

Ficava evidente que a aposta educativa deveria dirigir-se principalmente as crianças no período escolar como uma ação preventiva com a intenção de promover novas gerações saudáveis.

É possível perceber um avanço ao compararmos, ao longo das primeiras décadas do século XX, as propostas iniciais em prol de uma inspeção médica na escola e da higiene escolar, com o projeto nacional de saúde escolar. No campo do conhecimento médico foi incorporado novos saberes especialmente relativos à Psicologia e às leis da hereditariedade, culminando na organização de um novo campo – a higiene mental; também houve um olhar mais detalhado sobre as precárias condições nutricionais das crianças brasileiras e tentativas de introdução de suplementos alimentares em creches, escolas, etc. Porém, a “finalidade da saúde escolar persistia sendo o “fortalecimento moral”, o “aperfeiçoamento da raça”, a formação de cidadãos “produtivos e úteis” à “pátria” e à “nação”. Eugenia continuava sendo uma palavra-chave, como antes.” (LIMA, 1985, p. 145)

A família e os professores foram vistos pelos médicos como aliados na obra de divulgação das noções higiênicas, bem como da campanha sanitária para o país. O Dr. Macedo, afirma:

O médico, assim como a família e o professor, é fator imprescindível e insubstituível no aparelhamento educacional.

A medicina escolar deve ser essencialmente educativa e profilática e visar, sobretudo, o revigoreamento da raça e a formação da consciência sanitária.

É possível, pelo aproveitamento da natural curiosidade e vivacidade da criança, interessá-la nos casos concretos de higiene e de profilaxia e aliciar uma legião infantil para a grande campanha sanitária que o Brasil está exigindo e de cuja vitória depende a própria vida da Nação.

Sem a colaboração do professor a ação médica nas escolas é grandemente prejudicada.²

O Dr. Macedo afirmava que “se a educação é a própria vida, ao médico cabe o papel mais importante na educação. Isto não é uma novidade.”³

A intensa ação e presença do médico na escola se delineava cada vez mais para fortalecer a unidade entre a moral, a inteligência e a estrutura física de cada um:

O médico-escolar começará examinando detidamente todos os candidatos à matrícula nos cursos escolares – pois os atestados exigidos não representam suficiente garantia – assim serão afastados os portadores de moléstias infecto-contagiosas e anormais.

Concluindo diremos que a educação escolar, indispensável à criança e de extraordinário alcance moral visa prepará-la para a vida social: pela educação física torna-a um ente forte e robusto; pela instrução transmite-lhe conhecimentos e pela educação moral o habituará à atenção, reflexão e força de vontade.⁴

O serviço de inspeção médica escolar constituía uma repartição técnica essencialmente profilática e educativa, referia Macedo. O seu principal objetivo era a educação higiênica, visando o revigoreamento da raça e a formação da consciência sanitária a partir do meio escolar.⁵

O prof^o Pereira de Macedo, na coluna intitulada *O médico nas escolas*, na Revista Médica do Paraná, continua reforçando o papel importante e imprescindível do médico na escola, ou seja, o médico deve estar dentro da escola orientando tanto professores quanto as mães:

² RMP. Anno II, n. 6. Junho de 1933, p. 226

³ Ibid., p. 218

⁴ RMP. Anno II, n. 5. Abril/Maio de 1933, p. 124

⁵ RMP. Anno II, n. 6. Junho de 1933, p. 225

A quem sinão ao médico pode caber a tarefa da formação de mãe-mestras no período inicial da vida? A quem sinão ao médico a obra indispensável de pôr evidenciar os elementos necessários para a constituição normal da base biológica sobre a qual assenta todo o complexo edifício educativo?

Ao médico cumpre traçar as regras de higiene pelos quais a família desempenha a sua missão educadora. Na escola, porém, o médico especializado cresce de importância pela ação direta que exerce no meio doméstico, por intermédio dos próprios alunos, agentes naturais de difusão no interior dos lares e por toda parte dos preceitos de sanidade, tornando a tarefa da família mais ampla e eficaz e o objeto educacional melhor compreendido pela grande massa e, portanto, mais facilmente atingido.⁶

A inserção do médico no meio escolar e, como conseqüência, extensivo à família, tanto no presente como nos resultados remotos colhidos no futuro, é possível pelo conceito de Medicina construído na modernidade e que Foucault explica bem no livro "Arqueologia do Saber". Medicina é uma "instituição regulamentada, como conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática, com competência reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração.(1995, p. 47)

A preocupação cada vez maior dos integrantes do campo da Medicina com os alunos, seus familiares e professores, gerenciando suas vidas, especialmente com o discurso vinculado à saúde e a higiene, são impregnados de moralidade. Veja o que diz o Dr. Macedo, em um artigo publicado na Revista Médica do Paraná:

O medico nas escolas não deve exercer simplesmente a medicina. Cumprem-lhe para o exercício das suas elevadas funções, além do preparo medico especializado, dotes de espirito que lhe permitam abranger filosoficamente conjunto as ciências relacionadas com a pedagogia e capacidade de instituir as regras destinadas a pôr em harmonia interesses contrarios cujo conflito produz o mal estar da escola presente..... Encontrar esse meio termo justo que torne a escola um fator de eugenia ao envez do instrumento de tortura e meio de deformação é o grande e magno problema do medico nas escolas.⁷

No Paraná, a inspeção médica se limitava apenas a grupos de escolas situadas na capital, onde o professorado, em geral, por circunstâncias de ordem econômica, na opinião dos médicos, ainda não possuíam cultura completa, que a missão de instruir e de educar exige. Conforme Dr. Macedo, o povo sofre as conseqüências da

⁶ ibid, p. 215-216

⁷ ibid, p. 220

unilateralidade do seu civismo, ignorante em relação aos princípios de economia, perdulário por natureza, mal alimentado, sem conforto, desinteressado da vida, por tudo isso o médico nas escolas tem tudo a fazer. “Desde os mais elementares preceitos de higiene corporal até as particularidades relativas ao material escolar, a atitude dos estudantes, a defesa dos próprios sentidos pela observação de regras tradicionais, que ao professor instruído competiria atender, em nosso país requerem a solicitude do médico”.⁸

A medicina repressiva, de efeito aliás imediato e de resultados mais aparentes do que reais, vai sendo, com a experiência da sua aplicação, substituída pela medicina preventiva e pela higiene, sobretudo que constituem no período histórico pesquisado a parte aplicada da medicina escolar. Nesse terreno de vigília constante da saúde, o médico nas escolas tem um campo imenso de ação, que não se restringe simplesmente a casos isolados ou apenas ao meio escolar porque se expande na influência benéfica que exerce sobre a família como, segundo Dr. Macedo, nos resultados “remotos colhidos no futuro pela restituição à coletividade de seres completos que escapam assim da deformação escolar, melhores dotados de requisitos de sanidade que integralizam o homem para o seu verdadeiro destino de utilidade social”. (1933, p. 219)

Ao envez da pratica da arte medica, ao medico nas escolas compete fazer ciencia medico-pedagogica que visa essencialmente o desenvolvimento fisico e psiquico do aluno, cooperando com o professor para o conhecimento das leis fisiologicas que regem a natureza da criança sob o duplo aspecto somatico e mental. Não é a criança doente que interessa a higiene escolar, mas a saude da criança e as condições do meio em que vive, expurgando de tudo o que possa perturbar o seu desenvolvimento normal, de modo a mantel-a nas condições de vencer a fase escolar sem sacrificio para a fase subsequente na vida adulta.⁹

⁸ *ibid*, p. 221

⁹ RMP. Anno II, n. 6. Junho de 1933, p. 219

A medicina social, investindo na prevenção e sentindo a necessidade de disseminar medidas higiênicas para atingir as diversas camadas da população resolve alcançar, em primeiro lugar, as pessoas que vão trabalhar com a educação popular, ou seja, que vão dar aulas. Para manter todo este aparato médico nas escolas achou-se imprescindível a criação de cursos para instrumentalizar os professores. Em 1933, o professor Dr. José Pereira de Macedo , da Inspeção Médica Escolar no Paraná, explica como funcionava, desde o ano anterior, um curso de educação sanitária para os alunos do último ano da Escola Normal. Era necessário transmitir conhecimentos elementares de higiene e medicina preventiva, breve noções sobre moléstias transmissíveis no que estes elementos tem de básico para a compreensão de higiene geral. Contava com noções relativas aos microorganismos patógenos, sua estrutura, como reconhecê-los, como combatê-los, bem como destruí-los.

Por outro lado era recomendado pelo próprio Dr. Macedo que este curso fosse

.. espurgado de minucias fastidiosas bem como, o quanto possível, de terminologia e técnica, ao alcance de qualquer inteligência, abriria novos horizontes á mentalidade dos futuros professores para o julgamento das nossas realidades sanitarias e muito contribuiria para o aproveitamento de uma colaboração valiosa, perfeitamente integrada das suas responsabilidades na educação popular, para a transformação dos nossos habitos de higiene e formação da consciencia sanitaria de que precisamos presentemente, sobretudo.¹⁰

O preciosismo de detalhes também foi recomendado pelo serviço de Inspeção Escolar para a aceitação ou não das crianças nas escolas. Era importante examinar as crianças pelas condições higiênicas mais comuns (pés, mãos, enfim corpo em geral), até as “portadoras de pediculose, escabiose, moléstias da pele e dos olhos, suspeitas de tuberculose e outras doenças transmissíveis.”¹¹

¹⁰ *ibid*, p. 222

¹¹ RMP. Anno II, n. 5. Abril/Maio de 1933, p. 120

O papel da escola era admitir apenas a criança saudável e prepará-la para ser o cidadão ideal. Para tanto era necessário o auxílio das mães – primeira mestra- , dos professores especializados e bem preparados, de inúmeros outros profissionais, como pedagogos e psicólogos, porém todos eles amparados nos saberes dos médicos, visando um grande projeto de nação. Tais profissionais, segundo o Dr. Macedo, deveriam estar “destinados ao estudo da criança nos diferentes aspectos da sua organização e atividades, de modo a induzir as leis necessárias para uma racional atuação pedagógica”.¹²

Embora o serviço de inspeção médica escolar pudesse apresentar outras denominações pelos próprios médicos, como já comentamos anteriormente, acha-se apropriada tal designação. Ao médico cabia a tarefa de inspecionar, vigiar, observar cada aspecto do cotidiano escolar, bem como os indivíduos e suas práticas, assegurando as condições sanitárias na escola. A isso implica, como diz Foucault, uma “vigilância que permite qualificar, classificar, punir, assumindo a forma de um poder normalizante. (1998, p. 164)

Nos anos de 1920, segundo Stephanou, a “presença médica no espaço escolar efetuava-se de forma difusa e esporádica, através da prática das visitas sanitárias como parte dos serviços públicos de higiene geral.” Essas visitas poderiam ser a partir da necessidade ou solicitação da escola ou, por decisão do setor de higiene no sentido de desinfecção de alguma área escolar. (1999, p. 194) Com a conquista do espaço na escola, entre os professores e alunos, esta construção de saberes e área de atuação dos médicos foi sendo ampliada. A presença do médico foi sendo cada vez mais solicitada na escola e começou-se a intensificar um programa de higiene escolar.

¹² RMP. Anno II, n. 6. Junho de 1933, p. 217

Para completar esse grande projeto nacional, idealizado pelos médicos, até as brincadeiras, o lazer, a hora do recreio, a educação física, o namoro, o casamento, enfim tudo, estaria sob as orientações dos médicos escolares. Segundo Rodrigues, até “o casamento, esses jovens deveriam ser submetidos à uma espécie de *moral higiênica*, onde cada atividade representaria *produtividade*. Depois do casamento os deveres seriam outros, mas existiriam”. (1998, p. 100)

Rocha explica bem a intervenção do médico na escola e na sociedade quando afirma

fazendo da escola e da sala de aula cenários para a encenação dos rituais da saúde, por meio dos quais a moderna ciência da higiene procurava intervir sobre o aluno, esquadrinhando o seu corpo, revelando os seus modos e costumes, os homens de ciência buscam produzir um espaço asséptico, ordenado, disciplinado e, ao mesmo tempo, corpos hígidos, física e moralmente. (2001, p. 219)

As diversas atividades desenvolvidas pelos médicos no espaço escolar, desde o preenchimento de fichas e cadernetas sanitárias após exame médico minucioso de cada aluno, até observação do espaço escolar, do recreio, da alimentação das crianças, da elaboração de conteúdo programático para cursos com finalidade de instrumentalizar os professores, enfim, tudo isso e muito mais registram uma leitura médica da escola com uma intencionalidade revelada. Diante de tudo isso há um conjunto de relações, ora conflitiva, ora interativa entre pais, professores, alunos e médicos que operam produtivamente para o projeto maior da higiene escolar e, também, da raça.

Portanto, aos professores, cabia a tarefa de higienizar os alunos e seus familiares, mas era da competência do médico o projeto de disciplinarização higiene da sociedade.

INFLUÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA HIGIENE E SEXUALIDADE NO PERÍODO 1920-1930

A escola brasileira desde o início do século XX estava sob influência pedagógica de inúmeros intelectuais reformadores que em conferências nacionais e associações estavam discutindo o modelo educacional vigente no país e propondo um “modelo pedagógico único para todo o Estado nacional, a pedagogia da Escola Nova”. (CÉSAR, 2004, p. 63) Essas idéias estavam presentes no cenário mundial desde o século anterior.

Esta nova proposta tinha o aval do Estado nacional e concretizou-se melhor a partir das políticas educacionais instauradas nos anos 30. Segundo César, a proposta baseava-se em projetos educacionais bem diferentes dos vigentes, “tanto em relação à política cultural como em relação às metodologias de ensino e às filosofias educacionais”.(2004, p. 65)

A função da educação nesse período histórico era desenvolver a habilidade, melhorar os hábitos, formar o caráter do indivíduo, de forma que pudesse prosperar nas atividades de sua vida e conformar-se a certos interesses da sociedade. A educação torna-se assim, embora indiretamente, a força modificadora das instituições sociais, realizando um melhor ajustamento dos indivíduos.

No início do século XX sofremos influências de correntes médicas e higienistas que vinham tendo sucesso mundialmente. Os livros publicados neste período são expressões acentuadas do controle sobre a vida da população e das intenções eugenistas.

Alguns veículos eram bastante utilizados no período para divulgar os ideais higiênicos da sexualidade, preponderantes no país, entre eles, os livros – estrangeiros e nacionais, usados na formação dos professores, médicos e outros; os jornais e revistas; os programas de rádio, com programação direcionada à população em geral, especialmente às mães e às professoras, sendo que tais palestras foram publicadas na Revista Médica do Paraná. A pesquisa foi centrada nos livros e nos programas de rádio.

Parte dos livros utilizados nas escolas, na formação dos professores e nos cursos de Medicina e que embasavam o discurso médico eram estrangeiros. Dentre os livros estrangeiros utilizados na escola figura “A Questão Sexual” do professor e Dr. Augusto Forel ¹, suíço, sendo a 1ª edição publicada em novembro de 1905 na Suíça. No livro encontramos o prefácio da 2ª edição em português publicada em São Paulo em junho de 1928. Portanto deve ter chegado antes ao Brasil, se considerarmos que havia uma edição anterior em língua portuguesa.

No prefácio do livro encontra-se:

Entre a terceira e a quarta edição deste livro sobreveio a guerra. Ora os appetites sexuaes nella desempenharam um papel nefasto, entre todos os belligerantes, e em virtude da repercussão, até nos paizes neutros: prostituição, augmento espantoso de infecções venereas, defloramentos, infidelidades conjugaes, cacogenismo (seleção ás avessas pela degenerescencia das raças, devido á morte dos melhores, que são os escolhidos para a guerra), diminuição dos nascimentos, dissolução dos costumes e da vida de familia. O que disse e previ na terceira edição, a proposito da selecção humana e da guerra, confirmou-se infelizmente. Hoje, mais do que nunca, a lucta pelo eugenismo deve ser opposta a um néo-malthusianismo destruidor.

Trata-se de salvar da ruina total nas nossas raças européas que, devido ás paixões atiçadas pela diplomacia secreta e pela imprensa, se entre-dilaceram estupidamente, sem attenção ao futuro dos filhos. É preciso tirar a mascara de um pudor falso e hypocrita que esconde á mocidade as verdades sexuaes. (FOREL, 1928, p. IX)

A teoria da degenerescência ² das raças comentada acima relaciona-se com, segundo Foucault, uma sexualidade devassa, pervertida, etc., “que tem efeitos sobre o plano da população, uma vez que se supõe que aquele que foi devasso sexualmente tem uma hereditariedade, uma descendência que, ela também, vai ser perturbada, e isso durante gerações e gerações...” (2002, p. 301) Tal teoria influenciou sobremaneira as práticas higiênicas e eugênicas, bem como os livros publicados na época, inclusive no Brasil.

¹ Esta 4ª edição do livro na Europa, foi publicada no dia 21 de março de 1919, na Suíça e em 1928 no Brasil, edição traduzida.

² Foucault se refere aqui à teoria da degenerescência, elaborada na França, em meados do século XIX por Morel e outros, fundamentada no princípio da transmissibilidade da tara chamada “hereditária”, foi o núcleo do saber médico sobre a loucura e a anormalidade. Muito cedo adotada pela Medicina legal, ela teve efeitos consideráveis sobre as doutrinas e as práticas eugênicas e não deixou de influenciar toda uma literatura, toda uma criminologia e toda uma antropologia. (2002, p. 301)

No mesmo livro, no prefácio da segunda edição em português, publicada em São Paulo, junho de 1928, o prof^o Flaminio Favero, enaltece o mérito da Companhia Editora Nacional pela publicação de grandiosa obra em português ressaltado que a primeira edição, com três mil exemplares se esgotou em pouco mais de dois meses no Brasil. Ele ainda afirma que este fato “é o testemunho, por demais valioso e convincente, de que a obra do antigo e sábio professor de Zurich merece ser amplamente divulgada para que possa produzir os fructos que o seu autor teve em vista, focalizando a importancia inegavel da questão sexual.” (1928, p. V)

No prefácio do livro “Questão Sexual” lê-se:

As verdades sexuaes precisam, certamente ser conhecidas pelos moços e moças de hoje, porque o falso pudor que as véla impellem para o vicio, para a corrupção, para a doença, para a desorganização da familia e abalo da sociedade.
...felicite a “Companhia Editora Nacional” pela idéa oportuna e excellente de tornar accessivel a maior numero de leitores, em nosso meio, este inestimavel trabalho, agora que os assumptos eugenicos tanto devem preoccupar-nos; registre, ademais, que opponho algumas restricções a certas idéas do trabalho, com as quaes, naturalmente não concordo, crendo, como creio, na divina inspiração das Sagradas Escripturas, cujos ensinamentos sigo, ...(FOREL, 1928, p. V-VI)

Portanto, circulava entre nós brasileiros, nas Faculdades de Medicina e nos formadores de opinião do povo, como médicos, professores e políticos, os conceitos originários da Europa e dos Estados Unidos, inclusive as idéias eugenistas. Muitos brasileiros eram encaminhados por suas famílias para estudar no exterior, dominavam bem os idiomas, traziam livros e influências estrangeiras na sua formação.

Na introdução do livro o Dr. Forel comenta que,

”Considerada dum ponto elevado, a vida sexual é tão bella quanto boa. O que há de vergonhoso ou infame é a sujeira e a ignominia que as paixões brutaes do egoismo e da estupidez, alliadas á ignorancia, á curiosidade erotica e ás superstições mysticas nella puzeram, combinando-se muitas vezes com as intoxicações narcoticas sociaes e com anomalias cerebraes.” (1928, p. 2-3)

É perceptível nesse trecho do livro uma intenção disciplinar sobre o indivíduo e o seu corpo. Através de um arcabouço científico, com ênfase em noções técnicas, publicadas por um doutor que, até certo ponto, amedrontavam, pelas conseqüências

para a saúde e para a vida, ocultava-se um discurso político e normatizador para a população.

O livro “A Questão Sexual” foi dividido em dezenove capítulos. Os capítulos I a VII tratam da história natural e da psicologia da vida sexual; o capítulo VII trata da patologia sexual; os capítulos IX a XIX tratam de seu papel social, isto é, de suas relações com os diferentes domínios da vida social humana. Vale a pena conferir o título dos seis últimos capítulos:

Capítulo XIV – A medicina e a vida sexual

Capítulo XV – Moral sexual

Capítulo XVI – A questão sexual na política e na economia política, eugenismo

Capítulo XVII – A questão sexual na Pedagogia

Capítulo XVIII – A vida sexual na arte

Capítulo XIX – Olhar retrospectivo e perspectivas futuras.

Pelo conteúdo do livro é perceptível sua forte tendência eugênica e a necessidade de orientar bem seus leitores com argumentos sociais, econômicos, biológicos e psicológicos. Ele critica os neo-malthusianos pois se preocupam apenas com a quantidade de filhos de um casal, criticando o número excessivo, e não considerando a qualidade de tais filhos.

Forel diz que os neo-malthusianos são idealistas e vêem em toda parte gente demais, declarando guerra de extermínio a qualquer crescimento da população. Os neo-malthusianos,

“recomendam, como nós, o uso de meios anticoncepcionaes, mas fazem-no sem nenhuma critica. Dirigem-se sobretudo á parte instruida, altruista e intelligente da população, e, arrastando assim os melhores elementos da sociedade a se reproduzirem o menos possível, não percebem que os chinezes, os negros e ainda as camadas mais incapazes e amoraes da população caucasea são os que menos se influenciam de taes idéas, de forma que o resultado é precisamente o contrario do que pretendem. (1928, p. 474-475)

Continua Forel dizendo que é preciso ensinar e impor o neo-malthusianismo aos doentes, incapazes, imbecis, criminosos e às raças inferiores, que na opinião dele são

especialmente os negros e os chineses. No entender dele é preciso fazer de tudo para que os fortes, bons, sadios e superiores de espírito se reproduzam o mais que puderem. Ele sabe que isto poderá levar séculos mas, com o resultado pode-se esperar um belo futuro para os descendentes. “Um homem capaz, activo e bom dá á sociedade muito mais do que lhe toma e é por isso considerado um valor economico.” (FOREL, 1928, p. 475)

No capítulo XVII, A Questão Sexual na Pedagogia, Forel diz que a “pedagogia” não pode atuar sobre as características herdadas geneticamente, mas podem atuar sobre os elementos adquiridos ao longo do curso da vida pela ação combinada de agentes exteriores, ou seja, os fatores sociais. Ele explica como deve ser feita a educação sexual das crianças, orientando mães e educadoras que, se habituarmos a criança a considerar relações sexuais e a nudez do sexo do adulto como coisas naturais, inocentes, estas, mais tarde, certamente excitarão menos a curiosidade e o erotismo na criança. Sugere que devemos explicar às meninas sobre as primeiras “regras” e aos meninos sobre as “polluções” . Critica os pais que, com frases evasivas e mentiras respondem às perguntas ingênuas dos filhos.(1928, p. 483-484)

Orienta as mães e educadoras que castigos, censuras e conselhos passa pela alma da criança sem deixar sinais. Sentimentos calorosos, a veracidade, a persuasão e a perseverança devem traduzir os atos e o modo de ser das pessoas que educam as crianças.

Como afirma Foucault, ³ não se trata, apenas, “de produzir um melhor (maior) número de crianças, mas de gerir convenientemente esta época da vida (...)O retângulo pais-filhos deve se tornar uma espécie de homeostase da saúde” (1998, p. 199), ou seja, a relação entre pais e filhos precisa ser equilibrada, favorecendo que a família se torne o agente de medicalização.

³ Foucault, em *Microfísica do Poder* (1998) estava se referindo, no século XVIII, na Europa, quando muitas crianças morriam ao nascer. Ele acrescenta que o problema da infância é a sobrevivência até a idade adulta, das condições físicas e econômicas desta sobrevivência, dos investimentos necessários e suficientes para que o período do desenvolvimento se torne útil, em suma, da organização desta fase que é entendida como específica e finalizada.

Forel sugere quais seres humanos que não devem se multiplicar, destacando dentre eles: os criminosos, os alienados, os imbecis, os maus, os briguentos, o canalha mesmo que seja robusto, os viciados em álcool ou em ópio, as pessoas predispostas pela hereditariedade à tuberculose, as pessoas inválidas, raquíticas, hemofílicas, enfim todos os seres incapazes de procriar sadiamente. A eles, bem como as raças inferiores, deve ser ensinado a prática dos meios anticoncepcionais. (1928, p. 530)

Quando Forel se refere aos valores humanos sociais que devem ser enaltecidos ele diz que a escola apenas avalia o valor intelectual, pelos testes escolares que medem os que tem boa memória e capacidade de receptividade mental. No entanto, o que deveria ser considerado é o espírito profundo, a originalidade, a capacidade criativa, a perseverança, a honestidade, os sentimentos de responsabilidade, o julgamento crítico. Esses valores são muito mais úteis na sociedade e na produtividade. (1928, p. 531)

No subtítulo Reforma na Educação, no Capítulo XIX, Forel diz “depois da seleção humana, considero a reforma pedagógica como a mais importante das reformas positivas.” (1928, p. 535) Assim como a boa qualidade dos genes (dito por ele germens) é uma das condições fundamentais para a felicidade humana, ela apenas não basta. Por meio da educação podemos obter de genes relativamente defeituosos pessoas relativamente boas e úteis.

A escola deverá orientar os jovens para o casamento do futuro, ou seja, comprometer-se com pessoas instruídas sobre a educação sexual desde a infância; pessoas livres do álcool, da sífilis, da tuberculose, de doenças mentais; com o direito de utilizar-se do produto do seu trabalho para sua sobrevivência, sem explorar os demais. Prepará-los na escola para o trabalho com qualidade, sem luxúrias e frivolidade. Devem ser orientados a não ceder a todos os seus impulsos, especialmente os sexuais e, sim, subordinar tais impulsos para o bem da sociedade.

É claro em todo livro de Forel, depende-se uma tecnologia disciplinar, em alguns momentos trata o corpo humano individualizado dotado de capacidades, com recomendações e orientações a serem seguidas, e uma tecnologia de poder em que os corpos devem servir aos interesses de um corpo social.

No Brasil, tivemos publicações de livros escritos por brasileiros, entre eles, o Dr. Afranio Peixoto, médico, escritor e professor de Higiene da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Em seu livro há uma forte influência dos europeus e americanos pelos inúmeros exemplos e autores citados.

Publicou em 1913 (1ª edição) uma coleção de livros sobre Higiene. Esta coleção teve várias edições e foi amplamente usada nos cursos de medicina e na formação de professores nas Escolas Normais. No decorrer da leitura percebe-se uma argumentação do autor no intento de persuadir o leitor sobre a importância da disseminação das noções de higiene entre a população. Na 6ª edição, volume II, Medicina Preventiva, encontra-se, logo no primeiro capítulo – Higiene da Espécie: Herança Morbida e Eugenia. Profilaxia Social: “Não só pelo indivíduo se interessa a Higiene, senão também, a ainda por ele, a sua ascendência, de onde ele virá, e a cuja semelhança será feito. Porque a herança é a memória da descendência e, como a espécie é contínua, será cada ser uma reminiscência dos que o precedem.” (1938, p. 20)

O aspecto educativo da eugenia, foi revestido de caráter preventivo, ou seja, para sanear, combater os problemas criados pela miscigenação e também pelo processo de urbanização, sob influência a medicina. O discurso dos médicos, formulado a partir de teorias importadas, mas adaptado à realidade brasileira, pretendia estabelecer os parâmetros da normalidade racial do cidadão brasileiro, na perspectiva do seu “aperfeiçoamento” como diziam os médicos. O Dr. Afranio Peixoto, ilustra esse discurso médico em seu livro:

Eugenia. Cumpre, porém, evitar a prolongação do martírio, impedir a herança morbida e, se possível, devidamente promover a eugenia. São esses os meios que ocorrem...

Proibição de casamentos. Devem ser evitados os casamentos entre conjugues tarados. As doenças familiares de cada um dos pretendentes devem ser melhor estudadas do que as vantagens sociais e individuais dos nubentes....

A herança morbida permitida é a cumplicidade e a premeditação de um crime, de que os dois criminosos, cegos de paixão, podem ser desculpados, mas não o devem ser nem por seus pais, parentes, ou a sociedade, que os acoroçoa, para os deplorar em seguida.

Segregação. À sociedade incumbe melhorar a condição dos deficientes, degenerados, como criminosos e loucos, dando-lhe o trato humano e os recursos medicamentos, ortopédicos e regeneradores, principalmente sob esse pretexto, para segregar da

comunidade em que as ocasiões de mal fazer, pela propagação de sua tara, transmitida a descendentes, não é caso raro...

Esterilização. A esterilização dos tarados, deficientes, criminosos, tornados incapazes de procrearem, tem sido preocupação humanitarista, que já entrou por higiene social na legislação de alguns estados americanos: Indiana, etc. ela só se pode fazer por acção radio-activa ou por meio cirurgico. (PEIXOTO, 1938, p. 23-24)

Além dos livros, da mesma forma, nas palestras sanitaristas divulgadas pela P.R.B.2 “Radio Club do Paraná”, o prof^o Milton Munhoz no dia 29 de abril de 1936 dirigia-se a população paranaense desaconselhando:

casamentos entre anormais e doentes, os cruzamentos consanguineos, cujas taras iguais podem se somar no produto da concepção, afastando do himineu os alcoolatras, os viciados, os doentes nervosos e mentais, procura a Eugenia diminuir na sociedade humana o numero de aleijados, loucos, fracos e doentes. Faz uma verdadeira seleção, alias rigorosamente adotada na agricultura e na criação de animais e tão pouco considerada entre os homens.

As uniões de individuos doentes ou tarados não podem dar sinão filhos enfesados e enfermiços.⁴

As recomendações acima servem como “norma” para disciplinar o corpo e regulamentar a população, conferindo a medicina uma “técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios.”(FOUCAULT, 2002, p. 302) As ações médicas exerciam um poder sobre a vida das pessoas, inclusive no aconselhamento conjugal sugerindo uma rigorosa seleção na escolha do parceiro sexual.

Outro livro publicado no Brasil em 1940, pela Editora Guanabara, no Rio de Janeiro, denominado “Compêndio de Higiene” de J. P. Fontenelle, médico, ex-diretor de Saúde Pública do Distrito Federal e Inspetor dos Centros de Saúde teve grande repercussão entre os médicos e professores.

O próprio autor comenta que o livro contempla os mais modernos progressos das ciências e de suas aplicações e destina-se a servir o estudo elementar dos problemas de saúde, estudados na escola e nas universidades.

⁴ RMP. Anno V, n. 4. Abril de 1936, p. 94-96

O livro, na sua 5ª edição, divide-se em seis partes:

1ª Parte: A saúde e suas alterações

2ª Parte: O meio ou ambiente

3ª Parte: O indivíduo

4ª Parte: As doenças evitáveis

5ª Parte: Eugenia e puericultura

6ª Parte: Higiene escolar

O autor do livro reforça com muitos detalhes a importância da higiene e o papel que a educação tem neste contexto. Fontenelle diz que a “educação e a propaganda precisam disseminar as boas noções, preparando a “consciência sanitária” do povo e automatizando os atos individuais pelas melhores normas. A legislação, finalmente terá de impor as medidas de proteção e de melhoramento da saúde, restringindo progressivamente a sua ação à medida dos adiantamentos conseguidos pela educação e pela propaganda.” (1940, p. 5)

“A higiene nos é indispensável para que saibamos formar e cultivar o corpo e a mente dos nossos filhos.” (FONTENELLE, 1940, p. 5)

Passou a educação, assim, a ser o centro do esforço sanitário, transformando por completo a ação da higiene, que a princípio pretendia conseguir todos os resultados pela imposição, através das leis, de regulamentos e penalidades, levantando inúmeras vezes a opinião contrária do povo. Com o auxílio da escola, procura otimizar as normas de vida, por meio da criação de hábitos higiênicos, desde a mais tenra idade e esclarecer a população sobre a importância das medidas aconselhadas.

Em um Relatório apresentado pelo Inspetor Geral do Estado, Professor Prieto Martinez, ao Sr. Dr. Secretario Geral do Estado do Paraná, intitulado “A Escola e a Higiene” ele professa a importância da escola para disseminar os postulados da higiene, como condição de saúde do povo:

Dois problemas capitais exigem prompta solução no momento: a hygiene e a escola primaria; deles depende o futuro do Brasil...A victoria dessas duas causas constituirá a grande Victoria que nos collocará na dianteira dos povos cultos. (p.17)

..A hygiene é condição de saúde e não pode haver escola productiva sem o vigor physico dos que a freqüentam.

A escola é a officina onde se forma a intelligencia e se propagam as boas ideas...Na escola, pois, encontrará ella o vehiculo capaz de a disseminar por toda parte.

..Nunca pudemos comprehender a hygiene separada da escola. (PARANÁ, 1923, p.17-26)

Fontenelle reconhece o esforço feito na escola, o emprego de programas como “Enfermeiras visitadoras” de saúde pública, verdadeiras educadoras de hygiene, as seções de propaganda sanitária popular através do rádio, cinema, jornal, discurso, cartaz, folheto, palestra.

No Paraná tínhamos as “enfermeiras visitadoras” ou “enfermeiras de saúde pública” vinculadas aos dispensários dos Centros de Saúde com a função de, na ausência e sob a orientação dos médicos, administrar cuidados pré e pós natais, especialmente:

investigar as condições da habitação; prever auxílio que se faça necessário para solucionar problemas sociais ou econômicos, a poderem afetar a saúde e o bem estar da mulher e da criança; cuidar da admissão, em refúgios, das gestantes indigente, desamparadas e sem lar. Às enfermeiras cabe ainda atender ao problema da assistência ao parto, providenciando no sentido da remoção para maternidades, ou mobilizando recursos necessários, quando se possa fazer o parto em domicílio, aos cuidados de profissional. (BARRETO, 1943, p. 502)

Em São Paulo era comum as educadoras sanitárias, ou seja, professoras normalistas com a função de divulgar os preceitos da hygiene entre as classes populares. (ROCHA, 2001, p. 181)

Nos Archivos Paranaenses de Medicina o Dr. Barros de Barreto, escreveu uma coluna sob o título “Da necessidade do ensino de hygiene nas escolas” que enfatizava:

O ensino de hygiene é de importância tamanha, que bem merece as atenções dos dirigentes do nosso estado, tornando-o mais desenvolvido e em condições de maior eficiencia pratica. Não basta o que se tem feito até aqui, mesmo levando em consideração os inteligentes esforços do actual inspetor geral do ensino, sr. Prof. Pietro Martinez. O assunto exige cuidados sérios, recursos maiores.

..Foi creada nesta revista uma secção de “Educação hygienica”, onde ttem apparecido artigos, bastante práticos, que se distribuem, por intermédio da Inspetoria do ensino, pelos differentes Grupos e Escolas do Estado.

Educando hygienicamente o povo, os trabalhos para garantia da saúde publica maior efficiencia terão.

A educação individual são a base para a solução dos problemas sanitários collectivos; insistir pela sua necessidade, principalmente nas escolas, nunca é demais.

..Mas a reforma deve vir de cima: - formando auxiliares competentes, com uma cultura hygienica moderna, capazes de transmittir aos que lhes forem confiados aquelles princípios fundamentaes que terão de abrir uma nova via de progresso, para a grandeza do nosso povo.⁵

Sobre Educação Sexual Fontenelle diz que “deve ser feita de modo claro, incisivo, breve e direto, visando principalmente as recompensas da saúde e da virtude, mais do que os castigos das doenças e dos vícios. O fundamento único da saúde sexual é a moralidade individual e social combinada com o conhecimento e a compreensão da realidade.” (1940, p. 748)

Fontenelle sugere como, na escola, pode ser ensinado os primeiros elementos sobre educação sexual, como por exemplo, utilizar:

Materiais de fácil explanação como fecundação das flores, desenvolvimento do pinto no ovo, a distinção entre oviparos e viviparos e outros assuntos da história natural, explicado com certa liberdade e sem inuteis reticiencias, de modo que possa a intelligencia da criança compreender, os mesmos fenomenos em todas as especies dos seres vivos, e até no homem. Parece certo deixar que o resto da educação sexual, que com a adolescencia deve chegar em ambos os sexos, a encarar diretamente o perigo das doenças venereas, seja feito fora da escola, porque tem as melhores qualidades para essa educação, nem a sala de aula é o local ideal para que o efeito impressivo alcance todo o seu valor.(1940, p. 748)

Fontenelle refere-se a eugenia “como parte da higiene que utiliza todos os conhecimentos científicos que concorrem para melhoramento fisico e mental da gerações futuras.” (1940,p. 676) . Na opinião dele, a propaganda e educação higiênica com fins eugênicos cabem às organizações oficiais de saúde Pública e às associações particulares de higiene mental e de eugenia. Ele não menciona que orientações sobre eugenia devem ser dadas aos alunos, na escola.

³ APM. Anno III Curityba, outubro de 1922 – n. 5. p. 191-192

Para o Dr. Fontenelle (apud Stephanou, 1999, p. 251), o programa das escolas primárias deveria compreender os rudimentos da higiene individual; o das escolas superiores e profissionais, a aplicação daqueles conhecimentos às condições especiais de cada profissão, bem como o estudo das questões de higiene pública. Outros porém consideravam que até os dez anos, a aprendizagem deveria ficar mais centrada numa higiene individual, com cuidados corpóreos. A partir dessa idade, numa higiene social, segundo Stephanou,

Incluindo-se a educação sexual, principalmente para os meninos, como forma de conhecimento e prevenção de doenças venéreas, e a puericultura, especialmente para as meninas, como preparação à missão materna ou ao cuidado profissional de crianças. Acrescentavam, ainda, para ambos os sexos, a profilaxia do alcoolismo, sífilis e tuberculose. (1999, p. 251-252)

Ao final da década de 30, temas vinculados com higiene e educação sexual estavam amplamente disseminados na Escola Normal. Para instrumentalizar melhor o professor foi lançado em 1939 o livro *Biologia Educacional* – profusamente reeditado até a década de 60, do professor Almeida Júnior, que, segundo Bizzo,

apresentava um índice bastante revelador dos objetivos do livro. A primeira parte dedicava-se ao estudo da Evolução, seguida pela Genética, passando à Fisiologia, com estudo detalhado da inteligência, sua 'herança' e 'caracterização racial', e, por fim, Eugenia e Eutecnia. A presença quase obrigatória nos cursos de formação do magistério por mais de três décadas fez dessa publicação um verdadeiro marco na educação brasileira e o carro chefe da Companhia Editora Nacional. Seu proprietário mantinha excelentes relações com a elite eugenista da época, empenhada na defesa eugênica da nacionalidade. (1995, p. 33)

A profusão das publicações, tanto nacionais quanto estrangeiras, na área da higiene e sexualidade, o número de palestras proferidas, as reportagens em jornais e revistas indicava a existência de um público leitor curioso e ávido de informações.

Nas palavras de Sebastião Barroso (apud Vidal, 1998, p. 57) “a sexualidade (...) é assunto da moda, tema em ordem do dia, figurando largamente em todos os periódicos leigos e técnicos, abarrotando todas as livrarias do mundo inteiro.” É claro que isso contribui para a inserção dos ideais higiênicos e eugênicos na escola, favorecendo a formação tanto dos alunos, quanto dos professores e familiares envolvidos no processo.

LIVROS TEXTOS, PROGRAMAS ESCOLARES E METODOLOGIA DE ENSINO

Uma espécie de antagonismo parece caracterizar o discurso médico sobre a importância da escola nas primeiras quatro décadas do século XX no Paraná e no Brasil. De um lado, o destaque à escola como local propício e fecundo para que ocorra a educação higiênica e eugênica. Por outro lado, duras críticas dirigidas aos métodos e procedimentos de ensino, aos programas escolares e até mesmo a ausência dos mesmos, a teorias pedagógicas, à escola tradicional, à precária formação dos professores, à pouca aplicação de verbas públicas às escolas e, até mesmo, às péssimas condições físicas de inúmeras escolas paranaenses.

Para que a estratégia de higienização da sociedade tivesse sucesso era necessário que a escola fosse um dos meios disponível e acessível para participar do processo. É evidente que a escola era o espaço fecundo para a execução de um projeto de moralização e regeneração da população.

No texto intitulado “A escola primaria, Centro de Educação Sanitaria” de autoria do Dr. Antonio Gavião Gonzaga, publicado na Revista Médica do Paraná, em 1937, há uma relação entre escola e higiene, porém critica a forma como a escola vem tratando esse assunto.

A instrução e a hygiene constituem as duas forças eugenisadoras capazes de salvar a criança da roça – o nosso caboclo de amanhã. A simples e rudimentar alphabetização nada adianta sem complementar a educação: educação civica, educação physica, educação economica, educação profissional, educação sanitaria, enfim transformar o inconsciente e consciente, como recomenda Gustavo Le Bon.

Infelizmente, entre nós, o ensino de hygiene nas escolas normaes deixa muito a desejar, e o futuro professor, quando em exercicio do cargo, ensina hygiene ás crianças, ao seu exclusivo criterio, nas horas vagas e quando dellas dispõem.

O ensino systematico de hygiene nas escolas publicas primarias é de tão alcance social, que Bunet, membro da Commissão de Hygiene da Sociedade das Nações, accentúa: “A escola primaria deve ser a primeira e a maior escola de hygiene de um paiz...ella exerce o ensinamento da hygiene com uma nova função social

O nosso Código de Educação estabeleceu as bases do Serviço de Hygiene e Educação Sanitária Escolar, porém infelizmente, não tem sido executado senão em algumas instituições de ensino e é quase desconhecido nas escolas do interior do Estado.¹

¹ RMP. Ano VI, n. 8. Agosto de 1937, p. 303-304

Indiscutivelmente, eugenistas e higienistas acreditavam na necessidade de atuarem na escola, através dos serviços de inspeção médica e ensino de higiene aos professores, através de cursos.

Diante disso torna-se necessário observar os programas escolares recomendados para as escolas estaduais do Paraná, bem como um breve repasse nos livros textos utilizados pelos professores, buscando compreender os propósitos que perpassam as recomendações higiênicas e eugênicas contidas nos mesmos.

O livro “Methodologia da Arithmetica”, traduzida da “Methodologia de Patrascoiu e ampliada e adaptada aos programmas do Estado do Paraná pelo professor Oswaldo Pilotto, datado de 1926, apresenta a disciplina de “Sciencias Naturaes” dividida em cinco disciplinas: zoologia, botânica, mineralogia, física e química. Neste livro há sugestões de conteúdos para cada disciplina, bem como, orientações quanto a métodos e processos de ensino. O prof^o Pilotto recomenda que “o caracter geral do ensino das sciencias naturaes ep analytico e descriptivo nos annos inferiores (1^o, 2^o e 3^o) e explicativo nos superiores (4^o, 5^o e 6^o annos). Além disso deve ser rigorosamente intuitivo e experimental em todos os annos do curso primario.” (1926, p. 2)

O autor sugere que os assuntos de zoologia e botânica, sejam englobados com os de anatomia e fisiologia humana e ensinados todos em forma de “lições de cousas” ou “ensino objectivo”.(PILOTTO, 1926, p. 2)

O conteúdo relacionado à higiene e à sexualidade, de uma forma clara, não está contemplado junto com Ciências Naturais e nem com outras disciplinas. Percebe-se em Zoologia, parte da disciplina de Ciências Naturais, a recomendação de explicar aos alunos sobre os “seres de estrutura simples”, como os protozoários, porém não há referência a transmissão de doenças. Também não encontra-se referência à sexualidade, apenas em um âmbito bem amplo é sugerido “o objetivo principal do ensino da zoologia na escola primária é acostumar o menino a observar, comparar e distinguir os animais mais comuns, para logo saber classificá-los da melhor maneira possível e utilizá-los mais tarde para fins superiores e ainda para a vida prática.”(PILOTTO, 1926, p. 3)

Convém deixar claro que as temáticas vinculadas a reprodução na espécie humana, como anatomia e fisiologia, não são citadas, como se representasse algo

imoral a ser estudado. Afirma o Dr. Renato Kehl, “ o ensino tem sido, por isso, hipocritamente truncado; não consta dos programas escolares o mecanismo de reprodução animal, figurando apenas, porém, o dos vegetais.” (1927, p. 436)

No mesmo livro há a “Methodologia da Moral e da Instrução Civica”. Fica evidente, pela sugestão de conteúdo programático, como pelo método de ensino recomendado, a importância na formação do cidadão “obediente”.

O prof^o Pilotto sugere:

No terceiro gráo o ensino da moral é imitativo por excellencia, e verifica-se sobre o modo de acção e de conducta do mestre, dos paes e dos companheiros e de mais pessoas que vivem em sua companhia. No quarto gráo o ensino da moral é descriptivo, e comprehende pequenos factos e anedoctas com o fim de despertar os sentimentos nobres, enaltecer a virtude e condemnar o vicio. No quinto e sexto gráo o ensino da moral assumirá um character rigorosamente systematico, devendo abranger: a) deveres com sigo mesmo, com a família, a patria, a sociedade. b) a bondade, a paciencia, a tolerancia, a caridade e a justiça. c) os bons costumes d) regras sociaes. (1926, p. 2)

A responsabilidade de formar bons hábitos e respeito às leis é atribuída à família e à escola, recomendando boa conduta aos pais e professores para dar bom exemplo. Ao longo das sugestões de conteúdos a serem ministrados e métodos de ensino há uma denotação de persuasão, ou seja, de convencer o aluno da importância de obedecer e, desta forma, contribuir para o engrandecimento da nação. Pensava-se que junto às crianças, na escola, era possível construir uma segunda natureza, através de ações pedagógicas baseada nos hábitos e no bom exemplo dos adultos, responsáveis pela formação dos menores. Já nos adultos isso era mais difícil pois, pela força da tradição e da cultura, certas ações já estavam enraizadas e eram mais resistentes aos ensinamentos de obediência.

Na escola, pelo conteúdo programático e pelas orientações transmitidas aos professores, a “moral”² no sentido amplo, indica dois aspectos: um deles é o código de comportamentos aceitáveis na sociedade e o outro é o das formas de subjetivação.

² No livro História da sexualidade 2 – O uso dos prazeres, Foucault menciona moral como um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por instituições como família, escola, igrejas, etc. Quanto a subjetivação significa tornar ou julgar subjetivo (do, ou existente no sujeito), individual.

Segundo Foucault,

Eles jamais podem estar dissociados, mas acontece deles se desenvolverem, tanto um quanto o outro, numa relativa autonomia, é necessário também admitir que em certas morais a importância é dada sobretudo ao código, à sua sistematicidade e riqueza, à sua capacidade de ajustar-se a todos os casos possíveis, e a cobrir todos os campos do comportamento; (...) a subjetivação se efetua, no essencial, de uma forma quase jurídica, em que o sujeito moral se refere a uma lei ou a um conjunto de leis às quais ele deve se submeter sob pena de incorrer em faltas que o expõem a um castigo. (1988, p. 29)

Na observação do “Programma em vigor no anno lectivo de 1930”, no Gymnasio Paranaense, atualmente conhecido como Colégio Estadual do Paraná, vê-se os seguintes conteúdos para a disciplina de História Natural para o quarto e o quinto ano:

Quarto Anno	Quinto anno
<ul style="list-style-type: none"> - Parte Geral - Zoologia - Botânica - Mineralogia - Geologia 	<ul style="list-style-type: none"> - Parte geral - Zoologia especial, incluindo apanhado geral funções da vida vegetativa e animal em toda série. - Botânica Especial - Mineralogia e geologia

Fonte: PARANÁ. Gymnasio Paranaense. Programmas em vigor no anno lectivo de 1930. Curityba. Typ. João Haupt & Cia.

Percebe-se que em História Natural não havia recomendação para explicar sobre higiene, vinculando à Educação Sexual. Isto ficava a critério de cada professor. Como muitos professores se achavam despreparados ou com pouco embasamento científico para tratar tal assunto, muitos alunos não tinham acesso a tais ensinamentos.

No mesmo Gymnasio Paranaense, no sexto ano, somente para os alunos que se destinavam as Faculdades de Medicina era ministrada a disciplina de Sociologia, com o seguinte enfoque:

Primeira parte: Sociologia Geral

1. As teorias sociológicas
2. As sociedades humanas
 - Influencias do meio
 - Formação e fixação dos grupos
 - os problemas demográficos
 - A questão das raças
 - As migrações humanas. A imigração (PARANÁ, 1930)

Quanto à Sociologia, na abordagem sobre a questão das raças e a imigração, havia um favorecimento para discussão sobre a eugenia, porém a ênfase ou não em tal temática também ficava a critério do professor. O embasamento teórico para aprofundar conceitos vinculados à eugenia e à higiene, os professores recebiam dos médicos nos cursos ministrados sobre higiene.

Na análise do Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares (Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932) da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado do Paraná, percebe-se a relação dos conteúdos por disciplina, bem como a distribuição dos horários, ao longo dos quatro primeiros anos da escola primária. A disciplina de Higiene era ministrada em aulas de quinze minutos, duas vezes por semana, no primeiro ano e em aulas de vinte minutos, duas vezes por semana, nos 2º, 3º e 4º anos. O programa de Higiene era assim distribuído:

1º ano:	2º ano	3º ano	4º ano
<p>a) Asseio da boca, dentes, mãos, unhas, orelhas, nariz, olhos cabelos.</p> <p>b) Asseio do corpo, em geral – necessidade do banho</p> <p>c) Asseio do vestuário</p> <p>d) Conselhos sobre a alimentação</p> <p>e) Efeitos nocivos do uso do fumo e do álcool</p> <p>f) Indicações:</p> <p>g) Do primeiro ponto será dada a necessidade de limpeza dos dentes, o uso da escova, de aparar as unhas e não levá-las à boca, o uso do lenço, do pente, da escova, etc.</p> <p>h) Em seguida a aula de higiene o professor procederá a rigorosa revista higiênica em os alunos da classe, não permitindo em absoluto que os mesmos freqüentem o estabelecimento sem satisfazer os preceitos higiênicos relativos ao asseio individual.</p>	<p>a) Higiene da alimentação: mastigação e qualidades dos alimentos; o perigo das frutas verdes e das águas paradas.</p> <p>b) Cuidados em relação ao órgão da vista para se evitarem as moléstias que o atacam.</p> <p>c) Preleções sobre o asseio individual e do vestuário</p>	<p>a) Revisão do programa do 2º ano</p> <p>b) Higiene da habitação; sua localização, posição, construção, ventilação, iluminação, pintura, privadas, água e esgoto.</p> <p>c) Higiene das ruas e praças públicas; seu alinhamento, nivelamento e arborização.</p> <p>d) Exercícios físicos; suas necessidades e vantagens.</p>	<p>a) Revisão do programa do 3º ano</p> <p>b) Moléstias contagiosas e infecciosas: amarelão, maleita, tuberculose, tracoma, varíola, sarampo, escarlatina, coqueluche, crupe, lepra, sarna etc, meios de evitá-las e de combatê-las.</p> <p>c) Insetos transmissores de doenças</p> <p>d) Hidrofobia e mordedura de cobras</p> <p>e) Primeiros socorros nos casos de ferimentos, fraturas, vertigens, queimaduras, asfixia sob submersão, etc</p> <p>f) Necessidade de vacina</p> <p>g) Desinfecções</p>

Fonte: Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932: Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado do Paraná

Segundo RATACHESKI, esse Programa para Grupos Escolares publicado pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado do Paraná, estava baseado no que os grupos escolares já vinham fazendo. Desse período em diante os programas escolares foram apenas reimpressos. (1954, folhas 45-46)

Há que se perceber que no programa proposto para os grupos escolares não há menção na higiene da raça, a eugenia. Mas é perceptível um controle sobre o corpo, sobre as medidas higiênicas de cada aluno, já que recomenda-se a “revista higiênica” no intuito de manter a “limpeza geral” dos alunos, a medicalização dos mesmos.

No intento de conformar a escola e a sociedade às estratégias de higienização, fica claro as exigências de padronização do tempo para as atividades e aulas, do espaço físico, da disciplina e um certo engessamento racional para a organização pedagógica das escolas primárias.

Pelo horário e pelo conteúdo programático apresenta-se no referido documento, além da disciplina de Higiene, outras como, Instrução Moral e Cívica, Geografia, História, Ciências Físicas e Naturais, Ginástica e jogos, Caligrafia, Desenho, Leitura, Cálculo, Canto e Trabalhos Manuais. Fica evidente o controle rigoroso do tempo e das atividades desenvolvidas pelos alunos e professores. Associado ao poder da ciência estava se preparando um modelo escolar, alicerçado em padrões de controle e racionalidade.

Recomendações e instruções eram sugeridas para vincular ao estudo das disciplinas na escola primária o conteúdo de sexualidade. Por exemplo, Barroso (apud Vidal, 1999, p. 65) sugeria “uma vez ou outra, no recreio, no meio de uma lição, a um pretexto qualquer, por exemplo, no estudo da gramática, ao se tratar do gênero masculino e feminino das palavras, será abordada a questão dos sexos de modo rudimentar.” Albuquerque (apud Vidal) também sugeria que na disciplina de Português, “por ocasião de exercícios de leitura, análise e redação” explorar textos com passagens referentes aos problemas sexuais. Já no ensino de Ciências Físicas e Naturais, Azevedo (apud Vidal) sugeria que o aprendizado da educação sexual tornava-se mais sistemático. “Dever-se-ia começar pelo conhecimento da reprodução dos vegetais, passando aos animais, até chegar ao ser humano: um longo caminho”

Pelo Programa Interno regulamentando as disciplinas e conteúdos a serem trabalhados por cada uma, nos Grupos Escolares, no Paraná, não existia a disciplina específica de Educação Sexual. Isso não implica que não estivesse presente nas escolas primárias e secundárias, seja “nos cuidados higiênicos de prevenção à sífilis, na preocupação em vigiar banheiros, no controle dos comportamentos sexuais infantis e púberes e na ação da “recuperação do delinqüente”.. (VIDAL, 1998, p. 71-72)

Nas escolas, segundo MARQUES,

engendrou-se um processo disciplinar cuja estratégia assentada na educação moral fazia emergir o mundo dos educandos para transvesti-lo profílicamente de hábitos sadios, realizando através da higienização normalizadora o controle dos trabalhadores e de seus filhos, tornando-os corpos dóceis, moldados para o processo industrial que se desenvolvia. ...Era necessário inculcar-lhes a disciplina moral e física. (1994, p. 119-120)

Paralelo a recomendação dada pelo Estado encaminhando distribuição de conteúdo programático para as disciplinas, por série, o uso de livros textos pelos professores também era uma preocupação dos dirigentes estaduais. As maiores fontes bibliográficas utilizadas pelos professores eram livros estrangeiros e traduzidos e, em um Relatório feito pelo prof^o Prieto Martinez, Inspetor Geral do Estado, apresentado ao Sr. Secretário Geral do Estado era dito:

É indispensável cuidarmos de publicações puramente pedagógicas, onde o professor possa encontrar subsídios destinados a esclarecer métodos e processos, de um modo geral, e especialmente applicados ás diferentes matérias dos programmas officiaes. Convem ainda diffundir idéas e medidas relativamente á hygiene escolar, meios de contagio das moléstias mais communs e perigosas, mediadas praticas para debelar o mal, etc.(1921, p. 51) ³

As fontes de informação que chegavam as mãos dos professores e alunos eram uma preocupação, pois estas eram imprescindíveis na divulgação de ideais e na compreensão dos mesmos. Em um Relatório produzido em 1924 vê-se:

³ PARANÁ. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretaria Geral do estado pelo prof César Prieto Martinez (inspector Geral do Estado). Typ. Da Penitenciaria do Estado. Curityba. 1921.

O apresto das forças pátrias vem dos bancos da escola. A instrucção sem civismo é a arma da destruição. A má imprensa é uma terrível ameaça.

Os livros máos, onde pontificam o descrédito, o pessimismo, o desamor da idéas sagradas de um povo, reclamam medidas prophylaticas dos governos dos Estados e da União. Os livros immoraes, os de evangelizações contrarias aos princípios e á educação de origem de nossa raça por ahi proliferam numa impunidade sem exemplo. Os jornaes desbussolados, sem idéas de orientação publica, sem coherencia no pensamento, entumecidos de ódios, de despeitos, por vezes mercadejantes de opiniões varias, numa lucta de destruição, semeiam diariamente o veneno transudante do interesse pessoal, numa pérvida attitude de destruição dos princípios mais sólidos em que se devem apoiar as construcções de uma nacionalidade.(PARANÁ, 1924)⁴

Para o engrandecimento nacional, apenas o saneamento, as medidas profiláticas e higiênicas não eram elementos suficientes para garantir o sucesso da empreitada. É necessário a educação como um dos maiores recursos para garantir a regeneração física da população. A educação higiênica se impõe como uma necessidade inadiável. Mas para tanto, era necessária a ação dos professores, médicos, jornalistas, os dirigentes nacionais e estaduais a fim de “ conseguir a educação sanitária do caboclo, após a qual hão de desaparecer a imprevidência dos recursos e desprezo da saúde, a incapacidade de trabalho, a injustificada miséria do sertanejo entre as galas e as opulências da natureza.” (ANGELIS, 1927, p. 445).

No Relatório apresentado pelo prof^o Prieto Martinez, em 1924, era recomendado o livro de História Natural, do autor Waldemiro Postch para a escola primária, pois algumas informações direcionavam para a higiene.

Em 1940, o livro Metodologia das Ciências Físicas e Naturais, de José de Almeida ⁵, era utilizado nas escolas paranaenses como subsídio dos professores para prepararem as aulas. O livro não enfatiza as questões relacionadas com corpo humano como sexualidade e higiene. Está presente um capítulo sobre a defesa contra as moléstias infecciosas e conservação da saúde. Há uma relação com o processo de industrialização pois aborda a produção de máquinas que auxiliam no trabalho humano e os meios de transportes mais rápidos.

⁴ PARANÁ. Relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná apresentado as Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado, por Alcides Munhoz – Secretario Geral do Estado – Exercício 1922-1923. Typographia d' A República. Curityba, 1924 (1 volume), p. 161

⁵ Professor de Metodologia da Escola Normal, Oficial de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais

O prof^o Almeida, aponta os valores pedagógicos, entre eles o formal, o prático ou instrumental e o ideal. Quando teoriza sobre o valor ideal ele afirma que é o que orienta nossa vida para determinado sentido: “ para o bem, para a verdade e para o belo, que fazem nossa vida nobre e valiosa” (1940, p. 19). Para tanto ele sugere, ao ser explicado zoologia e botânica aproveitar os exemplos da natureza para dar lições de moral, de ordem e de disciplina: “A aranha que tece a teia para colher o alimento, a abelha laboriosa, que vai da colmeia ao campo, para extrair das flores a substância com que fabrica o mel, a formiga providente, nos dão exemplos de perseverança, de previsão, de desprendimento, de cuidados pela prole, de lealdade e coragem”. (ALMEIDA, 1940, P. 19)

Neste livro estava implícito uma série de ações moralizadoras e disciplinadoras, com o intento de fomentar nas escolas o projeto nacional de higienização e eugeniação da população.

Planejar um espaço próprio para o desenvolvimento de práticas escolares, inclusive a ginástica, fragmentar o tempo em hora-aula, adequar os móveis e materiais escolares ao tamanho dos alunos, supervisionar o ambiente escolar para que seja adequado higienicamente e sugerir métodos de ensino mais inovadores eram tarefas que os médicos higienistas faziam questão de desempenhar e acompanhar. Segundo Rocha, “tarefa esta que se pauta em uma representação da primazia da Higiene sobre a pedagogia no tratamento das questões educacionais.” (2000, p. 67)

As dúvidas e as críticas também eram direcionadas para os métodos didáticos utilizados pelos professores nas escolas. Era criticado o ensino tradicional e arcaico que predominava nas escolas paranaenses, pois poucos atrativos ofereciam ao aluno. Alguns autores de teses na I Conferência Nacional de Educação, em 1927, afirmavam que não valia a pena acumular conteúdos nos programas escolares; interessava sim a forma como tais conteúdos eram abordados, provocando no espírito dos alunos reações “capazes de torná-los harmoniosos e completos”, prontos a colocar em prática o que estavam aprendendo. (BRAUNE, 1927, p. 220)

O prof^o Raul Gomes no livro Missão, e não profissão!, publicado em Curitiba, em 1928, pela Empresa Graphica Paranaense, no capítulo intitulado A profissão professor manifesta preocupação com a formação dos professores, com a metodologia que usam

em sala de aula e com as conseqüências da mesma na preparação dos alunos. Ele comenta que a metodologia pedagógica utilizada nas escolas paranaenses é inspirada na metodologia européia e americana, sem criarmos nada de novo nesses encaminhamentos metodológicos. Inclusive as fontes bibliográficas e exemplos apresentados aos alunos não são brasileiros. Veja o que o prof^o Gomes escreveu no capítulo “Um aspecto do problema pedagógico”:

Ninguém poderá negar ao brasileiro agudos predicados de intelligencia e talento...
 Só num ramo do saber humano, constata-se deplorável ausência, ou grande escassez de nomes capazes de supportar cotejo com especialistas de outras terras.
 É na methodology pedagógica.
 No Brasil não appareceu ainda um só methodologista.
 ..nada, entretanto, até hoje, se fez de original neste assumpto.
 Temos tido apenas imitadores, compiladores, traductores, vulgarizadores, enfim, das conquistas estrangeiras.
 ...Nosso atrazo neste terreno é formidável.
 O nosso ensino da cumieira aos alicerces se molda tottalmente á feição da methodology estrangeira (1928, p. 77)

Apesar do Brasil ser um país com talentos férteis e criadores, nada criou na arte universal de ensinar, embora no mundo todo as questões vinculadas à educação, como programas e métodos, estavam fervilhando. Percebeu-se um certo desprezo pela capacidade de aprendizagem da população brasileira, bem como, de uma didática pouco eficaz dos professores do país. Gomes, continua dizendo,

Educar ou instruir primeiro?
 ..De que forma educar milhões de indivíduos dispersos, rebeldes, esquivos, desconfiados?
 Educar de que sorte massas formidáveis de seres, que tudo ignoram, desde os mais comesinos princípios de higiene pessoal e domestica até a existência de aldeias, cidades e paizes e continentes além das mesquinhas lindas aonde as conduzem magérrimas alimárias?
 ...E em que deve constituir tal educação? Qual o mínimo a ser transmittido?
 Será a educação, nos seus clássicos aspectos, de intellectual, moral e physica? (1928, p. 148)

O prof^o Raul Gomes atribui essa falta de criatividade do professor brasileiro aos baixos salários, a falta de escolas normais superiores para preparar os catedráticos, a inexistência de bibliotecas, museus e laboratórios, etc.(1928, p. 79)

Pelo olhar dos médicos, o grande problema era que se a metodologia utilizada pelos professores para expor sobre higiene e sexualidade fosse igual a utilizada nas demais disciplinas, como a memorização e o decorar, com finalidade de “encher o cérebro” dos alunos, sem aplicabilidade na vida diária, segundo Stephanou, a Educação Sanitária” correria o risco de fracassar ou até mesmo de produzir comportamentos justamente contrários às boas regras de higiene e saúde.”(1999, p. 264) Caso os professores não soubessem outras formas de ensinar, caberia aos médicos instruí-los, explicando como os alunos aprendem de acordo com a idade, sexo, etc.

Os médicos, segundo Dr. Gomes, como “coluna granítica” da nação, contestavam:

A deficiência dos métodos pedagógicos, o teorismo verbalístico de mestres, a ascendência do corpo docente sobre o discente, quando devia reinar a harmonia com o fim de tornar proveitoso e agradável a convivência entre uns e outros, tudo concorre para a degradação do ensino.

Em perfeita identidade de pensar e de sentir, devemos constituir a falange formidável, a coluna granítica que há de pugnar pela difusão em todo território nacional das escolas públicas (...) ⁶

Para formar uma consciência sanitária e uma mentalidade coletiva bem equilibrada, visualizando uma educação que dê preferência à educação higiênica e eugênica na escola e no lar, os médicos ministravam cursos para os professores primários, nas férias, conforme Tese apresentada na I Conferência Nacional de Educação, em Curitiba. O programa sobre higiene de um curso versava sobre os seguintes assuntos, entre outros:

- Importância do ensino da higiene na escola, doutor Belisário Penna.
- Higiene Infantil, doutor Leonel Gonzaga.
- Nutrição, doutor Jansen de Melo
- Doenças contagiosas, doutor Alair Antunes
- Higiene mental, doutor Faustino Espozel.
- Higiene sexual, doutor Renato Kehl.
- Higiene dos Órgãos dos sentidos, doutor Savino Gasparini.
- Alcoolismo- suas funestas conseqüências, doutor Belisário Penna.
- A Saúde pública na vida de uma cidade, doutor Carlos Sá.
- Educação Física na escola, doutor Gabriel Skinner.
- Como ensinar Higiene na escola, doutor Gustavo Lessa (1927, p. 89)

⁶ RMP. Anno I, n. 11 . Outubro de 1932, p. 310-311

Percebe-se que todos os professores do curso eram médicos e a programação vai desde ensinar os professores sobre a importância do estudo da higiene até o como a mesma deve ser ensinada.

Segundo Stephanou, os médicos

mais do qualquer outro saber, dominavam as ferramentas cognitivas e metodológicas, seja da Biologia, seja da Psicologia, para conhecer a criança, decifrar seus sinais, classificar sua capacidade mental, desenvolver seu físico adequadamente e orientar os professores, dotando sua formação de uma consistência teórico-científica reclamada pelo progresso e demandas educativas da época. (1999, p. 166)

A discussão em torno do ensino de higiene esboçou alguns problemas da escola, como por exemplo, pouco conhecimento dos professores sobre os mecanismos psicológicos que envolviam a arte de ensinar. Críticas e proposição foram formuladas pelos médicos, com intento de clarear à comunidade escolar o quanto a Pedagogia estava fragilizada de conhecimentos científicos. Para tal função a Medicina estava melhor preparada, principalmente por apresentar maior domínio da Psicologia e da Biologia.

Segundo César, “os dispositivos de produção dos ‘sujeitos ideais’ também foram se transformando historicamente e as políticas higienistas deram lugar a uma crescente ‘psicologização’ da pedagogia e das práticas educacionais, que também tinham por objetivo a produção de sujeitos ideais. (1998, p. 11)

Na Revista A Escola, do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná, publicada em 1907, ficava claro a preocupação com a parte pedagógica influenciando na formação de princípios de higiene física, moral e intelectual. Veja o texto sob o título de “Subsídios Pedagógicos”:

Sou dos que pensam, a supposta decadência de raças, exgotadas num perpassar de milênios, incompatíveis com o progresso, incapazes de assimilar a civilização hodierna e combater vantajosamente pela vida, a par de outras raças, - mais novas talvez, no cenário da História, menos remotas em tradições, - não repouza em fatalidade ethnica, numa irremediável anemia, numa irreparável ausência de vitalidade orgânica; e, sim, num problema pedagógico, em nítidos princípios de hygiene physica, intellectual e moral, em sábios, úteis e seguros methods de instrucção e educação, adaptáveis ao meio, com perfeito conhecimento do habitat e do homem. (1907, p .1)

Entre a escola e demais instâncias sociais são muito próximas e íntimas as relações de interdependência e se articulam de tal maneira na sociedade que a ação ou atitude de cada uma das partes repercute sobre as demais, cada uma compondo uma grande engrenagem. Por que chega-se a esta conclusão? Porque para cumprir um projeto nacional de higienização e eugeniação, ideais planejados pela elite para a população em geral, para que realmente fossem alcançados, precisavam estar inseridos no plano social, político, educacional, religioso e, por que não dizer, artístico.

Na época eram muito pertinentes as relações estabelecidas pelas pessoas entre eugenia/saneamento, higiene/educação “uma vez que desfocavam o eixo do pensamento racista de suas características autoritárias para colorir-la de atributos que expressassem o espírito da época.”(MARQUES, 1994, p. 62)

Diante disso, fica claro que a eugenia estava assumindo o papel de “gestora da espécie”. Segundo Marques,

a eugenia vinha assim qualificar a higiene como impositora de normas para regular a vida social das populações urbanas, ampliando consideravelmente aquele campo de atuação. Isso porque a eugenia se utilizaria de todos os dispositivos já experimentados pela higiene, desde a ordenação do meio ambiente até os padrões de habitação das diferentes classes sociais, atingindo finalmente o que ainda restaria disciplinar: a espécie. (1994, p. 27)

Portanto, como “gestora da espécie” não bastava apenas disciplinar o corpo. Além de verificar o espaço, as dimensões ideais da sala de aula, a disposição espacial do mobiliário, a quantidade e a localização das janelas, a limpeza e organização dos banheiros e vestiários, etc era necessário alguns testes e “provas pedagógicas para verificar o grau de inteligência dos alunos” (ROCHA, 2000, p. 67). Vale lembrar que, nesse sentido, está inserida uma fundamentação com base biológica, nas discussões que envolviam hábitos, interesse, participação.

Com argumentos e explicações científicas usadas por médicos, professores e demais pessoas instruídas, pretendia-se convencer a população dos benefícios da higiene e da eugenia, que se apoiavam nas bases da genética, para garantir a qualidade da espécie humana. Foucault explica bem esta relação corpo/poder quando

expressa: “..estamos em uma sociedade do “sexo”, ou melhor, “de sexualidade”: os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progeneritura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade para a sexualidade; quanto a esta não é marca ou símbolo, é objeto e alvo”. (1979, p. 138)

Foi possível perceber, no entrelaçamento entre as fontes bibliográficas utilizadas, que a educação, como processo social, é uma obra coletiva, porém sistematizada, ministrada nas instituições escolares, submetida a uma direcionamento geral, advindo da direção dos órgãos públicos, na época, a Instrução Pública. A educação flutua na esfera social dependendo constantemente de confrontos e reflexões da imprensa, das decisões políticas, da intervenção dos médicos, dos juristas, dos artistas, da metodologia utilizada pelos professores e, até mesmo, pela estrutura física dos prédios escolares. “A escola não tem a presunção de realizar a obra total e a sociedade, pelas suas outras instituições, adquiriu a consciência do dever de cooperação e da parte ativa, inconsciente ou refletida, que tem nessa obra de conjunto.” (AZEVEDO, 1937, p. 348)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A medicina é um saber-poder que incide, ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores.

MICHEL FOUCAULT, Em Defesa da Sociedade, 2002

Período republicano no Brasil com problemas agrários e econômicos, urbanização, industrialização, imigração, falta de infra-estrutura básica e saneamento, epidemias, reformas educacionais, conferências e congressos (de educação e de higiene) revendo posturas e ditando novas caminhadas....

Panorama pouco animador porém com objetivos melhor definidos: alcançar o crescimento e o desenvolvimento nacional através da moralização e do aprimoramento da raça de sua gente.

O que era necessário para atingir tais objetivos? Reunir medicina e escola, numa rede de poder, com a supervisão do Estado, numa intenção de medicalizar as famílias, utilizando a escola como agente transmissor dos ideais nacionais.

À escola, considerada uma importante instituição na transmissão de saberes, estava destinado o papel de formar crianças e jovens, futuros cidadãos modelados e disciplinados conforme a necessidade política e econômica da época, visando o crescimento da nação.

À medicina, detentora de um saber científico, ocupava um espaço na sociedade e a ela era atribuída uma capacidade de dirimir os problemas vinculados à higiene e à sexualidade.

Convém destacar que os médicos circulavam em eventos, aulas inaugurais, conferências e congressos por todo país, bem como ocupavam cargos públicos e lançavam livros, ministravam cursos, participavam de ciclos de palestras em rádios nacionais, demonstrando um intenso intercâmbio entre os médicos ligados à produção

intelectual, fatos estes que proporcionaram a disseminação do discurso médico com suas concepções e propostas.

Os médicos, considerados os legítimos porta-vozes dos preceitos que deveriam conformar a nova civilidade, voltam-se para a educação escolar como a maior possibilidade de difusão e de legitimação do discurso higienista e eugênico no país.

Diante da possibilidade de adequar a população as novas necessidades de higienização e organização espacial que o país estava conclamando, um conjunto de “normas” foram estabelecidas para a imigração, para os casamentos, para a educação sexual das crianças e adolescentes, para os alunos dentro e fora do ambiente escolar e extensivo aos familiares, com a finalidade de que todos adquirissem hábitos eugênicos tanto moralizadores quanto disciplinares.

A sexualidade era, sem dúvida, o dispositivo político utilizado pelo Estado para controlar, vigiar, regulamentar e disciplinar tanto o corpo quanto a população, envolvida em uma rede de poder.

Transpondo a discussão sobre as concepções da medicina e da educação, da higiene e da sexualidade, precisa-se reconhecer que ambas caminharam juntas no período entre 1920 a 1930, no Paraná, mas diante disso nos questionamos: Será que todos os objetivos foram alcançados na escola paranaense? Será que médicos e professores conseguiram formar o indivíduo disciplinado, higienizado e eugênico ?

Não temos respostas únicas e absolutas na “ponta da língua” mas algumas reflexões nos apontam para as seguintes considerações:

- Foi possível perceber pelo discurso médico que a Medicina produziu saberes sobre a prática pedagógica dos professores, participou da medicalização das famílias paranaenses, e formulou um projeto educacional para o Estado;
- A escola constiu-se como uma instituição ímpar na disseminação de medidas higiênicas e eugênicas, bem como na transmissão de saberes relacionados à educação sexual;
- Os médicos, através da medicalização e normatização dos alunos e professores, atingiam os respectivos familiares.

FONTES PRIMÁRIAS

PARANÁ. Relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná apresentado as Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado, por Alcides Munhoz – Secretario Geral do Estado – Exercício 1922-1923. Typographia d' A República. (1 volume) Curityba, 1924

PARANÁ. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretaria Geral do estado pelo prof César Prieto Martinez (inspector Geral do Estado). Typ. Da Penitenciaria do Estado. Curityba. 1920.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretaria Geral do estado pelo prof César Prieto Martinez (inspector Geral do Estado). Typ. Da Penitenciaria do Estado. Curityba. 1921.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretaria Geral do estado pelo prof César Prieto Martinez (inspector Geral do Estado). Typ. Da Penitenciaria do Estado. Curityba. 1922.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretaria Geral do estado pelo prof César Prieto Martinez (inspector Geral do Estado). Typ. Da Penitenciaria do Estado. Curityba. 1923.

PARANÁ. Gymnasio Paranaense. Programmas em vigor no anno lectivo de 1930. Curityba. Typ. João Haupt & Cia.

BRASIL. A educação no Paraná.: síntese sobre o ensino público elementar e médio. Ministério da Educação e da Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação nº 3. Ed. Marques Saraiva. 1954.

Archivos Paranaenses de Medicina. Anno II – n.2. Curityba, junho de 1921

Archivos Paranaenses de Medicina Anno I n.7. Curityba, novembro de 1920

Archivos Paranaenses de Medicina. Revista de Medicina Experimental e de Hygiene. Anno I. n. 6 Curityba. Out. 1920. p. 191

Archivos Paranaenses de Medicina. Revista de Medicina Experimental e de Hygiene. Anno I. n. 11 Curityba. Março 1921. p. 373

ALBUQUERQUE, Dr. José. Exame pré-nupcial. Revista Médica do Paraná. Anno V. n. 1. Curityba. Jan. 1936. P. 33

ATHAYDE, Aramis. Discurso por ocasião da posse da primeira diretoria. Revista Médica do Paraná. Anno II. n. 8 e 9. Curityba. Ago. e set.1933. p. 271

GOMES, Dr. D. dos S. Colação de grau dos Médicos de 1932. Revista Médica do Paraná. Anno I. Curitiba. Outubro de 1932. p. 310

GOMES, Dr. Mário. Ensaio de Puericultura. Revista Médica do Paraná. Ano II. n. 1. Curitiba. Dezembro de 1932. p. 17

_____. Ensaio de Puericultura. Revista Médica do Paraná. Anno II. n. 2. Curitiba. Janeiro 1932. p. 41-42

_____. Ensaio de Puericultura. Revista Médica do Paraná. Anno II. n. 5. Curitiba. abr. e maio de 1933. p. 118-124

_____. Ensaio de Puericultura: Puberdade, Adolescência, Juventude. Revista Médica do Paraná. Anno II. n. 6. Curitiba. Junho 1933. p. 181

GONZAGA, Antonio Gavião. A escola primária, centro de educação sanitária. Revista Médica do Paraná. Anno VI. n. 8. Curitiba. ago. 1937. P. 303

LACERDA, Dr. Jorge. Colação de grau da Faculdade de Medicina do Paraná, Clube Curitibano. Revista Médica do Paraná. Ano VII. n. 6. Junho de 1938. P. 311

MACEDO, Dr. Pereira de. O curso de Educação sanitária da Inspeção Médica, Escola do Paraná. Revista Médica do Paraná. Anno I. n. 3. Curitiba. Fev. 1932. P. 123

_____. O médico nas escolas. Revista Médica do Paraná. Anno II. n. 7. Curitiba. Julho 1933. P. 215-226

MUNHOZ, Milton. Revista Médica do Paraná. Ano VII. n. 12. Curitiba. Dezembro de 1938. p. 6-7

MUNHOZ, Milton. Consciência Sanitária. Revista Médica do Paraná. Anno I. n. 4. Curitiba. Março 1932. P. 155

_____. A saúde pela educação. Revista Médica do Paraná. Anno III. n. 1. Curitiba. dez. 1933. p. 18

_____. Exame pré-nupcial. Revista Médica do Paraná. Anno V. n. 4. Curitiba. abril 1936. p. 94-97

_____. Oração do paraninfo. Revista Médica do Paraná. Ano VII. n. 12. Curitiba. Dez. 1938. P. 534.

SANTOS, Antenor Pamphilo. Palestra proferida durante Semana da Tuberculose, na escola Normal de Curitiba. MUNHOZ, Milton. Revista Médica do Paraná. Ano VII. n. 6. Curitiba. junho de 1938. p. 299

VILLA, Dr^a C. Glasser. O exame pré-nupcial e a nossa contribuição. Revista Médica do Paraná. Anno V. n. 9. Curitiba. Set. 1936. P. 349-350

Revista A ESCOLA. Revista do Grêmio dos professores Públicos do Estado do Paraná. Anno II Curitiba, janeiro a abril de 1907 n 1 a 4

Revista União e Trabalho. Ano III, n. 23. Maio de 1921.p. 2

ANGELIS, N. M. Pela perfeição da raça brasileira. In: COSTA, M. J. F. F. da. (org.) SHENA, Denilson R. SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Curitiba. 1927. Brasília. MEC/IPARDES:1997

ARAGÃO, João Maurício Moniz de. Assistência Médica à Infância Escolar – cadernetas sanitárias. In: COSTA, M. J. F. F. da. (org.) SHENA, Denilson R. SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Curitiba. 1927. Brasília. MEC/IPARDES:1997

BRAUNE, Zélia J. A uniformização do ensino primário em suas idéias capitais, mantida a liberdade de programas. In: COSTA, M. J. F. F. da. (org.) SHENA, Denilson R. SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Curitiba. 1927. Brasília. MEC/IPARDES:1997

KEHL, Renato. O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem ela deve ser ministrada. In: COSTA, M. J. F. F. da. (org.) SHENA, Denilson R. SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Curitiba. 1927. Brasília. MEC/IPARDES:1997

Obras de referência

ALMEIDA, José de. Metodologia das Ciências Físicas e Naturais. Curitiba: Ed. Guaíra, 1940.

AZEVEDO, Fernando de. A educação e seus problemas. Série Atualidades Pedagógicas. Vol. 22. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1937

BARRETO, João de Barros. Tratado de Higiene. Saneamento – Higiene. Primeiro Volume. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional: 1942

DOMINGUES, Octavio. A Hereditariedade em face da educação. Vol. VI. 2ª ed. São Paulo. Companhia Melhoramentos de São Paulo: 1929.

_____. Eugenia. Seus propósitos, suas bases, seus meios. Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1933

- FONTENELLE, J.P. Compendio de Higiene. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1940.
- FOREL, Augusto. A questão sexual. 4ª ed. Companhia Editora Nacional: 1928
- GASPARINI, Savino. Palestras de Higiene. Rádio Tupy. Rio de Janeiro. 1938
- GOMES, Raul. Missão e não profissão. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1928.
- KEHL, Renato. Lições de Eugenia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1935.
- PEIXOTO, Afranio. Medicina preventiva. Vol. II. 6ª ed. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1938
- RATACHESKI, Alir. Cem anos de ensino no Estado do Paraná. 1853-1953. (manuscrito)

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault e a crítica do sujeito. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.
- BERTUCCI, Liane. Saúde: Arma Revolucionária. São Paulo: 1891/1925. Coleção tempo & Memória. Vol. 3. Centro de Memória – UNICAMP. Campinas: 1997
- BIZZO, Nélio M. Vicenzo. O paradoxo social-eugênico, genes e ética. Revista USP: Dossiê Genética e Ética. n. 24, dez/jan/fev. 94-95.
- _____. Eugenia e racismo. Quando a cidadania entra em cena? Revista Ciência Hoje. Vol. 19. Nº 109. Maio de 1995. p. 25-33.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. Da escola disciplinar à pedagogia do controle. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Campinas. UNICAMP: 2004
- _____. A invenção da “adolescência” no discurso psicopedagógico. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Campinas. UNICAMP:1998
- CORREIA, Gilka Borges. Sexualidade e Hermenêutica existencial em histórias de vida de educadores sexuais. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, 1999.
- COSTA, Jurandir F. Ordem Médica e Norma Familiar. 3ª ed. Ed. Graal. RJ: 1989

- COSTA, Nilson do Rosário. Lutas Urbanas e Controle Sanitário. Ed. Vozes. Petrópolis. RJ: 1985
- _____. Estado, educação e saúde: a higiene na vida cotidiana. In Caderno do CEDES. Educação e Saúde. Vol. 4. Cortez Editora. SP: sem data.
- COUTO, Rita Cristina C. de Medeiros. Eugenia, loucura e condição feminina. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 90, p. 52-61, ago. 1994
- DONZELOT, Jacques. A Polícia das famílias. Rio de Janeiro. Graal: 1980
- FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. Vol. 2. 15ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 13ª ed. Edições Graal Ltda. RJ: 1998.
- _____. Arqueologia do Saber. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. Vigiar e punir. 3ª ed. Ed. Vozes. Petrópolis. RJ: 1984.
- _____. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo. Ed. Martins Fontes: 2002
- _____. História da Sexualidade I. A vontade de saber. 2ª ed. Rio de Janeiro. Graal:1979.
- _____. História da Sexualidade II. O uso dos prazeres. 6ª ed. Rio de Janeiro. Graal: 1990
- LIMA, Gerson Zanetta. Saúde escolar e educação. São Paulo: Editora Cortez, 1985.
- LOURO, Guacira. Gênero, Sexualidade e Educação. Ed. Vozes. RJ: 2001
- MACHADO, R. et all. Da(na)ção da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal: 1978
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994
- MIGUEL, Mª Elisabeth Blank. A formação do professor e a organização social do trabalho. Curitiba. PR. Editora UFPR, 1997.
- MONROE, Paul. História da Educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1983
- REIS, José Roberto Franco. De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental Hist. cienc. saude;7(1):135-57, jun. 2000

ROCHA, Heloísa H. P. A Higienização dos costumes. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2001

_____. Prescrevendo regras de bem viver: Cultura escolar e racionalidade científica. In Caderno CEDES 52. Cultura Escolar: história, práticas e representações. 1ª ed. UNICAMP. Campinas. SP: 2000

RODRIGUES, Marília Mezzomo. A prevenção da decadência. Discurso médico e medicalização da sociedade. Ed. Aos Quatro Ventos. 1998

RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1988

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SEIXAS, Ana Maria Ramos. Sexualidade Feminina. São Paulo: Editora SENAC, 1998

SOBRAL, V. R. S. A purgação do desejo: memórias de enfermeiras. Tese de doutoramento apresentada à Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

STEPHANOU, M. Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. UFRS. Porto Alegre: 1999

STERN, I. As campanhas de prevenção às doenças e sua ação educativa. Dissertação de Mestrado. UFPR. Paraná: 2003

VAINFAS, Ronaldo (org.) História da Sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986

VALLA, Victor Vicent. Saúde e Educação. Rio de Janeiro. Editora DP&A, 2000

VIDAL, Diana. Educação sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930. In: SOUZA, Cíntia P. (org.) História da educação: processos, práticas e saberes. São Paulo: Ed. Escrituras, 1998

WACHOWICZ, Ruy. História do Paraná. Coleção Brasil Diferente. Imprensa Oficial do Paraná, 2001)

